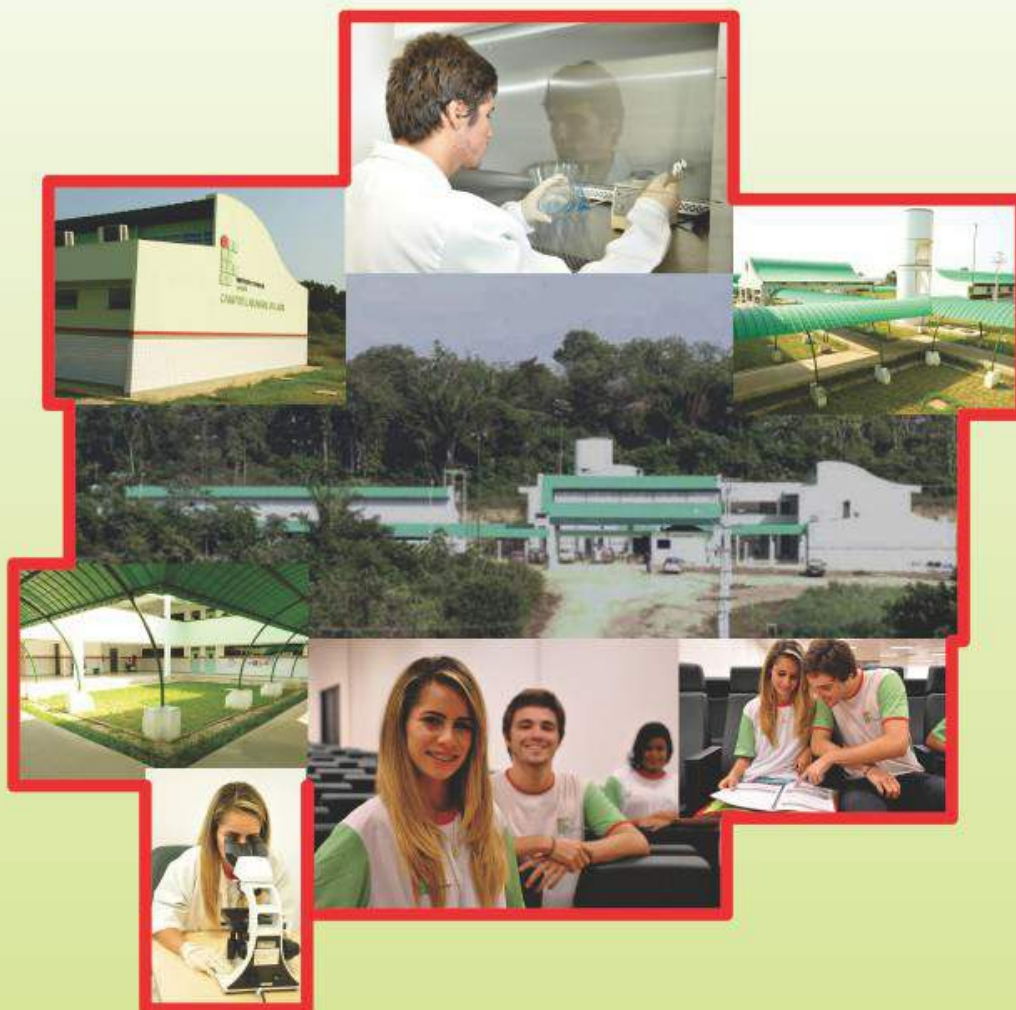


INSTITUTO FEDERAL
AMAPÁ



PD 

2014 - 2018



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AMAPÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-REVISADO
2014-2018

Junho
2016



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

CONSELHO SUPERIOR

Conselheiros

Suplentes

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida Reitora do Ifap/ Presidente do Conselho	Francisco Carlos França de Almeida Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amapá
Marlon de Oliveira do Nascimento Docente	Rodrigo Leite Mendes Araújo Docente
Franciulli da Silva Dantas de Araújo Docente	Zigmundo Antonio de Paula Docente
Adriana Barbosa Ribeiro Técnico-Administrativo	Michell Santos da Fonseca Técnico-Administrativo
Misael de Souza Fialho Técnico-Administrativo	Manoel José Magalhães da Silva Técnico-Administrativo
Isadora Fernanda Sampaio Pereira Discente	Wilson Bruno C. Fernandes Discente
Iessa da Silva Dias Discente	
Jorel Duarte Facundes Egresso	
Léo Serrão Barbosa Egresso	
Ana Isabel Romano Gibson Silva Setor Público Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	Paulo Roberto Monteiro da Silva Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS
Marcos Danilo Setor Público- Universidade Estadual do Amapá-UEAP	
Alan Rodrigues da Silva Entidade dos trabalhadores – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA/AP	Ederaldo Azevedo Entidade dos trabalhadores – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA/AP
Jorge Emílio Henriques Gomes Entidade dos trabalhadores - Conselho Regional de Química-CRQ/AP	Salvador Rodrigues Taty Entidade dos trabalhadores - Conselho Regional de Química-CRQ/AP
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig Colégio de Dirigentes	Erika da Costa Bezerra Colégio de Dirigentes
Marianise Paranhos Pereira Nazário Colégio de Dirigentes	
Silvia Pantoja	Robenize Jucá

Entidades Patronais - FECOMERCIO

Giselle Paulino Lopes Fonseca
Entidades Patronais - FIEAP

Emanuel Alves de Moura
MEC

Entidades Patronais - FECOMERCIO

Flávio Brício de Sena
Entidades Patronais - FIEAP

Nilton Nélio Cometi
MEC

REITORA DO IFAP

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ângela Irene Farias de Araújo Utzig

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Marineiva?????

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Pedro Clei Sanches Macedo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Érika da Costa Bezerra

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Vinícius Batista Campos

DIRETOR GERAL – *CAMPUS* MACAPÁ

Jorge Emílio Henriques Gomes

DIRETOR GERAL – *CAMPUS* LARANJAL DO JARI

Marianise Paranhos Pereira Nazário

DIRETORA GERAL – *CAMPUS* SANTANA

Marlon de Oliveira Nascimento

DIRETOR GERAL – *CAMPUS* PORTO GRANDE

José Itapuan dos Santos Duarte

ASSESSOR DE IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* AVANÇADO DO OIAPOQUE

Mário Rodrigues da Silva

REVISÃO DO PDI 2016-2018

COMISSÃO CENTRAL

Raimunda Conceição Rosa Pedrosa
Presidente da Comissão

Jorge Emílio Henriques Gomes
Marianise Paranhos Pereira Nazário
Marlon de Oliveira Nascimento
José Itapuan dos Santos Duarte
Mário Rodrigues da Silva
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig
Érika da costa Bezerra
Vinícius Batista Campos
Pedro Clei Sanches Macedo
Marineiva Teresinha de Melo Manganeli
Anderson Brasiliense de Oliveira Brito
Diogo Branco Moura
Suely Leitão da Conceição

COMISSÕES TEMÁTICAS - 2014

Perfil Institucional

Cásper Augusto Mira Rocha
Hanna Patricia da Silva Bezerra
Klenilmar Lopes Dias
Lucinei Monteiro Pinto Barros
Maria Veramoni de Araújo Coutinho
Suely Leitão da Conceição Luz

Projeto Pedagógico Institucional - PPI/PPP

Andreuma Guedes Ferreira
Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino
Frederico de Souza Amaro Júnior
Hanna Patrícia da Silva Bezerra
Isabella Abreu Carvalho
Jamilli Marcia dos Santos Uchôa
Joadson Rodrigues da Silva Freitas
Maria de Nazaré Ramalho Oliveira de Amorim
Marlon de Oliveira do Nascimento
Nilcéia Amaral Leal
Rômulo Thiago Ferraz Furtado
Tatiana Duarte da Silva
Willians Lopes de Almeida

Plano Diretor de Infraestrutura Física

Adriana Barbosa Ribeiro
Alexandre Salomão Barile Sobral

Planejamento Estratégico

André Luiz da Silva Freire
Paulo Henrique da Santana Brasil
Hanna Patrícia da Silva Bezerra
Maryele Ferreira Cantuária

Organização Didático Pedagógica

Adriana Valéria Barreto de Araújo
Jamilli Marcia dos Santos Uchôa
Jovelina Barros dos Santos
Márcia Cristina Távora do Nascimento

Plano de Oferta de Cursos e Vagas

Adriana Lucena de Sales
Hanna Patrícia da Silva Bezerra
Isabella Abreu Carvalho
Klenilmar Lopes Dias
Marlon de Oliveira do Nascimento
Maryele Ferreira Cantuária
Tatiana Duarte da Silva

Organização e Gestão de Pessoas

Francinaldo Pereira dos Passos
José Leonilson Abreu da Silva Junior
Kellen Regiane de Melo Pantoja
Maria Regina Fagundes da Silva

Elizabeth Ribeiro da Rocha
Francisco Carlos França Ribeiro de Almeida
Michelle Cristina Oliveira Fernandes

Políticas de Atendimento aos Discentes

Gilceli Chagas Moura
David Cesar Pinto da Silva
Maria Antônia Ferreira Andrade
Maria Veramoni de Araújo Coutinho
Marianise Paranhos Pereira Nazário
Nilcéia Amaral Leal
Rafaela de Araújo Félix
Zigmundo Antônio de Paula

Política EaD

Ederson Wilcker Figueiredo Leite
João Paulo Pereira da Silva
Márcio Oliveira dos Santos
Nilcéia Amaral Leal

Natasha Cristina da Silva Costa
Willians Lopes de Almeida

Organização Administrativa

Ariosto Tavares da Silva
Tatiane Vaz de Sales Cardoso
Elizabeth Ribeiro da Rocha
Paulo Henrique da Santana Brasil
Cásper Augusto Mira Rocha

Capacidade e Sustentabilidade

Cásper Augusto Mira Rocha
Marcelo Padilha Aguiar
Max Ferreira Barbosa
Paulo Henrique da Santana Brasil

**Avaliação e Acompanhamento do
Desenvolvimento Institucional**

André Luiz da Silva Freire
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig
Fábio Luiz Diniz de Magalhães
Leonardo Ataíde de Lima
Márcio Luis Góes de Oliveira
Marilúcia Soares de Oliveira
Marlon de Oliveira do Nascimento
Paulo Henrique da Santana Brasil
William da Silva Araújo

LISTA DE SIGLAS

ABED - Associação Brasileira de Ensino a Distância.
AEE – Atendimento Educacional Especializado.
ALCMS – Área de Livre e Comércio de Macapá e Santana.
APL – Arranjos Produtivos Locais.
ARINTER- Assessoria de Relações Internacionais.
BSC – Balanced Scored Card.
CA – Centro Acadêmico.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEFET-PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará.
CEPAJOB – Centro de Educação Profissionalizante do Amapá Profª. Josinete Oliveira Barroso.
CNE - Conselho Nacional de Educação.
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CPA - Comissão Própria de Avaliação.
CPPD – Comissão Permanente de Progressão Docente.
DA – Diretório Acadêmico.
DCE – Diretório Central de Estudantes.
DEAD – Diretoria de Educação à Distância.
DIES – Diretoria de Ensino Superior.
DIRENT – Diretoria de Ensino Técnico.
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação.
EDUCAMA – Conselho de Cooperação Educacional da Amazônia e Regiões Adjacentes.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
EPT – Educação Profissional e Tecnológica.
ETFAP – Escola Técnica Federal do Amapá.
EU – União Europeia.
EUA – Estados Unidos da América.
FDI – Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional.
FIC – Formação Inicial e Continuada.
IC – Iniciação Científica.
IES – Instituição de Ensino Superior.
IF – Instituto Federal.
IFAP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.
LOA – Lei Orçamentária Anual.
MEC – Ministério da Educação.
NEE- Necessidades Educativas Específicas.
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica.
NTA – Núcleo de Tecnologias Assistivas.
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.
PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.
PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia e Informação.
PIB – Produto Interno Bruto.
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.
PNE – Portadores de Necessidades Especiais.
PNEE- Portadores de Necessidades Educacionais Específicas,
PNMM – Programa Nacional Mulheres Mil.
PPGEA – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola.
PPI – Projeto Pedagógico Institucional.
PPP – Projeto Político Pedagógico.
PROEJA – Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino.
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego.
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.
REI – Regular Education Initiative.
SEED – Secretaria de Estado da Educação do Amapá.
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Macapá.
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SETEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia.
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
SISU – Sistema de Seleção Unificada.
TECNEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.
UEE – União Estadual de Estudantes.
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	8
SUMÁRIO.....	10
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	13
MISSÃO INSTITUCIONAL.....	13
VISÃO DE FUTURO.....	13
VALORES.....	13
1.1 APRESENTAÇÃO.....	14
1.2 HISTÓRICO.....	14
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	18
1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	19
1.4.1 Eixos Tecnológicos.....	20
1.5 INSERÇÃO REGIONAL.....	22
1.5.1 Contexto Geográfico.....	26
1.5.2 Características Sócio-Político-Econômicas da Região.....	27
1.5.3 Integração regional.....	28
1.5.4 Contexto Histórico e Cultural.....	30
1.5.5 Municípios.....	33
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	34
2.1 DIAGNÓSTICO DA ÁREA ESTRATÉGICA E METODOLOGIA APLICADA.....	35
2.1.1 Áreas Fim.....	36
2.1.2 Áreas Meio.....	38
2.2 METAS INSTITUCIONAIS.....	39
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI/PPP.....	46
3.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA EDUCATIVA DO IFAP.....	47
3.2 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	49
3.3 CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM.....	54
3.4 POLÍTICAS DE ENSINO.....	60
3.4.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....	63
3.4.1.1 PROEJA.....	68
3.4.2 Educação Superior.....	71
3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.....	73
3.5.1 Pesquisa como instrumento mediador dos cursos oferecidos pelo Ifap.....	74
3.5.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica.....	77
3.5.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.....	80
3.5.4 Política para a inovação tecnológica e transferência de tecnologia.....	82
3.5.5 Histórico e Evolução da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.....	82
3.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	86
3.6.1 Dimensões da extensão.....	89
3.6.2 Diretrizes da extensão.....	90
3.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	90
3.7.1 A Educação Inclusiva no Ifap.....	93
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	99
4.1 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	99
4.2 PERFIL DO EGRESSO: CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	100
4.3 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	100

4.3.1 Seleção e concepção dos conteúdos.....	103
4.3.2 Integração entre teoria e prática.....	105
4.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	106
4.4.1 Processo de avaliação nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada, na forma subsequente e nas modalidades PROEJA e Educação a Distância.....	107
4.4.2 Processo de avaliação no ensino superior.....	115
4.5 PRÁTICA PROFISSIONAL, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE ESTÁGIO.....	118
4.6 INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	120
4.7 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS.....	121
4.8 AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	121
5 PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	122
5.1 OFERTA DE VAGAS – <i>campus</i> Macapá.....	122
5.2 OFERTA DE VAGAS – <i>campus</i> Laranjal do Jari.....	126
5.3 OFERTA DE VAGAS – <i>campus</i> Santana.....	128
5.4 OFERTA DE VAGAS – <i>campus</i> Porto Grande.....	129
5.5 OFERTA DE VAGAS – Centro de Referência Pedra Branca do Amapari.....	131
5.6 OFERTA DE VAGAS – Cursos de Educação a Distância (EaD).....	132
5.7 Projeção de Vagas.....	133
5.8 Projeção de Vagas por modalidade, por semestre.....	133
6 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA.....	135
6.1 QUADROS DEMONSTRATIVOS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA.....	135
6.1.1 Cronograma Estimado de Execução de Obras – Ifap.....	145
6.2 ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	141
6.3 PREVISÃO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O BLOCO DE OCNVIVÊNCIA – CAMPUS MACAPÁ.....	149
6.3.1 Sala de Equipamentos Multiprofissionais – <i>campus</i> Macapá.....	150
6.3.2 Sala de Atendimento Interdisciplinar – <i>campus</i> Macapá.....	150
6.3.3 Sala de Equipe Médica – <i>campus</i> Macapá.....	151
6.3.4 Espaço de Convivência.....	152
6.3.5 Sala Odontológica.....	152
6.4 PREVISÃO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO.....	154
6.4.1 Laboratórios de Biologia, Química, Física e Matemática.....	154
6.4.2 Laboratórios dos Cursos de Construção de Edifícios/Técnico em Edificações.....	155
6.4.3 Laboratório de Informática – <i>campus</i> Macapá.....	156
6.4.4 Laboratório de Mineração - <i>campus</i> Macapá.....	159
6.4.5 Laboratórios de Alimentos – <i>campus</i> Macapá.....	164
6.4.6 Laboratórios de Química – <i>campus</i> Macapá.....	170
6.4.7 Laboratórios de Produção Alimentícia – <i>campus</i> Macapá.....	171
6.4.8 Laboratórios de Física Experimental – <i>campus</i> Macapá.....	175
6.4.9 Laboratório de Biologia e Química – <i>campus</i> Santana.....	176
6.4.10 Laboratórios de Estatística, Física e Matemática – <i>campus</i> Santana	177
6.4.11 Laboratório de Informática - <i>campus</i> Santana.....	178
6.4.12 Laboratórios de Informática (Tipo I) - <i>campus</i> Santana.....	178
6.4.13 Laboratórios de Informática (Tipo II)Robótica/FabLab - <i>campus</i> Santana.....	179

6.4.14 Laboratórios de Informática (Tipo III) Marketing - <i>campus</i> Santana	179
6.4.15 Coordenação dos Laboratórios de Informática - <i>campus</i> Santana	180
6.4.16 Laboratório de Informática – <i>campus</i> Porto Grande.....	181
6.4.17 Laboratórios de Biologia, Química – <i>campus</i> Porto Grande	181
6.4.18 Laboratório para o curso de Técnico em Agropecuária - <i>campus</i> Porto Grande.....	182
6.5 Previsão de equipamento mobiliários – Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari.....	194
7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.....	196
7.1 CORPO DOCENTE.....	196
7.1.1 Requisito de titulação.....	196
7.1.2 Critérios de Seleção e Contratação.....	196
7.2 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO.....	196
7.2.1 Política de Qualificação.....	197
7.2.2 Plano de Carreira.....	198
7.2.3 Regime de trabalho.....	199
7.2.4 Acompanhamento do Desenvolvimento do Servidor na Carreira.....	199
7.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL E DEFINITIVA DE DOCENTES.....	200
7.4 SELEÇÃO E ADMISSÃO, VIA CONCURSO PÚBLICO, PARA O PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.....	201
7.5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	202
7.5.1 Critérios de Seleção e Admissão	202
7.5.2 Plano de Carreira, Regime de Trabalho e Política de Qualificação.....	202
8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	204
8.1 FORMAS DE ACESSO.....	204
8.2 ACESSIBILIDADE DO ALUNO AOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS ONLINE.....	207
8.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO.....	207
8.3.1 Programas.....	208
8.4 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA.....	212
8.4.1 Programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico.....	212
8.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	214
8.6 PERMANÊNCIA E SAÍDA EXITOSAS DOS ALUNOS E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	215
8.6.1 Estímulos à permanência e saídas exitosas.....	215
8.6.2 Acompanhamento dos egressos.....	216
9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	218
9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTANCIAS DE DECISÃO.....	218
9.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: Atribuições e Competências e Composição.....	219
9.3 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS NACIONAIS.....	221
9.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	221
10 POLÍTICA EaD.....	223
11 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE.....	226
12 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	226

<u>12.1 ÓRGÃOS EXECUTORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</u>	<u>228</u>
<u>12.2 AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO.....</u>	<u>228</u>
<u>12.3 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO.....</u>	<u>229</u>
<u>12.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</u>	<u>230</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u>	<u>231</u>

1 PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO INSTITUCIONAL

“Oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional, superior e pós-graduação para formar pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania.”

VISÃO DE FUTURO

“Consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica formando pessoas para o mundo do trabalho globalizado.”

VALORES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Ifap pauta suas ações nos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

APRESENTAÇÃO

Planejar é uma atividade fundamental para uma instituição pública de ensino. Ao estabelecer metas e compromissos, o planejamento a certifica de sua responsabilidade em garantir o acesso à educação de qualidade enquanto direito fundamental da sociedade.

Este documento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFAP, representa o resultado do esforço de toda a comunidade que o compõe para expressar e registrar na história suas realizações e pretensões no momento passado, presente e futuro.

Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAP é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

O IFAP é uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto.
- II. Regimento Geral.
- III. Resoluções do Conselho Superior.
- IV. Atos da Reitoria.

O IFAP dispõe o PDI, requisito imprescindível para reconhecimento e avaliação de seus cursos, de acordo com o Decreto nº 5.773, de 2006. O conteúdo mínimo do PDI está definido pelo artigo 16 deste decreto, e a partir do Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional (FDI) foi apresentado o resultado das reflexões desse fórum instruindo todos os Institutos Federais na construção de seu instrumento de planejamento institucional. Ainda de acordo com esse decreto, a cada cinco anos, o

Instituto Federal deverá elaborar um novo PDI, sendo este com vigência de 2014 a 2018. O IFAP por se constituir como autarquia federal com características específicas, tem a obrigatoriedade de também elaborar anualmente o seu Plano de Ação contendo as estratégias, as ações as metas para cada ano de vigência do PDI.

Para a construção do PDI foi instituída uma comissão central e doze comissões temáticas formadas por servidores lotados nas diversas unidades administrativas da instituição, com diferentes áreas de formação profissional, entre professores, técnicos administrativos e alunos. Com base nas propostas apresentadas pelas Comissões Temáticas e a Comissão Central, foi elaborada a versão preliminar do PDI 2014-2018, submetida à aprovação e sugestões da comunidade interna e externa, e por meio da divulgação em seu sítio na Internet, a fim de garantir a produção participativa e democrática deste documento final.

O PDI 2014-2018 do Ifap é um instrumento que subsidia e orienta as ações de Gestão da Instituição, baseado no planejamento institucional foi construído de forma coletiva e participativa exprimindo de forma bem clara a Missão, Valores, Visão de Futuro e as diretrizes da Instituição.

1.2 HISTÓRICO

O IFAP originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – Cefet-PA o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP. A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007 nomeou o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral Pró-Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por meio da Portaria MEC 021/2009, de 7

de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves de Moura, como Reitor *Pró-Tempore* dessa autarquia. O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e multicâmpus, apresenta os seguintes domicílios:

- a) Reitoria.
- b) *campus* Macapá.
 - *campus* Avançado Oiapoque.
- c) *campus* Laranjal do Jari.
- d) *campus* Santana.
- e) *campus* Porto Grande.
 - Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari

Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois *campi*: Santana e Porto Grande. Neste mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do *campus* Avançado Oiapoque, no município do mesmo nome, vinculado à estrutura do *campus* Macapá, e a implantação do Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, vinculado ao *campus* Porto Grande.

Em sua estrutura administrativa, o Ifap é constituído pelo Conselho Superior, Reitoria e os *campi*. À Reitoria, órgão executivo superior do IFAP, estão vinculadas as Pró-Reitorias de Administração, de Ensino, de Extensão, de Pesquisa e Inovação, Desenvolvimento Institucional e as Diretorias Sistêmicas: Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação.

O Conselho Superior foi instalado no IFAP, através da Resolução nº 35 de 05 de dezembro de 2013 e é o órgão consultivo e deliberativo máximo da instituição. É composto por representantes dos docentes, discentes, servidores técnicos-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil e do MEC, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

No segundo semestre de 2010, primeiro ano de atuação, o IFAP, iniciou suas atividades na área de Ensino Técnico de Nível Médio – no *campus* Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade Subsequente, com Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e no *campus* Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e Edificações.

Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades

Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) Cursos superiores de Licenciaturas e de Tecnologia, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada – FIC. Nesse ano foram ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como Profucionário, voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

A partir de 2013, são iniciadas as obras de construção dos *campi* Santana e Porto Grande. No mesmo ano também começam as etapas de implantação do *campus* avançado no município de Oiapoque.

O processo de implantação do FAP na fase II foi completado em 2014 e a fase III ocorrerá em 2018. Considerando os prazos de construção dos prédios onde funcionarão os *campi* Santana, Porto Grande e o *campus* Avançado de Oiapoque, o IFAP deverá atingir a sua capacidade plena da oferta de vagas por cursos por ano no final da vigência deste PDI em 2018, na seguinte proporção: *campi* Macapá (3.600 vagas) e Laranjal do Jarí (1.200 vagas), já implementados. Os novos *campi* em implantação deverão atender nesse mesmo período 1.200 alunos, o *campus* Avançado de Oiapoque com 400 alunos. O Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari deverá atender, na forma cumulativa de vagas ofertadas, 390 alunos do FIC-Pronatec e 40 alunos nos cursos técnicos, totalizando 450 vagas ofertadas.

A elaboração da meta de oferta de cursos do IFAP é construída a partir das demandas populares e estudos de viabilidade econômica e direcionados pela perspectiva dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e análise de mercado de trabalho. A execução das metas deverá estar em consonância com a infraestrutura física instalada e os recursos humanos disponíveis, cabendo a expansão da infraestrutura física e a contratação de novos servidores com o aumento das metas de cursos/vagas e a implantação dos novos domicílios.

Em observância aos princípios da qualidade de seus serviços, o IFAP está trabalhando no desenvolvimento de um modelo de gestão por meio de um sistema informatizado integrado que oportunizará e otimizará a participação do corpo docente, discente, técnico-administrativo, bem como a sociedade como um todo.

O IFAP se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e

organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

O IFAP, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I. Compromisso com a inclusão e justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, em especial o amazônico, transparência e gestão democrática.

II. Verticalização e indissociabilidade do ensino, pesquisa e a extensão nos diversos níveis e modalidades de ensino de atuação do IFAP.

III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV. Inclusão de indígenas, quilombolas adolescentes em conflito com a lei, mulheres apenadas e pessoas com necessidades educacionais específicas.

V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

VI. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.

VII. Excelência acadêmica.

VIII. Adequar e flexibilizar métodos, critérios e procedimentos acadêmicos as especificidades locais dos *campi*.

O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

III. Pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII. Garantia de padrão de qualidade.

VIII. Piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O IFAP, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação – Lei nº 11.892/2008, busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos superiores de tecnologia e cursos de licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos do FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

a) Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

b) Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.

c) Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Configura-se em uma modalidade ofertada pelo Ifap para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. A Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação será desenvolvida nas seguintes formas:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de Pós-graduação:

Lato Sensu (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

Stricto Sensu (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à formação e qualificação de cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAP trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos é especialmente nas áreas de Ciências e Matemática, que representam um enorme déficit entre a demanda e a oferta em nosso país, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

Cabe ressaltar que um mesmo curso é ofertado em níveis e formas diferentes, visto que há também uma preocupação em promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

1.4.1 Eixos Tecnológicos

Os Eixos Tecnológicos contemplados pelo IFAP distribuídos pelos seus respectivos Campus são:

1-Campus Macapá:

- Produção Alimentícia.

- Informação e Comunicação.
- Infraestrutura.
- Recursos Naturais.

1.1 - Campus Avançado Oiapoque (em implantação), propostas de Eixos Tecnológicos:

- Gestão e Negócios.
- Produção alimentícia.

2 - Campus Laranjal do Jarí:

- Gestão e Negócios.
- Recursos Naturais.
- Ambiente.
- Informação e Comunicação.

3. Campus Santana (em implantação), propostas de Eixos Tecnológicos:

- Informação e Comunicação.
- Gestão e Negócios.

4. Campus Porto Grande (em implantação), propostas de Eixos Tecnológicos:

- Recursos Naturais.
- Gestão e Negócios.

5. Centro de Referência Pedra Branca do Amapari (em implantação), propostas de Eixos Tecnológicos:

- **Gestão e Negócios.**
- **Recursos Naturais**
- **Informação e Comunicação.**

Nesse sentido, os cursos de Educação Profissional e Tecnológica e os de Formação Inicial e Continuada foram organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos. Os eixos agrupam os cursos oferecidos pelo IFAP, obedecendo as suas características científicas e tecnológicas.

Dentro dessa concepção, a diversidade dos eixos tecnológicos possibilita ao educando a construção de um leque de alternativas de formação e a verticalização do ensino nos diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

1.5 INSERÇÃO REGIONAL

A construção do PDI tem como base as características socioeconômico culturais do estado do Amapá, fundamentalmente àquelas em que no seu bojo traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregiar os municípios por similaridade econômica e social, o estado do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme abaixo descrito:

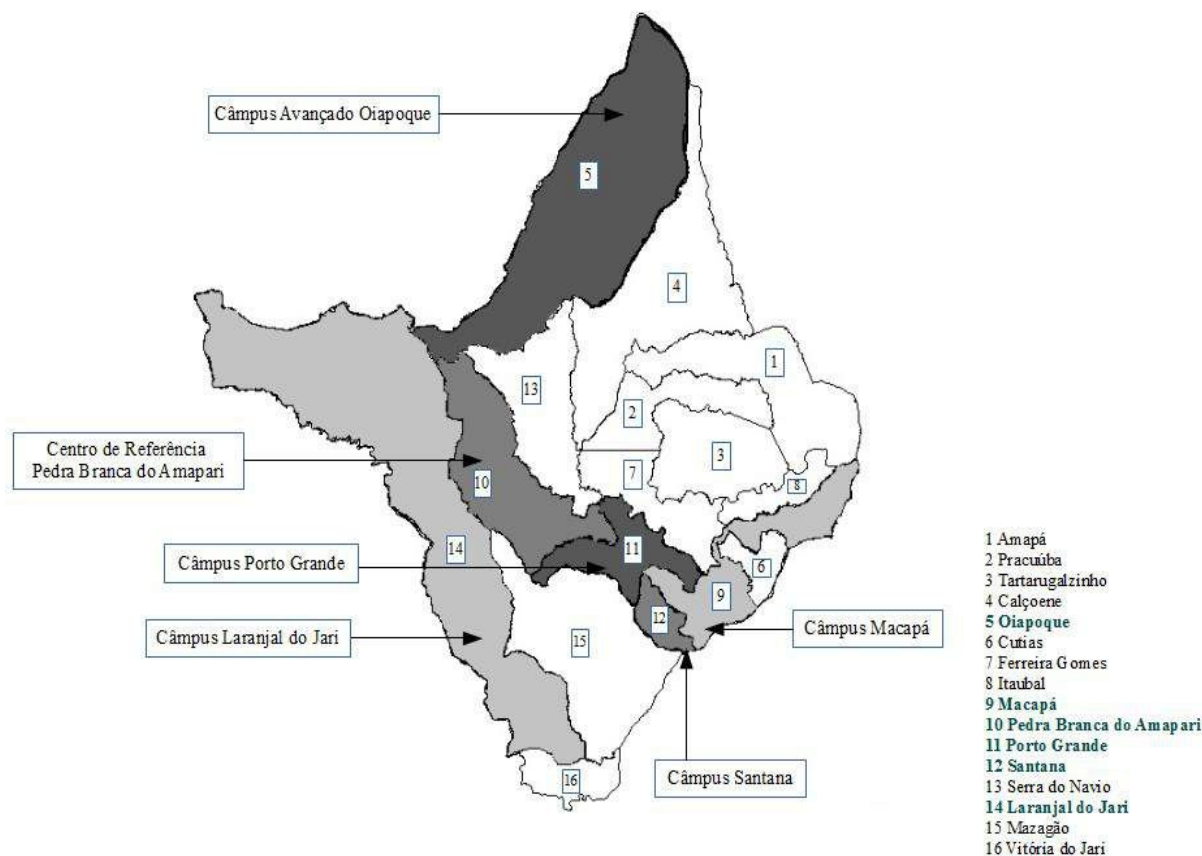
I) Mesorregião Norte - contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuuba e Tartarugalzinho.
- Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

II) Mesorregião do Sul do Amapá

- Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio).
- Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).

Figura 1 – Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do Ifap.



Fonte: Google.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os *campi* Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região. Macapá por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, 59,5 %, apresenta 437.256 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 39.805 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari 13.724 habitantes e, do lado do Pará, Almeirim (33.562 hab.) e o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a implantação do Câmpus de Laranjal do Jari atende, não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, como também a região do Vale do Jari (IBGE, 2010).

Na fase II, a Comissão de Implantação do IFAP ao propor o PDI baseou-se nas demandas oriundas de duas audiências públicas ocorridas na capital do Estado, Macapá, e uma audiência pública no município de Laranjal do Jari. O resultado das informações das

audiências traduziu o perfil dos arranjos produtivos de cada município, assim como dos aspectos socioculturais das regiões em que o Instituto foi implantado.

Na fase III, estão sendo implantados os *campi* nos municípios de Santana, Porto Grande e Oiapoque, além do Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari.

O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km da Capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário, este ocorre pela BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada. Limita-se com os municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e a Guiana Francesa.

A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual, e onde se encontram as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucauá, com uma população de 5.519 hab., correspondendo a 77% da população indígena do Estado (IBGE, 2010).

Nessa composição cultural, as terras indígenas de Oiapoque respectivamente Uaçá, Galibi e Juminã são lugar de domínio de indígenas de quatro povos: os Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kalinã, com dezenas de comunidades indígenas, em um complexo étnico de aproximadamente quatro mil indígenas falantes de línguas variadas, praticantes de costumes e tradições diversas, herdeiros de um passado histórico de resistência e perpetuação cultural pelo qual, a educação se constitui num fator primordial de difusão e valorização cultural e, primordialmente, oferecer a estes homens e mulheres indígenas a autonomia social almejada por esse segmento social (GOMES *et al*, 2010).

Na escala local/regional, o meio geográfico que caracteriza a zona de fronteira é formado pelas cidades-gêmeas Oiapoque/Amapá/Brasil e Saint Georges/Guiana Francesa. Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

A partir do início do funcionamento da ponte Binacional a qual liga o município de Oiapoque/Brasil e a Guiana Francesa/França, haverá um grande intercâmbio no platô

norte da América Latina entre o Amapá com Caiena, Suriname, e Guiana, principalmente por via rodoviária. O trânsito de pessoas entre as cidades de Oiapoque e Saint' Georges, normalmente é para prática do comércio e turismo. O intercâmbio nas áreas de educação, saúde, segurança e esporte é evidente.

Economia: no Setor Primário está concentrada na criação de gado bovino, bubalino e suíno; e na cultura de mandioca (farinha), laranja, milho, cana-de-açúcar e outros. No setor secundário utiliza-se da extração de ouro, do artesanato, incluindo-se a fabricação de luxuosas jóias de ouro, possui também a cassiterita, macassita e pedras preciosas, além de algumas serrarias e padarias. O município também já está exportando cacau beneficiado, através da Associação Agroextrativista do Cassiporé (município de Calçoene) para a França (IBGE, 2013).

De modo geral, a extração mineral possui pouca representatividade na caracterização regional da faixa de fronteira. Contudo, em função do volume e do número de jazidas localizadas no Arco Norte, no caso de Oiapoque, tem gerado conflitos com mineração irregular nas áreas dos garimpos, que já se tornou um problema recorrente nessa área de fronteira.

O setor terciário é movido pela existência possui um pequeno comércio (mercearias) que é beneficiado pelo intercâmbio existente com Saint Georges (São Jorge) e com a Vila de Clevelândia, a 5 km da cidade, possui restaurantes, bares e algumas boates (IBGE, 2013).

A Implantação do *campus* Avançado de Oiapoque atenderá a população dos municípios de Oiapoque e Calçoene, localizados na Microrregião Oiapoque, situada ao norte do Estado do Amapá e no Arco Norte da América Latina. O potencial econômico dessa região apresenta indicadores voltados principalmente para o setor terciário e primário, existindo viabilidades para introdução da indústria de transformação, considerando que há grande potencial de extração de ouro e a exploração do pescado. No entanto, os investimentos para este setor são insuficientes para alavancar esses setores, tanto devido a escassez de educação tecnológica, quanto financeira.

A proposta de implantação do Câmpus Avançado Oiapoque se justifica pelos seguintes indicadores:

- A oferta de vagas é insuficiente, principalmente na oferta de educação profissional nos níveis de formação inicial e continuada, técnico de nível médio e tecnológico.
- Os baixos índices socioeconômicos e os altos índices de desigualdades

persistentes na Micro Região-Oiapoque.

- A localização e a importância estratégica na área de fronteira do município, considerando os avanços nas relações internacionais com a Guiana Francesa e o interesse apontado para cooperação educacional constante no acordo firmado pelo conselho de Cooperação Educacional da Amazônia e Regiões Adjacentes – EDUCAMA.
- O elevado número de alunos egressos do ensino fundamental na área indígena sem possibilidade de acesso à educação profissional nos níveis de formação inicial e continuada, técnico de nível médio e tecnológico.

1.5.1 Contexto Geográfico

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.814,585 Km², ocupados por 668.689 mil habitantes distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,682 hab./Km².

A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo. A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil índios.

O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um

crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

1.5.2 Características Sócio-Político-Econômicas da Região

O estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar em meados dos anos 80 impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro de 1988.

Porém, até o ano de 1990 o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995, estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA, baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Em 2004 foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do Estado estabelecendo uma política de incremento intra regional, fundamentado na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente, por preconizar a formação de arranjos produtivos locais - APL.

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado de agentes, em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, tem se transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

Segundo o “Plano Amapá Produtivo” existem no Estado, vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro-Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não configura, ainda hoje, APL, dado ao baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das empresas e negócios instalados no Estado.

1.5.3 Integração regional

O estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se esta não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia (EU).

Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região monodepartamental Ultramarina e futura “coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem desde muito tempo

entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem beneficiado, após alguns anos, de um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

Por outro lado, o governo estadual e federal vem procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

Outro fato marcante na integração regional do estado do Amapá foi à criação da ALCMS que permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças

e o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos mais profundos do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

Atualmente o sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoelétricas da Central de Santana (156,8 MW) e a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (78 MW) no Rio Araguari. Estão sendo construídas novas hidrelétricas no estado, sendo elas: Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), ambas no rio Araguari; a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí já concluído, o Amapá se interligará ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia produzido no estado ficará disponível na rede.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá até Laranjal do Jari, bem como outras obras previstas, estimulam uma extraordinária transformação da cidade de Macapá e em todos os Municípios do Estado, o que o fará despontar na região como capaz de alicerçar seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

1.5.4 Contexto Histórico e Cultural

Atualmente a população do estado do Amapá, segundo cor e/ou raça é formada por brancos, negros, pardos ou mestiços (na sua maioria) e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil o que resulta em uma grande diversidade cultural. A composição da estrutura etária do Amapá, segundo dados do IBGE (2010) está demonstrada no gráfico abaixo.

De acordo com a pirâmide de distribuição da população abaixo, nasce mais pessoas do sexo masculino do que feminino, com predominância de uma população muito jovem nas faixas etárias compreendidas entre 10 a 14 anos e em seguida de 15 a 19 anos. Por outro lado, na média o índice de mortalidade masculina é maior e a longevidade para o sexo feminino é mais expressivo.

Figura 2 – Pirâmide etária do Amapá.

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Amapá - 2010					
Mais de 100 anos	48	0,0%		0,0%	131
95 a 99 anos	103	0,0%		0,0%	188
90 a 94 anos	209	0,0%		0,1%	374
85 a 89 anos	438	0,1%		0,1%	628
80 a 84 anos	1.015	0,2%		0,2%	1.213
75 a 79 anos	1.851	0,3%		0,3%	2.079
70 a 74 anos	2.921	0,4%		0,5%	3.057
65 a 69 anos	4.382	0,7%		0,7%	4.450
60 a 64 anos	5.694	0,9%		0,8%	5.495
55 a 59 anos	8.462	1,3%		1,2%	8.170
50 a 54 anos	11.706	1,7%		1,7%	11.145
45 a 49 anos	14.774	2,2%		2,1%	14.185
40 a 44 anos	18.839	2,8%		2,8%	18.439
35 a 39 anos	23.214	3,5%		3,5%	23.540
30 a 34 anos	27.068	4,0%		4,2%	28.224
25 a 29 anos	31.171	4,7%		4,9%	32.630
20 a 24 anos	34.046	5,1%		5,2%	34.503
15 a 19 anos	36.543	5,5%		5,5%	36.731
10 a 14 anos	39.930	6,0%		5,9%	39.301
5 a 9 anos	37.067	5,5%		5,3%	35.589
0 a 4 anos	35.654	5,3%		5,1%	34.319
			Homens	Mulheres	

Fonte: IBGE, 2010

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas para o Senado; o aumento de 04 para 08 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado, implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá ainda permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. O exemplo dessas alternativas tem-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de

Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. Sendo o pier 1 apresentando 200 m de extensão, com 12,5 de calado, o pier 2 apresentando 120 m de extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios com até 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológicas na região.

Os resultados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos a 2004 mostram que, em relação a 2003, apenas as regiões Norte (de 5% para 5,3%) e Nordeste (13,8% para 14,1%) ganharam participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Os estados do Pará (6,6%) e Amazonas (11,5%) registraram um bom desempenho da indústria e da agropecuária acima da média nacional (4,9%). Os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins e Amapá atingiram a melhor participação na série 1985-2004 (IBGE, 2004).

Em relação a 2005, o Amapá permaneceu apresentando os mesmos índices de participação e colocação no PIB brasileiro, variando apenas os dados referentes aos setores. Então, o PIB registrado no período foi de 18,57% na agropecuária, 10,65% na indústria, 2,91% nos impostos e 67,87% nos serviços (IBGE, 2010).

Analisando os índices de 2004 e 2005 percebe-se que houve um crescimento das atividades relacionadas ao setor agropecuário e da indústria, e um recuo na arrecadação dos impostos e na prestação de serviços.

Em 2006, os estados do Acre (26^a) e Amapá (25^a) trocaram de posição no ranking nacional quanto ao PIB, sendo o Acre com um percentual de 0,20% e o Amapá, com 0,22%. O estado do Amapá depende muito do setor público e tem cerca de 50% da economia ligada ao referido setor. As taxas de crescimento de sua população são as mais altas entre os estados, gerando grande demanda por serviços públicos e infraestrutura. Dessa forma, em 2006 a economia local do Amapá ficou assim distribuída: agropecuária 22,78%, indústria 7,65%, impostos 3,81% e serviços, 65,76% (IBGE, 2010).

Em 2008, o estado do Amapá alcançou um PIB de 6.764.834, mantendo-se a 25^a

posição, estando à frente de Roraima (4.889.303) e Acre (6.730.108). Analisando o PIB *per capita* (2008), o Amapá com 11.032,67 está acima da média da região norte, que apresenta PIB *per capita* de 10.216,43 e a baixo da média do País (15.989,77).

O PIB do Amapá - que é a soma de todas as riquezas produzidas no estado - alcançou R\$ 8,9 bilhões em 2011, o que representa um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Em 2010, o PIB foi de R\$ 8,2 bilhões. O crescimento em 2011 é resultado da expansão do setor de serviços, que, no período, teve elevação de 23,8%. Por outro lado, a maior queda aconteceu na construção civil, com -14,7% (IBGE, 2010).

O PIB do Amapá foi o quinto melhor do Norte, ficando à frente do Acre (R\$ 8 bilhões) e Roraima (R\$ 6,4 bilhões). O aumento de 4,9% no PIB amapaense foi acima da média brasileira e do Norte, de 2,9% e 3,5%, respectivamente.

Segundo o estudo, a renda per capita do Amapá também aumentou. Ela fechou 2011 em R\$ 13.105. No ano anterior o estado alcançou R\$ 12.361. A renda amapaense ficou à frente somente dos estados do Acre e Pará. A administração pública é a principal atividade econômica do Amapá com uma participação de 48,7% no PIB estadual. O comércio teve a segunda maior participação, com 13,6% (IBGE, 2010).

1.5.5 Municípios

O PIB dos 16 municípios do estado apresentou um montante de R\$ 8,9 bilhões, Macapá tem a maior participação chegando a 62,7%, com R\$ 5,6 bilhões. O que menos influenciou foi Itaubal com 0,47%, o que representa R\$ 42,3 milhões (IBGE, SEPLAN/AP, 2013).

Em relação à renda per capita em 2011, os maiores índices foram de Pedra Branca do Amapari (R\$ 24.782) e Serra do Navio (R\$ 16.008). As menores rendas registradas estão em Mazagão (R\$ 8.616) e Tartarugalzinho (R\$ 9.588). A capital, Macapá, apesar de ser a primeira no ranking de produção, está em 6º lugar em PIB per capita com R\$ 13.822. (IBGE, 2010; SEPLAN/AP, 2013).

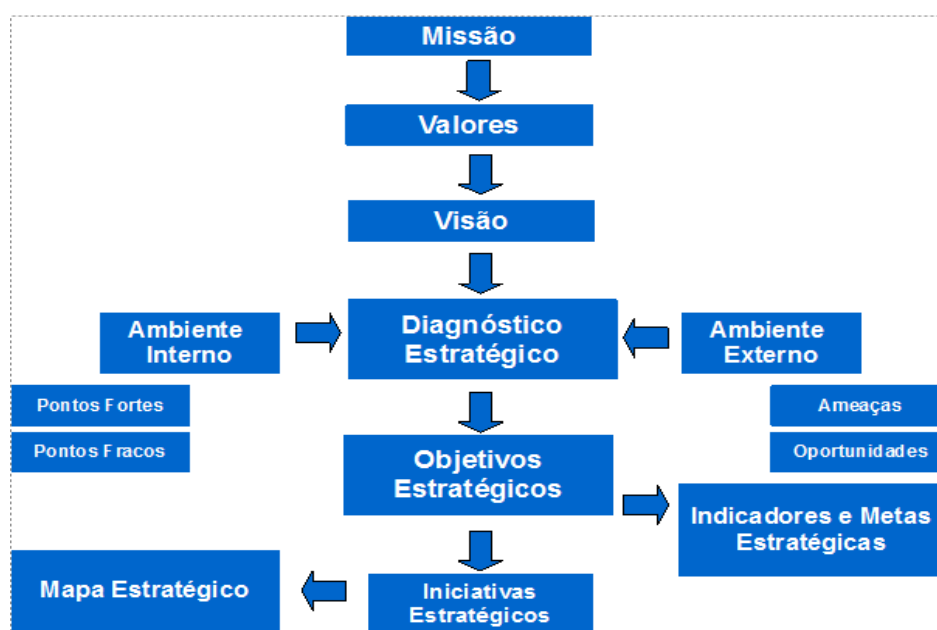
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é a técnica mais utilizada para a definição de estratégias em uma instituição. Nesse sentido, o modelo de estrutura em multicâmpus e funções diferenciadas dos Institutos Federais como instituição de ensino, de acordo com a lei 11.892/2008, exige a adoção do planejamento estratégico e de novos procedimentos de gestão. Desta forma, o planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional recomenda a prática da cultura de avaliação do processo e busca por resultados sociais efetivos e eficazes.

As ferramentas de planejamento adotadas para a estruturação do planejamento do IFAP é utilizada por diversos órgãos públicos, com experiências administrativas exitosas. Essas ferramentas a matriz SWOT e o método *Balanced Scorecard* – BSC foram adaptados e aprimorados ao planejamento estratégico do IFAP. Dessa forma, como instrumento de planejamento de curto prazo o Plano de Ação e em médio prazo, utiliza-se o PDI.

Os objetivos estratégicos foram sistematizados tendo como suporte o modelo BSC. Esta é uma ferramenta utilizada amplamente utilizada para pautar o planejamento estratégico de instituições. A partir de uma análise sistemática de percepção e análise dos fatores que interferem na execução das ações das unidades pode-se gerar mecanismos de mensuração e gerenciamento estratégicos.

Figura 3 – Fluxograma representando a estratégia de ação utilizada no Ifap.



O PDI Ifap 2014-2018, orientado sob a coordenação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, foi estruturado com a participação das áreas estratégicas fim e meio, unidades componentes da estrutura organizacional da Reitoria e dos Câmpus Laranjal do Jari e Macapá. Com a aplicação do método BSC foram construídas as matrizes geradoras das Áreas Estratégicas - Fim (Ensino, Pesquisa e Extensão) e Áreas Estratégicas - Meio (Administração, Comunicação, Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação).

A utilização da matriz *SWOT* permitiu, a partir de uma análise crítica de resultados, identificação das prioridades em cada área. A partir desse diagnóstico, houve a construção dos macroprojetos que compõem os macroprocessos do Ifap.

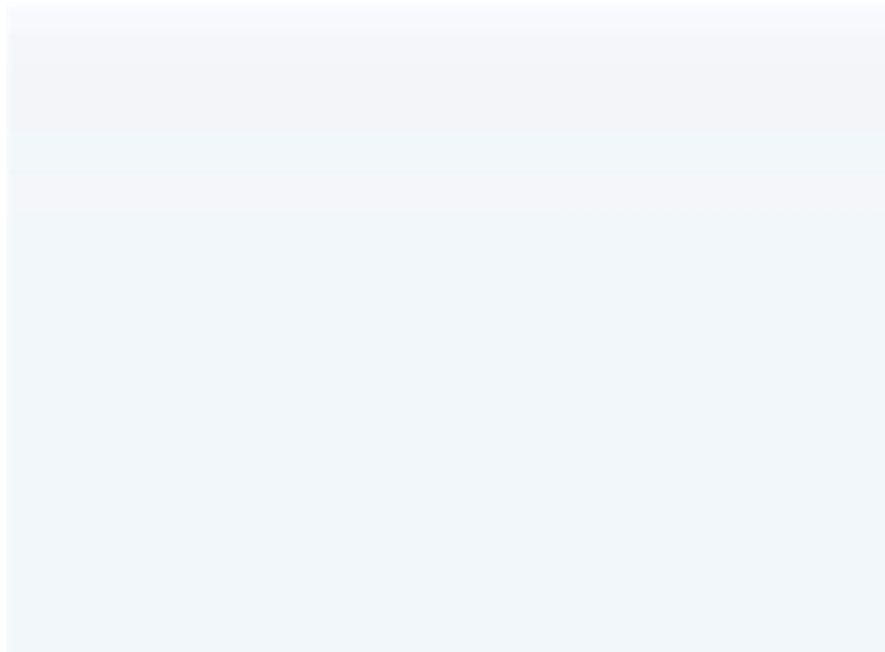
A metodologia utilizada para a composição deste plano foi dividida em etapas, conforme descrito abaixo:

- Apresentação sobre as matrizes geradoras.
- Diagnóstico das áreas de ação.
- Identificação das prioridades por unidade administrativa utilizando a matriz *SWOT*; estabelecimento de objetivos estratégicos.
- Replicação da oficina por unidade administrativa; construção dos objetivos estratégicos nas unidades administrativas.
- Apresentação das metas estabelecidas.
- Consolidação das ações da Reitoria e dos *campi*.
- Cada unidade informou as ações a serem desenvolvidas, o custo previsto e a origem do recurso de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e outras fontes.

2.1 DIAGNÓSTICO DA ÁREA ESTRATÉGICA E METODOLOGIA APLICADA

As premissas estratégicas de cada unidade da Reitoria e dos *campi* e os objetivos foram obtidos por meio do estabelecimento de prioridades indicados na matriz *SWOT/BSC*.

Figura 4 – Representação gráfica da articulação entre as áreas Fim e Meio do Ifap.



2.1.1 Áreas Fim

ENSINO

- Implantação e acompanhamento das políticas públicas educacionais emanadas pela SETEC/MEC no âmbito do IFAP;
- Planejar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino nos Câmpus do Ifap, em cursos técnicos de nível médio nas formas integrada e subsequente e em cursos superiores de Tecnologia e Licenciatura;
- Implementar cursos de Educação a Distância pela Rede E-Tec Brasil;
- Garantir o acesso e a permanência nos estudos, principalmente, por meio da oferta de assistência estudantil nos Câmpus do Ifap.

EXTENSÃO

- Estimular e promover a capacitação dos servidores e docentes do Ifap através de formação continuada, visitas técnicas e ingressos em cursos de qualificação;

- Desenvolver projetos institucionais e programas governamentais no âmbito do Ifap com a finalidade de ampliar a oferta de Cursos para a comunidade amapaense através da qualificação profissional de jovens e adultos;
- Promover ações culturais.

PESQUISA E INOVAÇÃO

- Articulação com instituições de fomento à pesquisa, pós-graduação e inovação nacionais e internacionais visando implementar e/ou consolidar parcerias e convênios;
- Divulgação dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos com apoio dos programas institucionais e externos;
- Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como de servidores de instituições parceiras, em nível de pós-graduação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Promover e manter intercâmbios com instituições de ensino superior e outros organismos internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- Promover a mobilidade nacional e internacional de estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos em projetos de pesquisa, estudos, treinamentos, estágios, ações culturais e esportivas e capacitação em cursos de línguas estrangeiras em instituições de excelência no Brasil e no exterior.

2.1.2 Áreas Meio

ADMINISTRAÇÃO

- Ampliar e melhorar a infraestrutura e instalações dos Câmpus e Reitoria;
- Aperfeiçoar os métodos de gestão e autonomia de execução orçamentária e financeira nos Câmpus;
- Promover melhorias no desenvolvimento das atividades administrativas e nas políticas de conservação de seus bens móveis e imóveis, buscando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade na prestação de serviços.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Dinamizar e estimular a cultura do planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional e estratégico a médio e longo prazo no Ifap.

GESTÃO DE PESSOAS

- Desenvolver programas relacionados às melhorias da qualidade de vida do servidor;
- Fomentar programas de capacitação no Ifap com instituições de ensino nacional e internacional, de modo a elevar a titulação dos servidores.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Os objetivos estratégicos da área de Tecnologia de Informação seguem normatização específica, de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI).

2.2 METAS INSTITUCIONAIS

Para a execução de seus objetivos estratégicos o Ifap apresenta o seu Plano de Estruturação o qual se traduz através do Plano de Metas, onde traça sua projeção de vaga para o período de 2014 a 2018.

Objetivo I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

Com base nos dispositivos do art. 8º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Ifap, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, deverá garantir o mínimo de 50 % de suas vagas para atender aos objetivos definidos no Inciso I do caput do art. 7º desta Lei:

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	Técnico Integrado									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá	160		160		160		160		160	
Câmpus Laranjal do Jarí	120		240		240		200		200	
<i>Campus Santana</i>	0		0		105		120		120	
<i>Câmpus Porto Grande²</i>					80		120		160	
Câmpus Avançado Oiapoque ²										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari										

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	Técnico Subsequente									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá	160		160		160		160		160	
Câmpus Laranjal do Jarí		80		120		120		80		80
<i>Campus Santana</i>	0	70	140	105	0	120	0	120	0	120
<i>Câmpus Porto Grande²</i>				80	80	80	80	80	80	80
Câmpus Avançado Oiapoque ²										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari		30		30		30		30		

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	Integrado PROEJA									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá	160		160		160		120		120	
Câmpus Laranjal do Jarí		40								
<i>Campus Santana</i>	0	0	0	0	0	40	0	40	0	40
<i>Câmpus Porto Grande²</i>						40	40	40	40	40
Câmpus Avançado Oiapoque ²										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ²										

Objetivo II - Ministrará cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

As vagas dos cursos de Formação Inicial e Continuada serão ofertadas dentro do percentual de 30% (trinta por cento) restante do Plano de Metas, conforme previsão da oferta de vagas dos cursos constantes nos Incisos II e alíneas *a*, *c*, *d* e *e* do Inciso VI, do art. 7º, da lei 11.892/08.

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	a) Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada visando à qualificação do público interno e externo do Ifap.									
Unidade	2014		2015		2016		2017		2018	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá	390	40	390	40	390	40	310	40	310	40
Câmpus Laranjal do Jarí	70	70	70	40	70	40	70	40	70	40
Câmpus Santana	0	420	520	420	491	240	200	320	320	280
Câmpus Porto Grande ²					120	180	120	180	120	180
Câmpus Avançado Oiapoque ²										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ²										

Descrição da Meta ¹	Execução das Metas									
	b) Oferta de PROEJA FIC									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá										
Câmpus Laranjal do Jarí										
Câmpus Santana										
Câmpus Porto Grande										
Câmpus Avançado Oiapoque										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari										

Descrição da Meta ¹	Execução das Metas									
	c) Realização cursos de certificação CERTIFIC.									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá										
Câmpus Laranjal do Jarí										
Câmpus Santana										
Câmpus Porto Grande										
Câmpus Avançado Oiapoque										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari										

¹ O fechamento da oferta de cursos para o Campus Santana será concluído durante o processo de implantação.

² A oferta de cursos será iniciada no processo de implantação.

Objetivo III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade:

Descrição da Meta	Execução das Metas				
	a) Oferta de bolsas de pesquisa para discentes				
Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Macapá	50	60	26	28	30
Câmpus Laranjal do Jarí	20	30	17	19	22
<i>Campus Santana</i>			10	12	15
<i>Câmpus Porto Grande¹</i>	-	-	5	9	12
Câmpus Avançado Oiapoque ¹	-	-	-	-	-
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ¹	-	-	-	-	-

Descrição da Meta	Execução das Metas				
	b) Oferta de bolsas de pesquisa pesquisadores				
Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Macapá	09	12	4	6	8
Câmpus Laranjal do Jarí	-	03	3	5	7
<i>Campus Santana</i>	-	-	2	4	5
<i>Câmpus Porto Grande¹</i>	-	-	1	2	4
Câmpus Avançado Oiapoque ¹	-	-	-	-	-
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ¹	-	-	-	-	-

Descrição da Meta	Execução das Metas				
	c) Publicações científicas do IFAP (Artigos publicados em periódicos científicos, Publicação de Livros, Publicação em anais de eventos científicos).				
Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Macapá	20	25	56	90	130
Câmpus Laranjal do Jarí	15	15	31	60	90
<i>Campus Santana</i>	-	-	14	35	55
<i>Câmpus Porto Grande¹</i>	-	-	7	15	25
Câmpus Avançado Oiapoque ¹	-	-	-	-	-
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ¹	-	-	-	-	-

Descrição da Meta	Execução das Metas				
	d) Implantação e implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT				
Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Macapá	-	01	01	01	01
Câmpus Laranjal do Jarí	-	01	01	01	01
<i>Campus Santana</i>	-	-	01	01	01
Câmpus Porto Grande ¹	-	-	-	01	01
Câmpus Avançado Oiapoque ¹	-	-	-	-	-
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari ¹	-	-	-	-	-

¹ A oferta de cursos será iniciada no processo de implantação dos câmpus.

Descrição da Meta	Execução das Metas				
	e) Realização de estudos de demanda para oferta de cursos do IFAP				
Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Macapá	01	01	01	01	01
Câmpus Laranjal do Jarí	01	01	01	01	01
<i>Campus Santana</i>	02	01	01	02	02
Câmpus Porto Grande	01	01	01	01	01
Câmpus Avançado Oiapoque	01	01	01	01	01
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari	01	01	01	01	01

Objetivo IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

Descrição dos Objetivos e Metas	Execução das Metas										
	2014		2015		2016		2017		2018		
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	
Objetivo específico: Realizar convênios institucionais e empresariais, nacionais e internacionais.											
Meta: Estabelecimento de parcerias com empresas, ONG' e governos.	1										
Objetivo específico: Viabilizar projetos de ação social.											
Meta: Realização de ação de cunho social.	1		1		1		1				
Objetivo específico: Viabilizar a realização de atividades de extensão (cursos, palestras, eventos, programas e projetos).											
Meta: Elaboração e realização em conjunto com os Câmpus de atividades de extensão.	2										
Objetivo específico: Coordenar e intermediar as atividades de estágio.											
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.	1										
Objetivo específico: Oferecer assessoria nas áreas técnicas e tecnologia ligadas à informática, meio ambiente, infraestrutura e gestão.											
Meta: Realização de assessorias nas áreas técnicas e tecnológica	12		12		12		12		12		

Objetivo específico: Realizar pesquisa dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais através do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPCT, atendendo os municípios do Laranjal do Jarí, Macapá, Porto Grande, Santana e Oiapoque.										
Meta: Realização de pesquisas acerca dos arranjos produtivos locais.	2		1		1		1		1	
Objetivo específico: Coordenar e intermediar as atividades de estágio										

* Sujeita alterações

Objetivo V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	2014		2015		2016		2017		2018	
	2ºsem		1ºsem		2ºsem	1ºsem	2ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Meta: Elaboração de projeto e programa de extensão que possam obter e transferir tecnologia						1		1		
Meta: Implantação de programas de bolsas institucionais e disponibilização de recursos orçamentários para desenvolvimento de projetos de extensão.			1		1		1		1	
Meta: Disponibilizar bolsas de Auxílio-Transporte*	10%		10%		10%		10%		10%	
Meta: Disponibilizar bolsa Auxílio-Alimentação*	10%		10%		10%		10%		10%	
Meta: Disponibilizar bolsa Formação Profissional*	1%		1%		1%		1%		1%	
Meta: Elaboração de programas de estágio junto com os Câmpus.			1	1	1	1	1	1	1	1
Meta: Definição das políticas de acompanhamento de egressos.			1		1		1		1	
Meta: Produção e				1		1		1		

Descrição da Meta	Execução das Metas									
	OFERTA DE VAGAS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – MESTRADO:									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Unidade	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
Câmpus Macapá	25		30		40		20		24	
Câmpus Laranjal do Jarí	05		10		15		5		8	
Câmpus Santana							5		7	
Câmpus Porto Grande ¹									1	
Câmpus Avançado Oiapoque										
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari										

Objetivo VII - Desenvolver o planejamento estratégico de gestão em conjunto com os Câmpus e Pro-Reitorias visando o atendimento das metas preconizadas no Acordo de Metas e Compromisso firmado entre o MEC e o IFAP.

¹ A oferta de cursos será iniciada no processo de implantação do câmpus.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI/PPP

A implantação do Ifap apresenta-se com o grande desafio de preencher a lacuna na oferta de educação profissional e tecnológica que no contexto da atual sociedade globalizada torna-se relevante para desenvolvimento social e econômico da região.

Nesta perspectiva, a educação deve acompanhar as mudanças da chamada sociedade globalizada ou do conhecimento com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social e produtiva.

Segundo Libâneo (2012, p.17) afirma que:

É verdade que o mundo contemporâneo – Neste momento da história denominado do ora sociedade pós-moderna, pós-industrial ou pós-mercantil, ora de modernidade tardia – está marcado pelos avanços da comunicação na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas da vida social provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais afetando, também, as escolas e o exercício profissional da docência.

A construção do projeto pedagógico Institucional do IFAP assume um papel relevante para atingir os objetivos propostos pela instituição, uma vez que será um instrumento norteador e basilar das concepções filosóficas, epistemológicas e educacionais que direcionará as estratégias institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão.

Desse modo, pensar no Projeto Pedagógico Institucional- PPI como instrumento balizador é reconhecer sua identidade própria gerada da reestruturação da educação profissional e tecnológica a partir da nova concepção da rede federal, cujo princípio está na articulação entre educação, ciência, trabalho, cultura e tecnologia, tendo em vista atender as novas demandas sociais e produtivas do mundo do trabalho, numa perspectiva que prioriza a verticalização do ensino articulando níveis e modalidades distintos de educação profissional e tecnológica possibilitando aos alunos a elevação do seu nível de escolaridade em determinado eixo tecnológico, no âmbito da instituição.

3.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA EDUCATIVA DO IFAP

Ao longo da história, a educação e as metodologias de ensino têm sido concebidas

de diferentes maneiras, de acordo com as ideias vigentes sobre a própria educação e necessidades históricas de formação humana. Para isso existem variadas teorias educacionais com os seus respectivos desdobramentos filosóficos e pedagógicos. Diante das mudanças significativas ocorridas na sociedade nas últimas décadas um novo contexto histórico emerge e com ele uma nova formação de sujeito que atenda perfis profissionais exigidos da sociedade globalizada. Nesse âmbito a economia globalizada e os constantes avanços tecnológicos que ocorrem no mundo e no Brasil afetam diretamente o mercado, a geração de trabalho e renda que só poderá acontecer com a expansão do conhecimento e deve acontecer em todos os níveis educacionais.

Em uma sociedade imersa nas evoluções tecnológicas do mundo globalizado, faz-se cada vez mais necessária a inclusão do cidadão por meio da educação, como via de acesso ao trabalho. Para Gadotti (2000) a sociedade do século XXI utiliza cada vez mais as tecnologias da informação, a educação tem um papel decisivo na criação de outros mundos possíveis, mais justos, produtivo e sustentáveis. Delors (1996) afirma que a educação é uma das chaves de acesso ao século XXI, que deve estar no processo de construção do sujeito durante toda a vida, proporcionando respostas ao desafio de um mundo em rápida transformação.

Diante disso, a revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam a completa revisão dos currículos, da educação básica à educação superior, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas. Seguindo esta mesma linha de pensamento, Gadotti (2000) considera que a virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre práticas e teorias que atravessaram os tempos, para ele:

Falar de “perspectivas atuais da educação” é também falar, discutir, identificar o “espírito” que perpassa, atualmente, o campo das ideias, dos valores e das práticas educacionais marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro (GADOTTI, 2000, p. 4).

Ele afirma ainda que “algumas perspectivas teóricas que orientaram muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerão em sua essência. (Op. cit.)_Neste contexto, ele suscita o seguinte questionamento: “Quais teorias e práticas fixaram-se no *ethos* educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje?”.

Nesse sentido, construir um panorama crítico da educação considerando a

contextualização histórico-social que fundamenta os princípios filosóficos e a legislação educacional no cenário brasileiro, permite identificar diretrizes que norteiam práticas educacionais que propiciem a transformação social. Para isso, é essencial que a escola perceba que as concepções de ensino-aprendizagem, currículo, avaliação, prática pedagógica estão diretamente relacionadas aos aspectos políticos, históricos e sociais que estão subjacentes aos processos educacionais.

Nesse processo, entende-se a concepção de homem como um ser histórico-social que atua no mundo concreto de forma consciente para projetar e satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais, construindo e reconstruindo conhecimentos.

A concepção de sociedade é fruto de uma construção humana em âmbito coletivo, que se estrutura ao longo de gerações, reorganizando seus conceitos e seus paradigmas, na medida em que acontece o seu desenvolvimento físico e intelectual, bem como estabelecendo relações coletivas em busca da satisfação das necessidades intrínsecas do ser humano.

A educação representa um papel importante para a sociedade, consolidando-se como um diferencial na formação dos sujeitos. Nesse sentido, ela pode contribuir “[...] para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade” (LUCKESI, 1994, p. 69).

Considerando as concepções de homem e sociedade na sua construção histórica o Ifap como instituição formadora consciente de seu papel social, de formar cidadão trabalhador capaz de compreender o mundo e seus pares, a fim de melhor compreender a si mesmo, com mais sentido de responsabilidade, de solidariedade das diferenças culturais, sociais e econômicas, pauta sua prática educativa na superação da fragmentação curricular e do ensino descontextualizado. A proposta educacional da instituição deve constituir-se como propulsora para o desenvolvimento e do aprimoramento do caráter para a formação de um cidadão crítico, reflexivo e autônomo.

Com base nestes pressupostos definem-se os seguintes princípios filosóficos que orientarão as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico dos cursos ofertados

pelo IFAP:

1. Concepção de homem como um ser dotado de potencialidades, com capacidade

de auto superação e de agir ativamente para modificar e sugerir inovações à realidade onde ele está inserido.

2. Concepção de sociedade como organismo vivo reconstruída a cada momento histórico pelos sujeitos, considerando as relações de interesse e necessidades da coletividade, numa perspectiva de construção de sociedade igualitária, justa e fraterna.
3. Compreensão de educação como um processo de construção humana que resulta na produção de conhecimentos, cultura, valores e atitudes, contribuindo para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, com repercussão na melhoria da qualidade de vida da sociedade.
4. Visão do educando como um ser incompleto, dotado assim de necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual.
5. Consciência de que o conhecimento é o grande capital da humanidade. Ele é elementar para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições educacionais que se dedicam ao conhecimento objetivando a produção da ciência, tecnologia e cultura.

3.2 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O ponto de referência para um olhar sobre concepções teórico-metodológicas numa linha educacional propicia o entendimento do papel da escola na sociedade. Como instituição social ela vem sendo questionada acerca do seu papel ante as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Em decorrência da mudança de paradigma ocorrido nas últimas décadas nas sociedades contemporâneas, esse novo contexto, coloca o papel da escola e dos professores, no desafio de ensinar e, ao mesmo tempo, formar e propiciar o desenvolvimento do aluno tendo em vista a apropriação de conhecimentos para interpretação do mundo com condição de formação de valores e de exercício de cidadania, com autonomia e responsabilidade social.

Considerar as mudanças ocorridas na sociedade globalizada traz o entendimento que esta afeta diretamente o espaço escolar, pois o momento em que a escola vive é justamente de uma ampla reforma educacional. Nesse sentido, o momento histórico ilustra o quanto o conhecimento pode ser mutável, uma vez que a cada instante são feitas novas descobertas em todos os ramos da ciência, tornando sua obsolescência muito rápida

principalmente na entrada do século XXI.

Inicialmente, considerar esse novo paradigma se constitui como elemento que facilita a compreensão dos aspectos mais significativos sobre a abordagem teórico-metodológica que deve orientar a prática escolar na atual realidade. É necessário somar os conceitos em torno das concepções reunindo elementos críticos que possibilitem estabelecer objetivos que levem ao desenvolvimento de uma educação pública e democrática, considerando as novas exigências da sociedade globalizada, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A produção de teorias relativas à educação e seus diferentes posicionamentos sobre o ensino e aprendizagem foram construídos a partir do modo como os indivíduos se estabeleceram em sociedade através do tempo, desenvolvendo um conjunto de valores que direcionaram as questões pedagógicas, sendo constituídas como paradigmas aceitos para a prática da educação.

Neste sentido, a alteração para um novo contexto requer abordagens teórico/metodológicas que embasem uma relação com a “nova educação”, pois estas devem possibilitar pressupostos educacionais que remetam para uma visão conceitual que supere o ensino memorista e conteudista típico do ensino tradicional que Paulo Freire denomina educação bancária. Dessa forma, um novo modelo de educação deve ser proposto embasado na aprendizagem considerando o aluno como elemento central, que estabelece relações com o meio social numa construção dialética do conhecimento em que ambos produzem novas formas de percepção e compreensão do mundo.

Assim, para uma nova abordagem, a escola precisa ter claro o que, quando, onde e como pretende desenvolver o processo educativo que deve estar alicerçado em valores éticos e humanos com vistas a garantir o cumprimento da missão institucional. É compreender que, muitas discussões que envolvem a escola, não se resumem apenas em uma “nova metodologia” ou em um novo arranjo de conteúdos, mas, antes de tudo, devem refletir um claro entendimento sobre como se entende a sociedade, a escola, o professor e o aluno.

Compreender esse posicionamento lança as bases para um ensino que promova uma nova prática educativa crítica/reflexiva, contextualizada e transformadora. Os fundamentos da aprendizagem e a formação do sujeito são objetos de estudo de várias áreas do conhecimento, levando estudiosos renomados a contribuir significativamente para o entendimento desses objetos, entre eles podemos citar: Piaget, Vygotsky, Ausubel,

Libâneo, Saviani, Paulo Freire e outros. As teorias defendidas por esses autores se apresentam para a escola como linha de raciocínio, amparadas em seu paradigma, dentro de um determinado contexto auxiliando na evolução e no aprimoramento dos modelos pedagógicos usados ao longo dos tempos.

Neste caso, as contribuições para os fundamentos e métodos de aprendizagem, bem como a construção do conhecimento dentro de algumas linhas do pensamento pedagógico promovem sem dúvida a melhoria dos métodos de ensino que hoje sustentam o trabalho educacional nas escolas. Tudo isso, vem favorecendo a pedagogia e a prática educacional, que no caso destes teóricos pertencentes a “Escola Pedagógica Nova” como: Piaget, Vygotsky e Ausubel conforme menciona Vogelmann (2011, p.74) “desenvolveram suas teorias com o foco centrado no aluno, agora chamado de aprendiz que além de receber do seu professor, agora chamado de mediador, facilitador ou coordenador do processo de aprendizagem; postulam o respeito, a empatia e a participação do aprendiz na construção de conhecimento.” Piaget que também aparece na abordagem humanista, diz que desenvolvimento humano acontece pela interação com o seu mundo ou seu ambiente, é importante a ação do sujeito sobre o meio do processo aprendizagem, ou seja, deixar que o educando fale, que coloque suas ideias, e que seja capaz de transformá-la.

Assim, esses pensadores da linha pedagógica humanista estabelecem em suas teorias no significado dos conteúdos para a vida prática do aprendiz, como participante do processo de construção do conhecimento, coautor, ativo e questionador. Amparada nesta mesma linha pensamento, encontramos a tendência pedagógica crítica social dos conteúdos que define a educação como uma “atividade mediadora no seio da prática social global.”

Libâneo (2001), coloca que a pedagogia como prática da educação, cuja função é conduzir o ser humano na superação de um estado para outro, contribui na direção daquilo que é possível de educar, pois esta ação só será possível quando se constrói pela interação entre as pessoas e o ambiente em que elas se encontram. Considerando essa abordagem no espaço escolar traz o entendimento que não basta ter os conteúdos as questões sociais, mas é necessário que se tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses. Assim, tanto a escola como a educação consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e

ativa na democratização da sociedade.

Saviani (1987) considera que na interação do professor e da participação do aluno a escola deve possibilitar aquisição de conteúdo, trabalhar a realidade do aluno em sala de aula, para que ele tenha discernimento e poder de analisar sua realidade de uma maneira crítica e a socialização do educando para que tenha uma participação organizada na democratização da sociedade, ou seja, que eles consigam absorver os conteúdos e transformar o meio onde vivem em um local com igualdade de oportunidades.

Nesta perspectiva e considerando as referências teórico-metodológicas acima citadas, entende-se que se bem balizadas, permitem consolidar o papel sociopolítico da educação, da escola e, mais especificamente do processo ensino/aprendizagem na formação do homem em sua realização na sociedade. A construção desse conhecimento deve embasar-se em pressupostos de uma pedagogia transformadora, ou seja, trabalhar no sentido de ir além dos métodos, técnicas e conteúdos, procurando associar a escola-sociedade, teoria-prática, conteúdo-forma, técnico-político, ensino-pesquisa, professor-aluno coerente com a perspectiva de construção de sociedade mais humana e justa.

Alinhado a esta nova forma de pensar, o desenvolvimento humano o Ifap consolida sua concepção teórico-metodológica partindo do pressuposto de que o ser humano é um ser histórico e inacabado que transforma sua realidade e ao mesmo tempo transforma a si mesmo e o mundo. A proposta do Ifap é oferecer “[...] uma formação contextualizada e crítica, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” (PACHECO, 2011). Portanto, uma vez que o aprendiz compreende que é possível ser um agente transformador da realidade, ele intervém diretamente na sua construção como sujeito social, interagindo com seus saberes, sua história e suas relações históricas culturais.

A vertente pedagógica desenvolvida pelo Instituto tem como fundamento a visão crítica do processo histórico-educacional, acerca de aspectos, procedimentos, execução e efetivação da prática educativa numa perspectiva da modernidade ao qual a sociedade do conhecimento está inserida. Neste século XXI que se descortina como uma aldeia global, exige portanto, que os cidadãos estejam constantemente revendo e reformulando seus saberes, sua forma de pensar e agir no mundo. O Ifap como instituição de educação profissional e tecnológica direciona sua orientação pedagógica na superação do modelo tecnicista com ênfase no saber fazer. O entendimento deste desafio está na construção de uma proposta curricular que desafie a todos a resgatar o sentido da escola como espaço de

desenvolvimento de aprendizagem, dando sentido ao mundo real, concreto que deve ser vivenciado pelos alunos. Para PACHECO (2011, p.15) a proposta educacional deve:

Recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para os ofícios e mais compreensão do mundo do trabalho e uma participação qualitativamente superior a ele.

Portanto, pautar-se em uma proposta de trabalho concepção teórico/metodológica que contemple o homem, a sociedade, a educação, a cultura, o trabalho, a tecnologia, a cidadania, atribuindo significado àquilo que o aluno está aprendendo oportunizando a construção de projetos e vida pessoais e coletivos que garantam a inserção social e produtiva com cidadania.

As ações educativas do Ifap respaldam-se numa nova proposta curricular, em que pese o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que promovam o novo perfil produtivo e tecnológico do cidadão trabalhador. Para isso, é necessário a escola desenvolver metodologias que contemplem os princípios das competências, habilidades e atitudes em direção a um ensino de qualidade.

De acordo Delors (*apud* GADOTTI, 2000, p. 9 e 10), coordenador do “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI”, no qual são definidos os quatro pilares da educação:

Aprender a conhecer – Prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas “pensar pensamentos”, pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

Aprender a fazer – É indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a *competência pessoal* que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura *qualificação profissional*. Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, *qualidades humanas* que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho. A

flexibilidade é essencial.

Aprender a viver juntos – a viver com os outros. Compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência.

Aprender a ser – Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e linguística. Precisa ser integral.

Nesta perspectiva, garantir um projeto educacional que reafirme a formação humana, cidadã e profissional, precede a qualificação para a laborabilidade haja vista o compromisso de assegurar aos educandos a capacidade de manter-se em desenvolvimento contínuo. O Ifap conduz o trabalho pedagógico pautado numa concepção educacional transformadora, com respeito à liberdade, a favor da democracia, considerando o saber viver e conviver com as inúmeras diferenças na promoção de uma educação de qualidade.

3.3 CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Considerando que o processo educativo é complexo e fortemente marcado por variáveis pedagógicas e sociais, este não pode ser analisado fora da interação dialógica entre escola e a vida, pois o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura estão fortemente alicerçados na construção do sujeito e seus valores. Com o desafio da educação na formação do sujeito é preciso olhar a escola no seu contexto e na sua organização interna considerando: o fenômeno do currículo, a prática docente e a relação entre professor, aluno e conhecimento. Neste sentido, cabe à escola indagar sobre o currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina, Como se constrói? Como se implementa?

Atualmente, o conceito de currículo envolve o currículo formal (planos e propostas pedagógicas); o currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas) e o currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores trazem, carregados de sentido próprio, criando as formas de relacionamento, poder e convivência). Ou seja, o currículo deve ser entendido como processo que envolve

uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação; das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente (SACRISTAN, 1998).

LOPES (2006, contra capa), ainda afirma que:

... currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória, de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também nos enreda com outros formandos tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...].

Visto que cada escola está inserida em um contexto, seja temporal ou regional, o currículo deve contemplar as particularidades de cada localidade, entretanto deve respeitar as normas estabelecidas nacionalmente. Essas normas se fixam em um tipo de currículo prescrito que é aquele preestabelecido em todo o território seja nacional ou estadual, que todos os professores devem seguir e executar. Ele atribui à escola o papel de produzir a cultura e é imposto por documentos oficiais, neste caso, o currículo é um instrumento político que se vincula a ideologia, à estrutura social, à cultura e ao poder.

Nesta dimensão, para a constituição de currículo é necessário pensar em uma pedagogia que venha romper com paradigmas unidimensionais do conhecimento e do aluno, concebendo-o como um ser particular que se constitui na integralidade, através das múltiplas relações que estabelece com o mundo. Romper com práticas de exclusões presentes no cotidiano escolar constitui um passo importante na tomada de decisão rumo a uma sociedade mais justa e mais solidária.

Ao abordar a importância e o significado do Currículo, Ensino e Aprendizagem deve-se ter como direcionamento a organização e orientação teórico-metodológica que consolida a prática educativa escolar. Analisar que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos, mais sim uma construção de seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, culturais e políticas, intelectuais e pedagógicas. Assim, o entendimento sobre concepção curricular deve passar pela necessidade de constituir a escola como um ambiente e espaço educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, sendo estas condições imprescindíveis para a constituição da

cidadania. Assim, uma concepção renovada de qualidade incorpora a crença em uma escola reformulada e ampliada.

É preciso ter clareza sobre o papel de educação na construção do sujeito, pois há uma relação estreita entre currículo e o ensino como elementos que constituem a prática educativa, neles resultam orientações e propostas curriculares que provêm das ações pedagógicas que envolvem os alunos, com isso, a escola deve promover um clima favorável ao desenvolvimento das pessoas e a liberdade de aprender do que apenas técnicas, métodos e estratégias para facilitar a aprendizagem. A importância dessa compreensão é fundamental para que se possa, no processo pedagógico, orientar a avaliação para essas finalidades, pois a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Segundo Sant'Anna (2010, p. 7):

A avaliação deverá revelar se o conteúdo sistematizado e a autoridade do saber do professor, no intercâmbio com a experiência de vida, o saber até então construído e a capacidade de construir conhecimento do aluno, atingiram o nível pretendido para ambos.

Para isso, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes não devem apenas identificar saberes, mais buscar possibilidades de construção de novos saberes a partir de um diálogo reflexivo que se possa estabelecer com os atores sociais envolvidos nesse processo, bem como na organização do ensino e da aprendizagem na contribuição de práticas educativas emancipadoras. A razão pedagógica está também associada, inerentemente, a um valor intrínseco, que é a formação humana, permite ajudar os outros a se educarem, a serem pessoas dignas, justas, cultas, aptas a participar ativa e criticamente na vida social, política, profissional e cultural.

A escola, portanto, não deve ser apenas um local onde se aprende um determinado conteúdo escolar, mas um espaço onde se aprende a construir relações com as “coisas” (mundo natural) e com as “pessoas” (mundo social). Essas relações devem propiciar a inclusão de todos e o desenvolvimento da autonomia e auto direção dos educandos, com vistas a que participem como construtores de uma nova vida social. Desta forma, se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, pensar o ensino, a avaliação e seus processos no âmbito das reflexões acerca do currículo escolar reveste-se de grande importância pelas implicações que podem ter na formação dos educandos. Nesta perspectiva, em se tratando de avaliação é necessário apresentar

questionamentos como Por que avaliar? Como Avaliar?

Jussara Hoffmann em sua obra *Avaliação Mito & Desafio* (1992) afirma que: “A função seletiva e eliminatória é da avaliação é responsabilidade de todos! A avaliação numa perspectiva de pedagogia libertadora, é uma prática coletiva que exige a consciência crítica e responsável de todos na problematização das situações”. Para isso, é necessário ver o aluno como um ser social e político sujeito ao seu próprio desenvolvimento. Uma avaliação precisa se alicerçar em objetivos claros, simples, precisos, que conduzam, inclusive a melhoria do currículo.

Contudo, o trabalho pedagógico deve ser enriquecido pelo diálogo entre as distintas áreas do conhecimento para se conceber em um currículo integrado, ultrapassando-as, atravessando-as em busca contínua pelo conhecimento socialmente relevante e incluyente. Assim, a organização do estudo, a seleção do material, a opção por uma determinada metodologia, uma concepção de avaliação e as relações do discurso são elaboradas a partir do caráter educacional que a escola assume. Especificamente na atual sociedade, o cenário aponta para uma estruturação curricular. Para Pacheco (2011, p. 36) esta nova organização atinge a educação básica (profissionalizante ou não) que deve conter dimensões

.. que articule teoria-prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo em constate mudança, buscando autonomia e desenvolvendo o espírito investigativo. Ou seja, é imprescindível que o currículo, mesmo diante de aspectos que justifiquem especificidades de qualquer natureza, esteja estruturado com base na garantia de conteúdos que configurem e entreguem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho.

As relações entre processo de produção do conhecimento e a educação são evidentes. Para analisar o papel do conhecimento no mundo contemporâneo e, conseqüentemente, sua inserção nas reformas educacionais especialmente nas curriculares, é importante verificar a mudança de sua natureza ao longo da história. Como afirma Gimeno Sacristán: A relação de determinação sociedade-cultura-curriculum-prática explica que a atualidade do currículo se veja estimulado nos momentos de mudanças nos sistemas educativos, como reflexo da pressão que a instituição escolar sofre desde diversas frentes, para que adapte seus conteúdos à própria evolução cultural e econômica da sociedade. No entanto, é razoável inferir que conhecimento não é apenas produção científica, mas também o conhecimento tácito, senso comum, intuitivo e as experiências individuais e coletivas que movem as pessoas em seu dia-a-dia.

Mais precisamente, será fundamental entender que o conhecimento supõe o desenvolvimento do pensamento o qual possibilita as condições e os meios de aprendizagem, ou seja, as mediações cognitivas. Aprendizagem – deve ser significativo, o que exige que ela seja vital como a compreensão de significados. É o processo através do qual vencemos cada passo do caminho desde que respiramos pela primeira vez; a transformação que ocorre no cérebro sempre que uma nova informação é integrada, que uma nova habilidade é dominada.

Isto implica na elaboração e desenvolvimento de uma proposta curricular voltada para uma formação humana, científica, tecnológica e cidadã, articulada com o atual contexto social, político, econômico e cultural, e que vislumbre a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Esta dimensão de educação deve ser assumida por todos que integram o Instituto Federal.

Nessa compreensão, pode-se afirmar que articular trabalho em sala de aula com a transformação da sociedade é fundamental para promover o processo de renovação de sua metodologia “tradicional” em direção a uma metodologia transformadora; embora entenda que a sala de aula e o resto da sociedade permaneçam em áreas fisicamente distintas. A escola apresenta-se como uma comunidade em miniatura, ensinando situação de comunicação e cooperação entre os indivíduos, sendo o papel do ensino propiciar mudanças qualitativas no desenvolvimento do pensamento, pois a educação e o ensino são fatores determinantes do desenvolvimento mental. Enfim, pode-se afirmar que o contexto do ensinar e do aprender é o espaço onde se concretiza o currículo. Este processo acontece não só por meio da transferência de conteúdos, mas também pela influência das diversas relações e interações no contexto escolar.

Na proposta do IFAP está o entendimento de que é necessário construir uma proposta curricular que ultrapasse o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais e que se construa na perspectiva da integração disciplinar e interdisciplinar; visando um currículo que articule projetos transdisciplinares explorando as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, bem como desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos educandos, concretizando assim o objetivo da educação integral, explicitada na existência de uma matriz curricular cuja base se alicerça nas funções sociais, políticas e educativas.

O IFAP segue um projeto educacional que atenda um novo tipo de instituição partindo do pressuposto da importância da aprendizagem não linear, pois o conhecimento

assume o papel de mediação sendo possível construí-lo a cada novo encontro de ideias, razão pela qual ele não é estático e autoritário, mais integrado e participativo que deve ser condizente com a proposta pedagógica institucional assumida numa perspectiva social.

Nesse sentido, os princípios orientadores para os cursos ofertados pelo Ifap, pautam-se numa perspectiva da formação humanística que articule a dimensão profissional com a sociopolítica mediante uma ação crítica/reflexiva que abandona o modo fragmentado de pensar e constrói conceitos baseados em formulações sistêmicas, onde o modelo mecânico de educação seja substituído por uma abordagem holística que prioriza a formação do ser humano global congregando os mais diversos campos do saber. Trata-se de um projeto educacional progressista que entende a educação como um compromisso de transformação social e de enriquecimento de conhecimentos e objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto de experiência humana que vai contra uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

No entendimento do que alicerça o currículo, ensino e aprendizagem composta pelo texto acima se acrescenta a associação entre ensino, pesquisa e extensão nas bases educacionais do Ifap, que se baseiam na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade da investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

As novas competências que desafiam a processo educativo em que a escola do século XXI deve trabalhar na compreensão da rapidez das informações, estão contempladas na proposta pedagógica do Ifap que concretiza no ato de educar uma construção permanente tendo com respeito à formação continuada ao longo da vida, reconhecendo as competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os àqueles presentes nos currículos formais. Para isso, o trabalho pedagógico deve estar alicerçado nos seguintes pontos:

- O trabalho pedagógico como foco formativo.
- A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares.
- A ampla formação cultural.
- A diversidade do conhecimento, a fim de atualizar a sociedade, modificar e integrar todas as ações da comunidade escolar.
- A criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade concreta, desde o início do curso.

- Incorporação da pesquisa como princípio de formação.
- A possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas da gestão democrática.
- Desenvolvimento do compromisso social e político da docência.
- Compromisso com a democracia, a educação e a justiça social, incrementando a sua inserção social e articulando-se no espaço local e global.
- Melhoria da qualidade educacional e atenção privilegiada à qualificação formal e social das pessoas, proporcionando o desenvolvimento de ações políticas e administrativas pertinentes à sua missão.
- Avaliação permanente dos cursos e acompanhamento contínuo das ações que configuram o trabalho institucional, entendidas como de responsabilidade coletiva a serem conduzidas à luz do projeto político-pedagógico de cada curso.
- Qualidade do cumprimento de suas ações, modernizando os processos de trabalho e de quando a estrutura organizacional de recursos humanos, físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão acadêmica, técnica e administrativa.

Portanto, as diretrizes pedagógicas concebida em uma dimensão contextualizada do processo ensino aprendizagem, ocorrerão vinculadas à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do educando. Neste sentido, será necessário:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo.
- Garantir a interdisciplinaridade e contextualização nos currículos dos cursos ofertados pelo IFAP.
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade.
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares.
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos.
- Ofertar cursos segundo perfis profissionais identificados nos diferentes eixos tecnológicos previstos nos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos.
- Fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme eixos tecnológicos.
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno nos diferentes cursos de formação ofertados no IFAP.

3.4 POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas públicas educacionais brasileiras dizem respeito à medida que o Estado adota, no caso, o governo brasileiro, relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação no país (SAVIANI, 2000).

Essas medidas se referem, sobretudo, às regulamentações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, e o Plano Nacional de Educação, sendo este a principal medida de política educacional decorrente da LDBEN. Sua importância deriva de seu caráter global, pois abrange todos os aspectos concernentes à organização da educação nacional e de seu caráter operacional.

A definição de identidade institucional também constitui fator relevante de sucesso de implementação de políticas para o ensino, objetivando uma educação de qualidade para todos. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é tomada como um elemento central das novas políticas educacionais tendo em vista as próprias transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, de acordo com o Artigo 2º da Lei de Criação dos Institutos Federais (Brasil, 2008):

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multiCampus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (LEI nº 11.892/2008).

As ações de ensino dos Institutos devem priorizar a verticalização do ensino, propiciando condições de diálogo e a articulação entre os seus diferentes níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, proporcionando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social e tecnológica. Essa organização pedagógica verticalizada é um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Dessa maneira, uma das características da política de ensino dos IFs é oferecer cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada e subsequente; cursos de formação inicial e continuada; cursos técnicos para Jovens e Adultos; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Essa nova conjuntura dos Institutos reserva um lugar fundamental para a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia em articulação com os arranjos locais, regionais e

nacionais como elementos norteadores do processo de formação e constituição dos novos sujeitos, na perspectiva da formação integral de cidadãos trabalhadores emancipados.

De acordo com os fundamentos norteadores presentes no referencial teórico da MEC/SETEC (2010, p. 26).

agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN setor responsável pelas atividades e políticas de ensino no âmbito do IFAP, em consonância com as diretrizes emanadas pelo MEC/SETEC, tem como atribuição a supervisão e a implantação dessas políticas nos Campus do Ifap, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, igualmente, a inclusão de jovens e adultos no pleno direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

A PROEN desenvolverá suas ações propondo a quebra das barreiras entre o ensino técnico e o científico, a partir da articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, com a oferta de educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, nos Campus do Ifap, em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos de nível médio nas formas integrada e subsequente e em cursos superiores de Tecnologia e Licenciatura, nas modalidades presencial e a distância, buscando atender à política de expansão da Rede Federal concernentes com as diretrizes do MEC/SETEC.

Para o desenvolvimento do trabalho da PROEN, tem-se as seguintes diretorias: Diretoria de Graduação - DIGRAD e Diretoria de Ensino Técnico – DIRENT, cada uma representada por seu respectivo diretor, que pode ser um servidor da rede federal pertencente ao cargo de docente ou técnico administrativo de nível superior. Por constituírem diretorias que embasam o trabalho do ensino no âmbito do Ifap devem primar pelas diretrizes institucionais e em especial às atividades relacionadas à competência da PROEN, visando garantir a melhoria da educação profissional e tecnológica.

Todas as questões relativas ao ensino em seus diferentes níveis e modalidades

conforme especificados anteriormente, bem como os assuntos referentes às políticas de ensino, acompanhamento e a avaliação pedagógica, elaboração das diretrizes e dos regulamentos dos cursos oferecidos pelo Ifap, ações de assistência ao educando com base na Política Nacional de Assistência Estudantil e desenvolvimento de processos seletivos discentes são de responsabilidade dessa Pró-Reitoria.

Nesse sentido, estabelecer uma relação dialógica que responda positivamente as novas demandas educacionais da sociedade em consonância à implementação de processos formativos que articule curso e currículo, organização didático-pedagógico e infraestrutura em prol de um ensino de qualidade passa pela articulação das políticas de ensino que soma forças com a pesquisa e extensão, com via a novas metodologias e tecnologias de ensino responsáveis pela formação de sujeitos históricos e críticos.

Considerando todos os aspectos que tem implicações importantes nas práticas educativas desenvolvida no âmbito do Ifap, cabe trazer ao ensino a condução de um trabalho pautado numa perspectiva de desenvolvimento humano para a formação integral do indivíduo, preparando-o para viver numa sociedade pluralista, em permanente processo de transformação. Assim, o fio condutor da política de ensino constituída pela PROEN parte do entendimento do trabalho coletivo que deve buscar a identificação dos conhecimentos, valores e atitudes a serem instituídos em cada Campus que congrega o Ifap, bem como a educação integral do cidadão trabalhador, a organização curricular sintonizada com mundo do trabalho, promovendo a sintonia entre as demandas socioeducacional da região para uma articulação entre a escola, sua prática pedagógica e a sociedade.

Finalmente é preciso considerar a necessidade de que o exercício da formação se constitua uma experiência de democracia participativa com investimentos intelectuais, morais e financeiros e no envolvimento dos demais agentes que constituem as instâncias educativas do Ifap, na experimentação de um projeto de resgate da escola como um lugar que assegura a qualidade dos cursos oferecidos, formando cidadãos e profissionais éticos com pensamento crítico e comprometidos a tornar a sociedade mais justa e solidária.

3.4.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A proposta de integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o

ensino médio apresenta-se como alternativa constante do Decreto nº 5.154/04, consolidadas pelas diretrizes curriculares nacionais do ensino médio e da educação profissional, baseada em competências e habilidades e da flexibilização do currículo à luz das dinâmicas socioprodutivas. No contexto atual, apresenta um significado e um desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, pois implica um compromisso de construir a articulação e a integração orgânica entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade e a cultura, como síntese de toda produção e relação dos seres humanos com seu meio.

Os pressupostos apresentados pelas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio definem que se deva tomar o mundo do trabalho e o exercício da cidadania como contextos relevantes do currículo. Ao analisar a legislação em face dessa natureza dialética do trabalho, observamos que, a partir da LDBEN nº 9.394/96, particularmente nos artigos 35 e 36, o trabalho é concebido como princípio educativo da educação básica no sentido de que o ensino deve explicitar a relação entre a produção do conhecimento e o avanço das forças produtivas.

Assim, no ensino fundamental o trabalho deve aparecer de forma implícita, isto é, em função da incorporação de exigências mais genéricas da vida em sociedade, enquanto no ensino médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho devem ser explicitados. No ensino médio, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que seja nesta etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva (SAVIANI, 1987).

Nesse contexto, tomando como base a construção de um projeto integrado que, enquanto reconhece e valoriza a diversidade, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, apresenta a compreensão do trabalho considerando seu duplo sentido:

- **Ontológico:** Como práxis humana e, então como forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;

- **Histórico:** Que no sistema capitalista transforma-se em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produz novos conhecimentos.

Contudo, a institucionalização dessa proposta educacional, implica em romper com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Deve-se partir de uma construção crítica que atenda uma perspectiva de revisão de paradigmas e conceitos que envolvem a questão do ensino médio para eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico. Diante disso, na educação profissional, não é possível conhecer a realidade somente a partir dos conhecimentos específicos, pois eles não dão conta de explicar o todo. Somente na relação com a formação geral é que eles tem sentido enquanto conhecimentos específicos no contexto da formação técnica.

A construção de um currículo da educação profissional integrada ao ensino médio exige a participação de todos que lidam diretamente com o ensino, uma vez que o trabalho coletivo e participativo na escola deve promover a construção de um projeto pedagógico numa perspectiva de ruptura com a hierarquia dos conteúdos e componentes curriculares, garantindo a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista estreitar a relação entre a formação geral e a formação profissional, para o alcance do perfil profissional necessário ao aluno, com vista a sua inserção no mundo do trabalho e no meio social.

A Resolução nº 06/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu art. 8º/§ 1º, direciona para um planejamento e projeto pedagógico unificado no que diz respeito à oferta de cursos técnicos nas formas integrada ou concomitante:

Os cursos assim desenvolvidos, com projetos pedagógicos unificados, devem visar simultaneamente aos objetivos da Educação Básica e, especificamente, do Ensino Médio e também da Educação Profissional e Tecnológica, atendendo tanto a estas Diretrizes, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, assim como às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e às diretrizes complementares definidas pelos respectivos sistemas de ensino.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio é uma nova modalidade de organização do Ensino Médio que tem como proposta a superação da dicotomia com a educação profissional, mediante “a integração de seus objetivos e métodos”, devendo contemplar, num único currículo, os componentes curriculares da educação geral e os da formação profissional. A intenção é que todos os componentes curriculares sejam oferecidos simultaneamente durante todo o curso até a

sua conclusão

De acordo com a LDBEN nº 9394/96, em seu art.36-A, o ensino médio – última etapa da educação básica – tem por finalidade, à formação geral do educando e poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. A mesma Lei direciona no art.36-B, incisos I e II que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas articulada com o ensino médio e subsequente. Por sua vez, o art.36-C, inciso I, estabelece a oferta de educação profissional técnica de nível médio na forma integrada, somente a quem tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única para cada aluno na instituição de ensino, conduzindo-o à habilitação profissional técnica de nível médio.

Consubstanciado nas diretrizes legais, a estrutura organizacional dos cursos técnicos, na forma integrada deve embasar-se numa constituição pedagógica estabelecida por componentes curriculares e suas respectivas bases científicas e tecnológicas expressas na matriz curricular de cada curso, a ser desenvolvida em uma concepção de currículo integrado aos diversos conhecimentos que conduzam à formação plena do educando e possibilitem construções intelectuais elevadas, mediante a apropriação de conhecimentos necessários à intervenção consciente na realidade. A política de ensino voltada a educação profissional deve fomentar, estimular e gerar condições para que a instituição de ensino, com seus sujeitos, possa formular seus projetos pedagógicos em coerência com as suas necessidades visando à consecução de finalidades universais postas para esta etapa de educação.

Com isto, ao se colocar a reflexão sobre as finalidades da educação profissional, ou ainda, sobre o que lhe confere sentido, sujeitos e conhecimentos, parte-se da definição de sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura, que têm necessidades diferenciadas, mas lutam por direitos universais. E conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, cujo acesso, portanto, todos têm direito. É preciso, então, construir um projeto de ensino que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação integral do indivíduo.

Coerentemente com o primeiro sentido da integração, a forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional obedece a algumas diretrizes a saber: integração de conhecimentos gerais e específicos; construção do conhecimento pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura; superação da dominação dos trabalhadores

e construção da emancipação. Nessa perspectiva, é importante compreender que a educação profissional integrada ao ensino médio é a última etapa da educação básica em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; é a etapa biopsicológica e social dos estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho e no mundo adulto. Disto decorre o compromisso da instituição em promover aos jovens e adultos uma formação profissional e humana mediada pelo conhecimento.

A educação profissional na forma subsequente constitui-se como educação continuada, direcionada àqueles que tenham concluído o ensino médio regular e desejem uma formação profissional, ou àqueles que já possuindo uma formação profissional sentem a necessidade de buscar atualizações ou outras profissões. Porém, essa modalidade de ensino não deve se confundir com uma alternativa compensatória ao ensino superior, uma vez que o acesso ao conhecimento é um direito que deve ser possibilitado aos cidadãos em todos os níveis de ensino.

A educação profissional configura-se como um fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como para a redução das desigualdades regionais e sociais numa sociedade brasileira em que ainda apresenta em sua estrutura desequilíbrio na produção e distribuição de renda e bens materiais. A formação de profissionais técnicos de nível médio é uma necessidade premente no mundo do trabalho, em função do crescente aumento das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção, mas, sobretudo pela necessidade de profissionais com uma visão crítica e reflexiva sobre o trabalho e a sociedade, haja vista, contribuir de maneira efetiva e decisiva com o desenvolvimento social e econômico na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

O IFAP em consonância com as políticas educacionais tem como função promover a consolidação da educação profissional a partir da oferta de cursos técnicos de nível médio na forma integrada, com duração de oferta de cursos técnicos de nível médio na forma integrada, com duração de 3 (três) anos em regime integral ou 4 (quatro) anos respeitando as cargas horárias mínimas estabelecidas em Lei e adequando-as conforme especificidade de cada curso. Os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente serão organizados por módulos, distribuídos por período letivo, abrangendo 3 (três) a 4 (quatro) módulos de acordo com a carga horária do curso, constituídos por componentes curriculares da formação profissional respeitando o perfil profissional e a carga horária

mínima do curso.

Cabe ressaltar ainda que o IFAP amparando-se na Lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos Federais, deve prioritariamente ofertar cursos na educação profissional técnica de nível médio, na forma de integrada, garantindo o atendimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas.

De um forma geral, o compromisso dos Institutos Federais no Brasil é de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social. Neste sentido, o Ifap como instituição pública visa contribuir para garantir uma educação de qualidade com ofertas de cursos de educação profissional e tecnológica no Estado do Amapá.

3.4.1.1 PROEJA

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar continuidade à demanda potencial de muitos cidadãos que precisam voltar ao estudo e que não se encontram em adequada relação idade/série, constituindo-se como um enorme desafio por exigir um modo próprio de fazer a educação e que é determinado pelos sujeitos que dela fazem parte: jovens e adultos.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos “marginais” ao sistema, com atributos acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, gênero, idade, entre outros. Este fato sinaliza a urgência de tratamento não fragmentado, mas totalizante e sistêmico, sem o qual se corre o risco de manter invisibilizada socialmente essa população, frente ao sistema escolar e, seguramente, no mundo do trabalho formal, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal.

Por ser uma política pública voltada para a educação de jovens e adultos, esta traz trajetórias escolares descontínuas, por isso, acredita-se ser imprescindível a elevação de escolaridade através de construção de políticas públicas perenes que visem a universalização da educação básica atrelada a pressupostos de desenvolvimento social sustentável como estratégia de justiça social e que contemple a elevação da escolaridade aliada à formação para o mundo do trabalho.

Como política educacional se faz necessário materializar ações e perspectivas que levem em conta as condições reais e necessárias ao campo da escola. Nesta linha de trabalho surge então a integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio à Educação de Jovens e Adultos como uma construção alicerçada nos pressupostos de formação integral dos trabalhadores, que agregue cultura e produção, ciência e técnica, atividade intelectual e atividade manual, onde o trabalho e a educação sejam compreendidos não apenas como espaços em que se realizam atividades produtivas, mas como espaço em que as relações sociais concebam transformações societárias.

Nesta particularidade surge inicialmente o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, originário do Decreto nº 5478/2005, que fora posteriormente, revogado pelo Decreto nº 5840/2006, denominando-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Segundo o Ministério da Educação – MEC:

o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros. (BRASIL, 2014a).

Dessa forma, com o objetivo de estruturar e consolidar uma Política Pública voltada para a educação de jovens e adultos (EJA), o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e da Secretaria Nacional de Juventude, vem desenvolvendo ações educativas em diferentes fontes, entre elas o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O texto legal institui que esse programa é de caráter obrigatório e gradativo,

no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica. O PROEJA como política pública se destina à formação inicial e continuada de trabalhadores pela oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada à modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA na referência de ensino noturno.

Assim, o PROEJA tem como proposta a integração da educação profissional à educação básica, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora não alienante. Nessa perspectiva é necessário considerar um currículo, metodologias, formação profissional, bem como mecanismos de assistência que favoreçam a permanência desse público na escola. É característica dessa modalidade de ensino, buscar a construção de mecanismos e ações pedagógicas que levem em consideração as condições de vida do aluno.

A inserção da Rede Federal no contexto da educação de jovens e adultos consiste em uma política pública estabelecida de mudanças como: democratização do acesso das classes populares a educação básica com formação profissional de qualidade, novos fundamentos nas práticas pedagógicas e possibilidade de o aluno permanecer percorrendo um trajeto educacional na perspectiva da educação integral. Diante desse desafio e na concretização o programa apresenta-se como uma das bases de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida através dos IFs. Atendendo ao disposto na Resolução CNE/CEB nº 06/2012 em seu art. 4º “A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura.”

Em conformidade ao princípio da Lei nº 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, seção V, no art.37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Dessa forma, atendendo as características do alunado jovem e adulto que devem ter acima de 18 anos e que já tenham concluído o ensino fundamental, mas não conseguiram iniciar e/ou terminar o ensino médio, estes poderão ter a possibilidade de prosseguir seus estudos concorrendo a vagas no Ifap, visando à habilitação profissional em nível técnico e à certificação de conclusão do ensino médio.

O PROEJA no Ifap se coadunará com a política nacional para a educação de jovens e adultos trazendo uma proposta educacional na perspectiva da inclusão social

emancipatória. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

É importante destacar que novas as previsões de ofertas estão previstas obedecendo ao Plano de Metas do Ifap para proporcionar uma educação básica vinculada à formação profissional na contribuição da inserção desse sujeito na sociedade para exercer plenamente sua cidadania, exatamente como postula o documento base do PROEJA de nível médio que visa garantir:

[...] condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito de aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que se constitua, efetivamente, direito de todos (Documento base.p. 34)

O IFAP pretende garantir a oferta desta modalidade de educação de jovens e adultos desenvolvendo um trabalho que deve se pautar no conhecimento desse público e sua realidade e, principalmente, a vontade efetiva de contribuir no processo de aprendizagem desses sujeitos que se revelam especiais pelo contexto em que vivem, contribuindo para sua formação básica e profissional.

3.4.2 Educação Superior

Segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, no capítulo IV – Da Educação Superior, fala em seu artigo 45, que “A Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Neste entendimento, a educação superior refere-se comumente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos superiores, escolas superiores, Centros de Educação Tecnológicas ou outras instituições que emitam diplomas profissionais.

A oferta dos Cursos Superiores do Ifap está embasada de acordo com o art. 43 da LDBEN, que cita as finalidades da educação superior:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei de criação dos institutos federais (Lei 11.892/08), consoante a LDB, propõe, na Seção III, Título 6, Art. 7, que trata dos objetivos dos Institutos Federais e versa sobre os níveis de educação superior. Assim, estão previstos os seguintes cursos:

cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008, p. 2).

Esta oferta é ratificada pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2021) nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação *stricto sensu*.

Vale ressaltar que, segundo a Lei nº 11.892/08, em seu § 3º do Art. 2º, os Institutos

Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial. No entanto, é necessário frisar que apesar do Ifap ter autonomia para criação de seus cursos, realizado através de trâmites interno por intermédio de seu Conselho Superior aprovar a autorização de funcionamento dos cursos superiores ofertados, o procedimento da avaliação de cursos e de instituições de ensino superior é de extrema importância para a qualidade do desenvolvimento curricular nesse nível da educação nacional. Organizada e executada pelo INEP, a avaliação dos cursos compreende três grandes ações: a avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior por região e Unidade da Federação; a avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores; e a avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior.

Os compromissos assumidos pela política de educação superior do IFAP, buscam proporcionar a democratização do acesso, aliada à permanência com êxito e com qualidade social. Nesse sentido, os esforços devem ser envidados visando à consolidação dessas ofertas e ao atendimento às necessidades presentes na sociedade brasileira, com vistas, em particular, a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Nesse sentido, o Ifap oferta cursos de nível superior de graduação no âmbito da educação profissional que compreendem toda a esfera da economia, com ênfase na formação tecnológica voltados para o atendimento das necessidades oriundas do mundo do trabalho, e ainda 20% de suas vagas ofertadas aos cursos de licenciaturas com a finalidade de fortalecer a real profissionalização do professor, representado pelo desenvolvimento de competências que envolvem a especialização do trabalho docente.

A educação superior ofertada pelo Ifap busca garantir a educação pública, laica, ancorando-se nos princípios institucionais, como a integração da educação profissional gratuita e com qualidade social, pautando-se numa concepção humanística e tecnológica, com a educação básica e como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, requerem-se esforços permanentes de construção e de reconstrução do conhecimento, de modo que os sujeitos e os diferentes setores institucionais possam agir crítica, reflexiva e eticamente sobre as concepções e práticas pedagógicas que os fundamentam.

Segundo Pacheco (2011), dentre os fundamentos da proposta político-pedagógica dos IFs, destaca-se a formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e

valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Dessa forma, de acordo com o mesmo autor, essa orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo.

Além disso, de acordo com Freire (1996), é preciso, sobretudo, que o formando, desde o princípio de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Desta forma, no atual cenário educacional, as instituições de ensino superior devem assumir novas configurações ao se constituir como um elemento essencial na realização dos indivíduos na sua aprendizagem ao longo da vida, e também um fator de inclusão social, ao habilitar e formar cidadãos críticos e reflexivos, apetrechados com melhores oportunidades, “dotados” de flexibilidade, competências e capacidade de atualização permanente, com responsabilidades igualmente a nível individual e coletivo, bem como sua formação, situada no novo mapa da organização social e profissional configuradas em contextos e atividades de desenvolvimento e da realização pessoal.

A organização didático-pedagógica dos cursos superiores de tecnologia seguem as orientações normativas do Conselho Nacional de Educação e os referenciais curriculares do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Os cursos superiores de licenciatura são organizados de acordo com as diretrizes e os referenciais curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica e de acordo com as regulamentações específicas para cada área da educação básica.

O Ifap propõe-se nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio do emprego de ambientes de aprendizagem e de projetos integradores interdisciplinares, estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação profissional. Complementa-se também com a necessidade de atender as demandas regionais na formação de pessoal docente apto a atuar na Educação Básica e também nos cursos de Ensino Médio regular e/ou integrado aos cursos técnicos.

Os cursos de Bacharelado objetivam a formação do profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo. Delineia-se, assim, o perfil de um profissional capacitado a

compreender e a produzir novas tecnologias em áreas específicas, atuando crítica e criativamente na identificação e na resolução de problemas. Em atendimento às demandas da sociedade, essa formação, sob perspectiva ética e humanística, prioriza aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Por fim, essas ofertas formativas de graduação organizam-se em sintonia tanto com as prescrições dos documentos supracitados quanto com as determinações legais da LDBEN.

3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

As políticas de incentivo à pós-graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - **IFAP** são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, **Pós-Graduação** e Inovação - PROPESQ, que se constitui como fruto do crescimento na área de pesquisa e de suas mais fortes expressões, a inovação e o desenvolvimento de políticas que fomentem a pesquisa como aspecto central de atuação. Dessa maneira, o trabalho deve pautar-se na busca constante da qualidade e da relevância de suas ações quanto à atuação acadêmica expressa no marco referencial de atuação do trabalho desta Pró-Reitoria.

Sendo o órgão responsável pela gestão institucional do Ifap no âmbito da Pesquisa e da Pós-Graduação, atua de forma alinhada com os eixos estratégicos da gestão para apoiar e dar sustentação ao processo de pesquisa, pós-graduação e inovação considerando o avanço do conhecimento e contribuindo com o desenvolvimento científico e tecnológico numa perspectiva local, regional e nacional. Também é um órgão assessor da Reitoria, responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades de Pesquisa integradas ao Ensino e a Extensão do Ifap.

Em seu planejamento estratégico, ações são implementadas para viabilizar um modelo de gestão eficiente da pesquisa que vise maximizar os recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar a pesquisa, pós-graduação e inovação, além de favorecer o aumento de sua aplicabilidade social.

3.5.1 Pesquisa como instrumento mediador dos cursos oferecidos pelo Ifap

A pesquisa é uma necessidade de todos os indivíduos. Tem como sinônimo a

busca pela indagação. As pesquisas geram **conhecimentos**, e por sua vez, as tecnologias que abrangem todas as áreas que atuam os homens. Assim se pode dizer que o estudo científico tem produzido **ciências** e tecnologias, por meio da geração de procedimentos, produtos, métodos e estratégias para proporcionar qualidade de vidas a todos.

Nessa perspectiva, o novo mundo exige mudanças na forma de pensar e agir. A formação profissional de qualidade torna-se crucial para o pretendido desenvolvimento da sociedade. As novas tecnologias da informação e da comunicação transformam o mundo em uma verdadeira “aldeia global” fazendo com que informação circule com mais facilidade e, em curto espaço de tempo. Nesse contexto, o ensino tradicional, em que os aprendizes decoram os conteúdos sem compreendê-los e no qual o professor é o detentor do saber e responsável por produzir conhecimentos, entra em crise.

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela grande produção de informação científica e tecnológica, pelo uso intensivo das redes de comunicação eletrônica e pela necessidade permanente de aprendizagem para se viver em uma sociedade em constante transformação. A concepção de sociedade do conhecimento requer engajamento dos indivíduos no processo de aprendizagem para transformar informação em conhecimento. Por isso, torna-se importante entender como ocorrem as práticas de pesquisa no contexto educacional, desde a educação básica até o ensino superior. A iniciação científica deve ser prerrogativa de todos os aprendizes, pois os sentimentos positivos gerados pelas atividades de pesquisa podem contribuir para impulsionar cada vez mais aos alunos pesquisadores na busca pela informação e assim gerar novos conhecimentos.

Dessa forma, a pesquisa está inserida dentro de determinados parâmetros históricos, sociais e culturais que contemplam uma determinada concepção de mundo, que deve ser compreendida pelos agentes que compõe a instituição. Portanto, discutir o papel da pesquisa no interior do Ifap é discutir qual o seu relacionamento com a sociedade, com o aprimoramento da ciência e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do país. Para isso, uma concepção que leve em conta a pesquisa como base propulsora para a educação e a produção de conhecimento, deve refletir sobre a natureza dessa pesquisa, a consecução de ações pedagógicas interdisciplinares, bem como as possibilidades de financiamento que estimule e favoreça o papel determinante na produção do conhecimento.

Os programas de iniciação científica devem apresentar benefícios importantes nos cursos ofertados no âmbito do Ifap, tornando-se instrumentos importantes de

estímulos aos alunos no processo de ensino aprendizagem que em seu processo tem a possibilidade de transcender os saberes da estrutura curricular, o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de problemas e, em especial, o aprimoramento da comunicação oral e escrita.

Para que isso ocorra em uma concepção democrática de educação necessita de uma reflexão sobre a construção da produção científica, bem como a disseminação do conhecimento científico, na valorização do espaço escolar e não na mera transmissão do saber. Com isso, a experiência deve ser vista sob dois aspectos: em relação aos conhecimentos prévios do educando e em termos de organização e dinâmica de novas vivências. Colocando de outra forma, deve ser experimentada continuamente na interação do sujeito com o mundo, alicerçado na reflexão e a partir de uma postura subsidiada na “transposição didática”, o conhecimento dito científico deverá ter a devida reflexão crítica.

Diante deste contexto, a PROPESQ assume papel relevante na promoção dos cursos que são ofertados pelo Ifap, pois associa suas ações junto ao ensino e a extensão tendo como referência a qualidade e a relevância, para cumprir o papel de geradora de conhecimentos e de formação de recursos humanos altamente especializados em suas áreas de formação. O alunado deve estar pronto para enfrentar os desafios sociais e culturais do mundo globalizado no qual o desenvolvimento tecnológico deve ser acompanhado por uma percepção humanista de mundo e no posicionamento ativo frente a sua construção histórica, assim democratização de políticas de pesquisa é fundamental para a construção de uma cidadania democrática.

Dessa forma, o Ifap deve empreender ações que considerem vários aspectos relacionados ao ensino e a pesquisa como:

- A autonomia como condição *sine qua non* para a prática da pesquisa.
- O financiamento realizado prioritariamente com recursos próprios e por agências governamentais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e **Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP)**.
- Concessão de bolsas de incentivo à pesquisa e **inovação tecnológica para discentes e docentes**.
- A formulação de propostas interdisciplinares que incentivem em qualquer momento do processo pedagógico ações científicas e críticas.

- O incentivo às pesquisas aplicadas que visem novas tecnologias.
- A manutenção de biblioteca com acervo apropriado às práticas de pesquisa.
- A construção de periódicos de divulgação para a exposição dos resultados.
- Integração dos pesquisadores a partir de centros de estudo.
- Realização de eventos e congressos que reúnam pesquisadores para a troca de experiências.
- Coordenadoria de Pesquisa e Comitê de Ética em Pesquisa com a finalidade de fiscalizar as ações empreendidas.
- Implantação e implementação de cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* e ainda assinaturas de termos de cooperação e convênio para oferta de vagas de mestrado e doutorado.

3.5.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A PROPESQ deve ter como princípio a vinculação estreita com a educação, ciência e tecnologia. Suas diretrizes devem embasar-se no incentivo à pesquisa no âmbito do IFAP considerando os diversos níveis de modalidade de ensino, técnicas/tecnológicas na promoção e construção do conhecimento e no engajamento de professores e alunos em atividades de iniciação à pesquisa técnico científica, bem como garantir processo de produção científica.

Assim, considerando a necessidade premente de desenvolvimento institucional na área de tecnologia da informação a PROPESQ segue o que trata a legislação no que concerne as diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica para os Institutos Federais contidas na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no art. 6º, Incisos VIII e IX , estabelece que cada Instituto deverá:

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

E no art. 7º, Incisos III e VI, alínea *d* e *e* estabelece:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

VI - ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *Lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

e) cursos de pós-graduação *Stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Seguindo as mesmas diretrizes da Lei 11.892/08 para a Pesquisa e Inovação Tecnológica, o Ifap através da PROPESQ apresenta em seu plano estratégico as seguintes diretrizes para institucionalizar ações visando a implantação/consolidação da pesquisa e da pós-graduação (*Lato sensu* e *Stricto sensu*) para discentes, docentes e demais servidores.

- Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação.
- Construir (consolidar) a cultura de pesquisa, no contexto dos *Campus*, onde a pesquisa aplicada e Inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular.
- Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional em consonância com a realidade local.
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas.
- Desenvolver Programas Institucionais de estímulo à Produção Científica e Tecnológica voltada para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
- Desenvolver ações e parcerias com diversas instituições de ensino superior e apoiar o relacionamento com agências de fomento visando a garantia do pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados.
- Promover associações entre instituições de ensino e pesquisa na forma de cooperação técnico-científica e educacional, para captação de cursos de pós-graduação aos servidores docentes e administrativos do **IFAP**.
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas.
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento

das atividades de Pesquisa aplicada, Pós-graduação e Inovação, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais.

- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do Ifap.
- Implantar, regulamentar, estruturar fisicamente e favorecer a captação de bolsistas para o desenvolvimento de ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e o Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA), em conformidade com a Legislação Federal pertinente e vigente.
- Apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores, das criações, licenciamento, inovações e outras formas de tecnologia.
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais.

3.5.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

A proposta de implantação dos Institutos Federais, foi concebida sobre concepções e diretrizes que estabelecem estreita articulação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica atualmente em curso. Nesse contexto, toda ação dessa proposta educacional não deverá se voltar tão somente à preparação dos indivíduos para atender às demandas do mercado, mas igualmente para assumir a formação humana e cidadã dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e assegurar-lhes a permanente atualização ante os avanços e desafios do desenvolvimento nacional e global.

Para tanto, os Institutos devem orientar os processos formativos em curso e a serem implementados com base em premissas que assegurem a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e, conseqüentemente, entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, porém, com destaque à sua atuação no plano local e regional. Devem, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para

poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (BRASIL. Ministério da Educação. SETEC, Brasília, 2008; CONCEFET-FORPOG-MEC 2008).

Nessa visão estrutural de concepção da organização pedagógica do trabalho educativo a articulação com as forças sociais da região devem possibilitar a intervenção direta de ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse entendimento, Pacheco (2008), “ [...] baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.” Nessa perspectiva, parece estar então o maior diferencial das práticas de pesquisa a serem assumidas pela Rede Federal de EPT: O desenvolvimento de pesquisa aplicada e sintonizada com as demandas do desenvolvimento local e regional.

Nesse projeto educacional a PROPESQ em sua atuação deve embasar seu trabalho em alguns princípios que consolidam seu papel estratégico de atuação no âmbito institucional.

Princípios norteadores da pesquisa

- Pesquisa sintonizada com o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Pesquisa com função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino.
- Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais (APL's) e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional.
- Estímulo à pesquisa comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.
- Estímulo à pesquisa pura.

Princípios norteadores do ensino de pós-graduação

- Ensino de pós-graduação sintonizado com o PDI.
- Formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

- Formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado em estreita observação das demandas dos APL's) e setores produtivos regionais.

Princípios norteadores da inovação

- Transferência de tecnologia para a sociedade na forma de: competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual.
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais.
- Contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica.

3.5.4 Política para a inovação tecnológica e transferência de tecnologia

O principal instrumento para a coordenação da política de inovação tecnológica e transferência de tecnologia do IFAP é o NIT. Trata-se de um órgão diretamente vinculado à Pró-Reitoria Pesquisa e Inovação – PROPESQ e tem por finalidade promover a adequada proteção às invenções geradas no âmbito do IFAP, bem como o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação. Desta forma, o NIT/IFAP enquanto setor executor desta política, possui como objetivos:

- α) Desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.
- β) Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), Lei nº

13.243 de 11 de janeiro de 2016 e suas alterações.

- χ) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.
- δ) Avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o Ifap e instituições públicas ou privadas, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica.
- ε) Promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação da reitoria.
- φ) Fortalecer redes de cooperação entre IFAP e empresas.
- γ) Estimular a incubação de empresas visando o desenvolvimento tecnológico e a Transferência de Tecnologia.

3.5.5 Histórico e Evolução da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Para os IF as ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

As atividades de pós-graduação no IFAP, iniciaram-se no segundo semestre letivo de 2012, com a implantação e implementação do curso de pós-graduação *Lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica* com 35 professores/acadêmicos – onde se encontram em processo de orientação e defesa de monografia. O curso teve como público-alvo os servidores docentes do IFAP que atuam nas modalidades de ensino ofertado pelo Ifap, esses profissionais são portadores de diplomas de ensino superior – Bacharéis e Tecnólogos, um fator de fortalecimento para a educação no estado.

Portanto, o que está em curso nada mais é que o atendimento as diretrizes dos IF que em linhas gerais traz como uma de suas políticas institucionais a elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores. No Ifap a implementação dessas políticas iniciaram em 2012 e as discussões referentes à implementação de programas de Mestrado e Doutorado estão sendo amadurecidas a cada etapa do trabalho e no compromisso de assegurar aos profissionais/ servidores a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

Dando continuidade aos trabalhos em 2013 iniciou o curso de pós-graduação *Lato Sensu na Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*, com ingresso de 204 acadêmicos, sendo 50 acadêmicos da Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED), 138 da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED) e 16 do próprio IFAP. O referido curso tem por objetivo geral, formar profissionais especialistas pesquisadores reflexivos da própria prática com competência técnica e ética como estruturantes de trabalho, ciência e tecnologia e cultura para atuar pró-ativamente na educação profissional de nível básico no que concerne o ensino de Jovens e adultos, incluindo o PROEJA, tendo um olhar diferenciado no processo de formação desse público, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos desta modalidade de ensino são implementados como política pública.

De uma maneira geral a referência fundamental da PROPESQ reúnem dentro da pesquisa e da inovação tecnológica atividades que têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

O Ifap através da PROPESQ também organiza seus pesquisadores a partir de grupos de pesquisa, cadastrados no CNPq, que articulam suas atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e pós-graduação.

Com a finalidade de dar suporte às atividades dos grupos de pesquisa encontra-se implementado na instituição as atividades de Iniciação Científica (IC), ou seja, forma institucionalizada dos alunos de nível médio e de graduação desenvolver atividade de pesquisa, sob orientação de um professor/pesquisador. Para o aluno, representa oportunidade ímpar de engajamento à comunidade científica, permitindo aprender na prática a desenvolver pesquisas de maneira criteriosa e sob permanente avaliação.

Os objetivos da iniciação científica no Instituto Federal do Amapá são:

- Criação de grupos de **trabalho pesquisa** com alunos de iniciação científica.
- Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes, mediante participação em projetos de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado; que necessitam de formação continuada para desenvolver competências necessárias para atuarem em sala de aula. Este projeto de pós-graduação estendeu-se com ofertas de vagas para a rede pública estadual e autarquia visando capacitar os servidores externos e promover o desenvolvimento do estado. Entre as unidades parceiras estão: Centro de Educação Profissional do Amapá Profª. Josinete Oliveira Barroso (CEPAJOB); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Centro de Educação Profissional em Artes Visuais Cândido Portinari.

Também no **ano** de 2012 estabeleceu-se parceria por meio de acordo de Cooperação Técnico-Científica entre o **IFAP** e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para promover a formação continuada em mestrado de 30 servidores docentes e técnico-administrativos no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). O programa em mestrado em sua essência possibilita a consolidação na formação dos servidores, bem como promove o desenvolvimento institucional na qualidade do ensino através de profissionais qualificados sendo:

- Estimular o surgimento de grupos de pesquisa no Ifap.
- Proporcionar condições para a integração dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores da instituição.
- Criar um ambiente de produção intelectual que estimule o aperfeiçoamento dos cursos oferecidos, proporcione melhor formação para os alunos e estabeleça novos vínculos com outras instituições de ensino e/ou empresas.
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de abrangência dos cursos oferecidos pela instituição.

No plano de desenvolvimento do **IFAP** através do trabalho da PROPESQ objetivando a consolidação das atividades deste setor conta com os seguintes programas de bolsa:

Programa	Órgão financiador	Objetivos
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID	CAPES	Contribuir na formação inicial dos futuros professores, estimulando seu potencial produtivo através de competências que favoreçam seu desempenho nas

		atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq	CNPq	Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/CNPq	CNPq	Contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Ifap	IFAP	Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior– PIBIC-JR/Ifap	IFAP	Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de nível médio integrado e subsequente.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC-EM/CNPq	CNPQ	Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio

Enfim, no decorrer do processo de trabalho característico das funções desta Pró-Reitoria estão inseridas também propostas e ações futuras que deverão ainda ser implementadas integrando-se ao desenvolvimento do trabalho, da capacidade de investigação científica e da promoção do ensino de qualidade permitindo respostas efetivas aos anseios da comunidade no âmbito do **IFAP**.

3.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

No Ifap, as Políticas Extensão serão tratadas como um processo dinâmico educativo que integra a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico, de maneira que facilite o acesso à comunidade a qual o Ifap presta serviço, o trabalho será desenvolvido com participação desta comunidade na construção do conhecimento a ser difundido na Instituição, seja através da sistematização educacional ou ainda pelo estudo do conhecimento universal disponível.

Dessa maneira, o referido processo dar-se-á através das seguintes políticas e ações:

Arranjos produtivos, sociais e culturais

- Desenvolver parcerias e participar das governanças de observatórios e núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais.
- Contribuir na indução de arranjos produtivos, sociais e culturais a partir dos

ativos de competências dos Câmpus.

Empreendedorismo

- Desenvolver ecossistemas empreendedores voltados ao associativismo e ao cooperativismo.
- Provocar as agências de fomento e os gestores institucionais a destinar recursos para o desenvolvimento da política institucional de apoio ao empreendedorismo.
- Integrar os programas e os espaços destinados ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo com os programas de incubação de empreendimentos de base tecnológica.

Empresas júnior

- Estruturar o apoio institucional às iniciativas estudantis voltadas ao associativismo e à organização e funcionamento de empresas júnior.

Incubadoras sociais e tecnológicas

- Fomentar incubadoras sociais, tais como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e suas congêneres.
- Estender a metodologia do PNMM a outros programas com públicos em situação de vulnerabilidade social.
- Ampliar o escopo do PNMM para incluir uma incubadora social na sua etapa final.

Incubadoras culturais

- Apoiar o desenvolvimento dos produtos culturais derivados dos ativos tangíveis e intangíveis das comunidades locais e regionais, tais como tradição, folclore, artesanato, gastronomia, patrimônio histórico e arquitetônico, artes, além dos produtos provenientes diretamente da criatividade.

Esportes e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos

- Apoiar o desenvolvimento de atividades esportivas de lazer e saúde, bem como de desempenho competitivo nas comunidades locais e regionais.
- Apoiar os empreendimentos esportivos.

Desenvolvimento de equipes gestoras de programas

- Agrupar pessoal dos Câmpus para a estruturação dos núcleos de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubação.
- Capacitar as equipes das instituições para a gestão de programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras.
- Apoiar a atuação do orientador de empresas júnior.
- Apoiar as equipes multidisciplinares que dão suporte ao desenvolvimento de atividades de incubação, do PNMM e dos programas de incubação social e cultural.
- Apoiar a atuação dos servidores que se dedicam às atividades de educação física, de organização de eventos, de treinamento e de suporte a empreendedores esportivos.

Infraestrutura para os programas

- Disponibilizar espaços, mobiliários e equipamentos específicos para as atividades de gestão e apoio aos programas de empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e incubadoras.
- Estruturar espaços físicos próprios e infraestrutura mínima para o funcionamento das empresas júnior nos Câmpus.
- Estruturar nos Câmpus uma infraestrutura multidisciplinar de gestão de programas, incluindo um escritório de acesso e acolhimento às pessoas das comunidades atendidas.
- Priorizar a ação de incubação social em espaços e infraestruturas constituídos junto às comunidades atendidas.
- Desenvolver a ação de incubação cultural em espaços multiculturais e infraestruturas multiuso próprias dos Câmpus e em ambientes constituídos junto às comunidades atendidas.
- Implantar e estruturar espaços esportivos nos Câmpus, inclusive laboratórios e ambientes para a gestão de programas de empreendedorismo.
- Prover os Câmpus com equipamentos esportivos, viabilizando as práticas esportivas de saúde e lazer, bem como as atividades de competição e empreendedorismo.
- Fomentar o desenvolvimento de laboratórios voltados às tecnologias desportivas.

3.6.1 Dimensões da extensão

- **Desenvolvimento Tecnológico:** projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos bem como a prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.
- **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
- **Estágio e Emprego:** Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos.
- **Cursos FIC:** Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
- **Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos:** Compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.
- **Visitas Técnicas:** atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- **Empreendedorismo e Associativismo:** difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.
- **Acompanhamento de egressos:** Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

3.6.2 Diretrizes da extensão

As atividades de Extensão do Ifap têm como diretrizes:

1. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.
2. Buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.
3. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico e o saber popular.
4. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais/cidadãos.
5. Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
6. Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão.

3.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

É de vital importância que as Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica, otimizem e promovam o desenvolvimento de ações educacionais permitindo, de maneira efetiva, o acesso à educação de qualidade, na sua gestão. Isso removerá as barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz, alicerçada nos seguintes princípios: atitudinais, educacionais, conceituais e arquitetônicos, se construindo, assim, a tão sonhada escola inclusiva.

Partindo desses princípios, a visão de escola inclusiva se concretiza promovendo educação, principalmente a profissional de forma acessível, independentemente de sua deficiência: se social, intelectual ou física. Para que se processe a educação inclusiva, é essencial haver uma série de revisões, a saber: de valores éticos, morais, sociais, paradigmáticos, nas quais todo e qualquer cidadão possa, plenamente, ocupar o lugar que lhe cabe como ser humano.

Nesta perspectiva, é que o Ifap, como única Instituição Federal de Educação Profissional no Estado, reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para as pessoas com necessidades educacionais específicas, através de ações articuladas com outras instituições de ensino e setores empresariais e, principalmente, através da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho do estado do Amapá, de maneira justa e digna.

3.7.1 A Educação Inclusiva no Ifap

3.7.1.1 Breve Histórico

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60 sobre a educação especial, profissionais, pais e pessoas com deficiência, em meados dos anos 80 iniciam em nível internacional um movimento para ações educativas de integração das pessoas com deficiência, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a ideia de "educação especial", o que de certa forma segregava a pessoa com deficiência. Sequencialmente, desponta um movimento oriundo dos EUA: “Regular Education Initiative” (REI), objetivando a inclusão, na escola comum, de crianças com alguma deficiência. Esse movimento assinalava a ineficácia da educação especial, propondo unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo. O REI foi a primeira manifestação significativa a favor da prevalência de um único sistema educativo para todos, na medida em que também defendia a minimização da separação por língua, gênero, grupo étnico, outros. Vale acrescentar que tais separações ocorriam somente após criteriosa reflexão.

A discussão prosseguiu de tal maneira que, já no final do século passado, falava-se na necessidade de um novo paradigma, o qual entendia que a dificuldade manifestada por alguns alunos não pertenciam propriamente aos mesmos, mas sim pelas formas de ensinar das escolas. Já na década de 90, ocorre um dos Marcos decisivos na Educação Inclusiva que foi a Conferência Mundial, em Salamanca (Espanha, 1994) na qual aprova-se a Declaração de Salamanca, uma referência internacional da educação inclusiva, difunde-se o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), que refere-se a todas as crianças e jovens cujas as carências se relacionam com as deficiências ou dificuldades escolares. No Brasil, o Ministério da Educação através do documento: Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial (MEC; SEESP, 2001) traçou políticas que visam atender as pessoas com necessidades educacionais Específicas com função social transformadora na construção de uma nova ótica em relação a Inclusão, onde a legislação trouxe subsídios para que a sociedade possa conviver com as diferenças, de forma a tornar-se mais justa e autônoma.

Dentro de todo este cenário, é preciso que se considere o fato de que a parcela da população brasileira atingida por algum tipo de deficiência é significativa. Os dados do Censo de 2010 (IBGE,2010) informam que aproximadamente 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população. Diante deste retrato da deficiência no Brasil, a acessibilidade tornou-se o ditame principal nas relações da sociedade para com estes cidadãos. Todavia, por mais que se tenha ciência deste panorama, por mais que haja regulamentos que determinem a eliminação de barreiras, sua aplicação ainda se verifica muito restrita. A Educação Inclusiva só terá sucesso através da acessibilidade, condição precípua e inadiável que permite às pessoas com deficiência, seja definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de edifícios, serviços e informações em condições de segurança, conforto e autonomia. Podemos definir acessibilidade como o direito de ir e vir de todas as pessoas, com autonomia e independência, isto é, o direito básico garantido pela Constituição Brasileira. Entretanto, em desconhecimento da norma ou falta de bom senso, pessoas com deficiências, idosos e obesos encontram obstáculos no acesso a edifícios públicos e privados. Há ainda que se considerar que o problema de acessibilidade não é só de pessoas com deficiência, o Brasil está envelhecendo, vale conferir alguns números e projeções do IBGE. Em 2007, o País tinha uma população de aproximadamente 17,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

Em 2023, teremos (ou seremos) cerca de 32 milhões de idosos no Brasil. Na Educação Profissional no Brasil, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o cumprimento do decreto federal nº 2.208/97 que atendia à Educação Profissionalizante para pessoas com necessidades especiais, posteriormente o Conselho Nacional de Educação, aprovou o Parecer CNE/CEB nº 16/99 e resolução nº 4/99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Nível Técnico. No âmbito do MEC, constituem as políticas inclusivas: para pessoas com necessidades especiais; de direitos humanos para crianças e adolescentes; políticas de gênero e diferença sexual; políticas de inclusão étnico-racial; políticas para inclusão étnico-racial das comunidades indígenas; políticas de inclusão de jovens e adultos à EPT;

políticas inclusivas para educação do campo. Estas buscam consolidar o direito das pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo sua emancipação e sua inclusão nos sistemas de ensino. Entende-se assim que escola inclusiva é aquela em que a ninguém será negado o direito de estudar e toda a comunidade escolar estará em condições de viver e conviver com as diferenças.

3.7.1.2 A Educação Inclusiva no Contexto Legal

A Constituição Federal de 1988 sancionou amplas garantias e regulamentou os direitos de equidade e cidadania das pessoas com deficiência. O acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas no ensino regular faz-se necessária, especialmente a partir da aprovação da LDBEN nº9394/96, que trata, no seu Cap. V, da educação das pessoas com necessidades educativas específicas, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A execução adequada de uma política educacional dirigida as pessoas com necessidades específicas no sentido de adequar-se estruturalmente cria condições próprias, de forma a possibilitar o acesso tanto para cadeirantes, quanto a um cego por meio do piso tátil e sinalização em *Braille* e será conduzida com a inclusão escolar que é um procedimento de habilitação do sistema educacional para proporcionar ensino de qualidade para todos, o que implica em tornar as unidades escolares eficientes em toda a sua estrutura, o Ifap, enquanto Instituição que oferta ensino profissional, tem como dever cumprir os dispositivos legais e político-filosóficos que dispõem sobre a educação inclusiva, especialmente:

1. O Decreto Federal nº 2208/97, o Parecer CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB nº 4/99 “que estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades especiais”, considerando-se como tal aquelas advindas de deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoa com mobilidade reduzida.
2. Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade;
3. Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02 que regulamenta a inclusão da

Libras como unidade curricular, a formação do professor, do instrutor e do tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular visando à inclusão de alunos surdos.

4. Decreto nº 6.094/07, cujas diretrizes garantem o acesso e permanência no ensino regular e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

5. Decreto n.º 5.840/06, que institui, no âmbito federal, O Programa Nacional de Integração a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, que abrangerá os seguintes Cursos e Programas: I. Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (PROEJA) II. Educação profissional técnica de nível médio.

6- Decreto n.º 7.611/11, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado, consolidando a Política da Educação Inclusiva garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade. Este necessita estar articulado com as demais políticas públicas, bem como a garantir a implementação da Lei 12.764/12 que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autista, e atendendo ao propósito da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Deste modo esta lei e o Decreto compõem as diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

3.7.1.3 A Educação Inclusiva no Ifap

Nos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia, o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001, iniciou seu desafio em busca da inclusão para todos, através de ações que proporcionasse o acesso, a permanência e a saída com êxito de todo estudante, independente de sua condição física, emocional, intelectual ou social. Para isso, propõe-se a disseminação de uma política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação de gestores e educadores nas escolas públicas.

Para melhor operacionalizar as ações do TEC NEP, a SETEC constituiu as Gestões: Nacional, Regional e Estadual, sendo implantados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) nos Câmpus das Instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações inclusivas no âmbito dos Institutos e entornos, atuando em parcerias com entidades governamentais e associações não governamentais em consonância com o MEC.

Sob a perspectiva da justiça e responsabilidade social, os Institutos Federais assumem, em suas ações, nova dimensão, a fim de fortalecer a importância da profissionalização adequada a pessoas com necessidades educacionais específicas mediante o cumprimento de legislações que protejam a cidadania de que todos têm direito. Isso implica dizer que, na atualidade, a Rede Federal de EPT tem o compromisso de disseminar, cada vez mais, propostas de inclusão plena. No Ifap, o tema a respeito de políticas Inclusivas é uma preocupação permanente e são operacionalizadas ações, que de forma contínua e responsável, possibilitam cada vez mais, condições de acesso, permanência exitosa no percurso formativo da inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social.

O IFAP vem se estruturando de forma a instrumentalizar seus profissionais e a comunidade escolar em geral, para atuar de forma eficiente na inclusão, através do desenvolvimento do Programa TEC NEP/MEC/SETEC, por meio da criação, pela portaria n. 114/2011/GR/Ifap, do NAPNE no Ifap, objetivando principalmente criar na Instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade, buscando a implementação da quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Para a efetivação desta política de inclusão elegeram-se as ações a partir do desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização e capacitação de pessoal, objetivando a apropriação de referenciais teóricos e o intercâmbio de saberes e práticas interinstitucionais e no âmbito do Ifap, por intermédio das seguintes ações:

- Realização de Encontros de Educação Inclusiva.
- Consolidação dos NAPNE existentes nos Câmpus Macapá e Laranjal do Jarí e implantação dos NAPNE dos Câmpus Santana e Porto Grande, da mesma forma Câmpus Avançado de Oiapoque, e o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari.
- Efetivação das salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a aquisição de materiais didáticos e

pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e contratação de profissionais especializados (professores de Educação Especial, intérpretes para Libras, transcritores para produção de textos Braille, revisores para textos Braille).

- Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, visando à capacitação de servidores técnicos e docentes do Ifap.
- Criação de mecanismos para a realização de cursos e minicursos para docentes e técnicos, destacando-se o curso de LIBRAS em atenção a Lei nº10436 de 24/04/2002 que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais”.
- Organização de Ciclos de Estudos, workshops, Encontros Estaduais e Fóruns.
- Disponibilização para técnicos e docentes e discentes o “Acervo Circulante sobre Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas”.
- Organização e disponibilização do “Espaço Aberto de Estudos sobre Educação Inclusiva”, com recursos audiovisuais e bibliográficos para apoio a projetos e atividades acadêmicas voltadas para as questões de Pessoas Necessidades Educacionais Específicas.
- Adequação arquitetônica na estrutura física do Câmpus Macapá e construção dos novos Câmpus valendo-se do desenho universal de acessibilidade.
- Aquisição de material bibliográfico sobre a inclusão de Portadores de Necessidades Educacionais Específicas (PNEE), bem como criação e ampliação de acervo adaptado (braile, fonte ampliada, libras, “livro falado”) da biblioteca do Ifap.
- Elaboração de projetos nas diversas áreas para atender às seguintes especificidades: Transtornos Globais do Desenvolvimento; deficiências físicas; deficiências intelectuais; deficiências visuais; surdos; altas habilidades e superdotados; idosos; PROEJA; diversidade sexual; indígenas; quilombolas; afrodescendentes e menores em risco social.
- Implantação e disponibilização da biblioteca do “Livro Falado” para atender prioritariamente alunos cegos e de baixa visão de Instituição de ensino de Rede Pública e Particular.
- Oferta de cursos preparatórios para os PNEE candidatos a exames seletivos para cursos do Ifap.
- Oferta de cursos livres e de qualificação profissional em articulação com as

Unidades Especializadas do Estado e Município.

Para tornar concretas tais ações, os NAPNE do IFAP buscarão a estruturação da base de apoio por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Estabelecimento de parceria com os Órgãos Especializados objetivando o apoio às atividades programadas pelas Coordenações, e Diretorias para a efetivação dos cursos profissionalizantes voltados para as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.
- b) Formalização de parcerias com empresas e Instituições Públicas governamentais e não governamentais.
- c) Captação de recursos financeiros junto às Instituições de fomento.
- d) Organização do Banco de Dados de PNEE (alunos e servidores do Ifap).
- e) Acompanhamento dos Projetos de quebra de barreiras arquitetônicas, sob a responsabilidade dos setores competentes do Ifap.
- f) Articulação com as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Extensão de projetos, programas e atividades voltadas para os PNEE do Ifap e da comunidade externa.
- g) Coordenação e acompanhamento do aparelhamento com material pedagógico e equipamentos específicos para a execução dos programas, projetos e atividades programadas.
- h) Divulgação permanente das ações desenvolvidas, valendo-se dos meios oferecidos pelo Ifap.
- i) A Implementação de ações indicadas pela Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, ademais a disciplina de Educação em Direitos Humanos como práticas educativas para todos, conforme Resolução 001/2012 CNE/CP.
- j) Implantação de Programas e Projetos para inclusão de apenados.
- k) Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado do BRAILLE, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação alternativas e habilidades de orientação e mobilidade, as pessoas com deficiência visual e aquelas com cegueira.
- l) Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a promoção da identidade linguística da comunidade surda.
- m) Implantação de Programas e Projetos para desenvolver Tecnologias Assistivas aos deficientes físicos, aos paralisados cerebrais e a todos que delas necessitarem na

Instituição.

Assim, tomando-se por base esses procedimentos, ações e encaminhamentos é que o IFAP, obedecendo à institucionalização da Educação Inclusiva, buscará alcançar, considerando artigo 24 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Decreto n.º 7611/11, condições de atender, de forma otimizada, Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A fim de tornar profícuo este processo de inclusão. O IFAP, norteado pelas Ações Afirmativas, atenderá as exigências legais para a reserva de vagas culminada com a criação dos seguintes critérios e diretrizes para as políticas de inclusão:

- Reserva para pessoas com deficiência, negros e índios: 5% para candidatos com deficiência, 10% para negros e índios que preferencialmente tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino.
- Reserva para alunos oriundos de escola pública: 50% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino.
- Para o acesso aos cursos do PROEJA, serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa.
- Para o acesso aos cursos de FIC para trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes que vão nortear as ações acadêmicas no âmbito do Ifap originam-se a partir da concepção de mundo pautada na justiça, equidade, liberdade, fraternidade, ética e democracia, bem como, a partir de princípios filosóficos e teórico-metodológicos, elencados anteriormente neste documento, inter-relacionados com o desenvolvimento local e regional, com o propósito de ofertar educação de qualidade. Assim, a prática educativa ofertada pelo Ifap deve proporcionar a verticalização do ensino, articulando o diálogo entre os diversos níveis e modalidades da educação básica e superior, oportunizando ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em sua ação acadêmica, o Ifap priorizará o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das suas vagas em cada período letivo a oferta de cursos da educação profissional técnica de nível médio, na forma integrada, e no mínimo de 20% (vinte por

cento) das suas vagas aos cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, em conformidade ao previsto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 11.892/08, que institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Os cursos de nível superior de tecnologia, bem como os cursos de bacharelados também constituem demandas a serem ofertadas pela instituição, e são voltados para a formação de profissionais que vão suprir a demanda dos arranjos produtivos locais, enquanto que as licenciaturas se destinam prioritariamente a formação de professores para a educação básica. Os programas de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu deverão garantir, respectivamente, a formação de especialistas e de mestres e doutores que deverão fortalecer as bases teóricas e práticas do Ifap. E finalmente, “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”(Lei nº 11.892/2008, art. 7º).

4.2 PERFIL DE EGRESSO: CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A concepção de formação profissional que fundamenta o processo educativo ofertado pelo IFAP tem como foco a formação do cidadão trabalhador enquanto sujeito ativo, crítico, reflexivo, ético e contextualizado com as questões de seu tempo, capaz de compreender e intervir nas questões políticas, econômicas, culturais e sociais, vislumbrando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

O perfil dos egressos dos cursos oferecidos pelo IFAP será construído a partir dos parâmetros de aferição de qualidade dos cursos definidos pela demanda social e consubstanciados nos arranjos produtivos locais. A qualificação do profissional que será apresentado ao mundo do trabalho terá como fundamento principal a adequação e adaptação da política de ensino à realidade socioeconômica regional.

Em se tratando dos egressos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente do Ifap, será desenvolvida formação profissional tendo em vista a possibilidade de alcance dos seguintes aspectos: atuação crítica/reflexiva, valores éticos, políticos que potencializam a ação humana em sociedade, empregabilidade, continuidade dos estudos após a conclusão do curso e agente de intervenção no processo produtivo, desenvolvendo ciência e tecnologia.

Quanto aos cursos superiores, o egresso do IFAP deve ser um profissional voltado para o desenvolvimento da realidade amazônica, que apresente competências profissionais inerentes a sua formação com sólida e ampla qualificação científica, pedagógica e tecnológica, com condições de acompanhar a evolução e modernização da sociedade contemporânea. Podendo intervir com competência nos processos de aprimoramento das estratégias de produção e nas mudanças metodológicas, educacionais, tecnológicas, éticas e ontológicas.

Desta maneira, trata-se de uma condução educacional que possibilite o educando em sua plena formação para que ao concluir seus estudos esteja habilitado em atuar no mercado de trabalho e na sociedade. Assim, o perfil do egresso estará delineado no projeto pedagógico de curso, em consonância com suas especificidades e propostas curriculares e com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Superiores.

4.3 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A organização pedagógica consolidada nas ações educativas do IFAP, parte do princípio de propor uma formação contextualizada que promova a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) onde deve recusar o conhecimento enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com ênfase na formação para ofícios e também na compreensão do mundo do trabalho numa perspectiva crítica de atuação construtiva de sua vida em sociedade.

Considerando o trabalho como atividade humana, e quando introduzido no processo educativo sistematizado permite ao sujeito compreender o movimento de construção do conhecimento como fonte permanente de aprimoramento. Assim, o trabalho como princípio educativo se vincula, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida.

De acordo com Silva (2008, p. 96), o trabalho é o princípio educativo que orienta a escola, mas ressalva que “não a partir de uma visão estreita, de caráter economicista, ligado a uma função meramente industrial, mas, sim, tomando a dimensão ontológica do trabalho”. Sendo assim, as diretrizes que norteiam a prática pedagógica no âmbito do Ifap partem desse entendimento, levando ainda em consideração o princípio científico na

preparação dos educandos para as atividades de investigação e inovação e na busca por embasamento teórico para que esse possa descobrir como chegar ao conhecimento que lhe possa trazer resultados satisfatórios para sua vida profissional e pessoal.

É fundamental levar em conta os princípios orientadores da prática educativa embasada nas concepções pedagógicas definidas pela escola. Nesse sentido, todo o processo de articulação do ensino deve mobilizar ações necessárias ao cotidiano escolar, sendo necessário deixar claro a direção pedagógica evidenciada nos princípios de organização escolar definidos pelo Instituto Federal que se apoia no princípio da inclusão e do direito de acesso ao conhecimento, do respeito às diferenças socioculturais e da integridade do conhecimento, da mobilização dos saberes para a constituição da autonomia e da cidadania.

Nesta perspectiva de abordagem educativa, o processo ensino-aprendizagem vem expressar uma relação dialógica permitindo uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo Ifap. Segundo Pacheco (2011, p.29):

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.

O modelo Institucional do Ifap parte da proposta pedagógica histórico-crítico assentada em um conceito de educação profissional e tecnológica tendo o ser humano sua referência fundamental. Trata-se, pois, de uma formação que deve estar durante o decorrer da vida por meio de experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas, de forma cidadã. Terá o objetivo de colocar o currículo no estabelecimento de relações com o conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico. Para isso, combinará conhecimentos gerais e específicos de modo a articular pensamento e ação, teoria e prática, escola e sociedade contemplando: O universo da ciência contemporânea; as novas tecnologias; as relações sócio-históricas que os homens estabelecem na sociedade e trabalho e as diferentes formas de linguagem presentes nos espaços sociais, políticos e produtivos.

Da mesma maneira, é imprescindível conceber que a educação - via escola - trabalhe amplamente com os conteúdos. Neste caso, Libâneo (1994), a respeito do papel da escola, diz que: “A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos

abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. [...] Assim, a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia 'dos conteúdos' é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes” (LIBÂNEO, 1994, p. 69).

Nesse contexto, o Ifap ofertará uma proposta de formação que contemple as características socioeconômicas locais e regionais, com o objetivo de formar profissionais comprometidos e conscientes de seu papel transformador, de forma a promover o redimensionamento do setor produtivo.

As estratégias metodológicas terão como pressuposto a interdisciplinaridade que será orientada, em sala de aula e em reuniões pedagógicas, de forma a propiciar discussão dos objetivos traçados para execução do projeto interdisciplinar. Essa proposta deverá envolver a comunidade interna e externa, num processo de integração e construção de conhecimento, quebrando com o paradigma da educação tradicional, onde a teoria não tem relação com a prática e as disciplinas não se inter-relacionam.

A quebra desse paradigma busca então “estimular a reflexão do aluno, o seu espírito investigativo, valorizando suas inteligências múltiplas, oportunizando um relacionamento dialógico com o professor, os colegas, a escola e o ambiente profissional [...]”, visa ainda possibilitar ao aluno a construção do seu próprio conhecimento, propiciando ainda o respeito deste, em suas diferenças individuais, “[...] considerando um ser único, valioso e com talentos próprios”. (FERREIRA; CARPIM; BEBRENS, 2009).

Tal abordagem do conhecimento exige que se amplie o espaço da sala de aula como locus privilegiado de construção do conhecimento, em que a pesquisa e a extensão constituam-se em atividades cotidianas para os alunos e os processos avaliativos possam fornecer parâmetros de reconstrução permanente da prática educativa.

Para assegurar a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e com os avanços tecnológicos, deve-se utilizar em sala de aula, procedimentos didáticos, como estudos práticos, estudos dirigidos e independentes, seminários, oficinas, debates, projetos de pesquisa, entre outros. Sendo necessário incluir procedimentos com o fortalecimento e a articulação do uso de recursos didáticos tecnológicos adequados aos objetos propostos, como o uso do computador e aparelhos de multimídias. Considerando,

entretanto, que esses procedimentos e recursos não podem se configurar como um fim em si mesmo, mas como alternativas facilitadoras do processo de construção e assimilação do conhecimento, um mecanismo capaz de desenvolver no aluno a cultura investigativa, metodológica e uma postura criativa que lhe permita avançar frente ao desconhecido.

Dentro da perspectiva globalizada e complexa do novo século, a cultura interdisciplinar desenvolve competências e habilidades que, certamente, auxiliam o educando a pensar e agir com criatividade, articulando-se nas áreas diferenciadas de saberes e na busca de soluções necessárias para o desenvolvimento de seu campo de atuação profissional.

Nessa proposta metodológica, é fundamental a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão cujo significado é o de compartilhar saberes com a finalidade de criar algo novo através da interrelação deste tripé, com o intuito de promover a formação profissional à luz da apropriação e produção do conhecimento científico, tecnológico e sócio histórico, baseado no desenvolvimento de competências e habilidades.

4.3.1 Seleção e concepção dos conteúdos

A compreensão a respeito do conhecimento como construção histórica, valorativa e contextualizada, permite considerá-lo como algo importante para a vida do educando de modo que possa intervir na sociedade e na vida produtiva de maneira crítica e criativa no sentido de continuar sempre em busca de novos saberes. Com base nesse entendimento, “[...] mais do que dominar conteúdos, deverá o jovem nesse nível, apreender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora” (KUENZER, 2009).

Libâneo (1993, p.138) discute a questão dos conteúdos na sua dimensão crítico social, reconhecendo o seu caráter científico, histórico e social aliado às exigências teórico práticas de cada tipo de formação. O autor afirma que:

[...] a dimensão crítico social dos conteúdos, corresponde à abordagem metodológica na qual os objetos do conhecimento (fatos, conceitos, leis, habilidades e métodos) são apreendidos nas suas propriedades e características próprias e ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos da realidade incluindo especificamente as ligações e nexos sociais que os constituem como tal.

Nesta perspectiva, conceber o conteúdo na dimensão crítico social, foi uma opção feita pela comunidade escolar na organização do currículo que se quer, evitando-se repetir

os modelos educacionais reducionistas comportamentalista e/ou funcionalista que ressaltam apenas os saberes necessários para a execução de atividades profissionais segundo as exigências de mercado. Além disso, é possível dissociar o currículo por competências de uma perspectiva não crítica de educação, sintonizada principalmente com os processos de inserção social e o desenvolvimento de competências e habilidades.

Considerando o contexto acima, é necessário viabilizar os conteúdos de ensino de forma integralizada e holística. Dentro de uma visão crítica e emancipatória por entender que o currículo articulado, integrado à realidade possibilita a contextualização e aplicação dos conhecimentos às situações problemas da prática social onde devem embasar-se:

- A base do conhecimento voltado a uma prática interdisciplinar a partir de competências, numa perspectiva de currículo integrado.

- Incentivo à resolução de problemas – criar um ambiente investigativo, desafiador e estimulante de aprendizagem que dê apoio a múltiplas perspectivas ou interpretações da realidade.

- Diversificação dos meios de desenvolvimento de competências – considerando as diferentes dimensões do saber agir, ser, fazer e viver juntos.

- Contextualização do educando quanto à historicidade dos produtos de seu trabalho – permitir ao aluno compreender que as mudanças decorrem de variáveis sociais, políticas e econômicas para que a aprendizagem se torne mais significativa.

- Favorecimento de uma atitude reflexiva e de predisposição para com a profissão – importância da autoestima para o desenvolvimento da aprendizagem.

O Ifap reconhece que o processo educacional deve configurar o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude. É essa dimensão que reafirma o caráter político do currículo desenvolvido no âmbito do Instituto, que longe de ser uma matriz que articula disciplinas e horas, é resultado de um projeto intencional de formação humana orientado para uma utopia, ao redor do qual se articulam todos os esforços da comunidade escolar. Assim, novas formas de seleção, organização e tratamento metodológico dos conteúdos, de maneira a oportunizar relações significativas entre o aluno e o conhecimento devem ser priorizadas como condição para sua participação efetiva no trabalho e na sociedade, de forma a protagonizar a construção de uma nova realidade social.

4.3.2 Integração entre teoria e prática

A integração entre teoria e prática será trabalhada no âmbito dos componentes

curriculares, organizada em uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Os momentos de prática serão utilizados como um meio complementar e integrado ao desenvolvimento das unidades de ensino, tendo como objetivo:

- Aprofundar o conhecimento técnico e científico.
- Oferecer uma formação em um contexto real de sociedade.
- Estimular o autoconhecimento, o espírito investigativo, as relações pessoais.
- Servir de estratégia para o estreitamento das relações com a comunidade e a sociedade durante o desenvolvimento de todos os componentes curriculares e não somente no momento do estágio supervisionado.

Nesse sentido, o IFAP adota como princípio da articulação entre a teoria e prática o desenvolvimento de atitudes pautadas em valores como ética, compromisso social, compartilhamento, solidariedade e respeito às diferenças entre os seres, além de incentivar ações em equipe.

A relação teoria e prática será promovida por meio da articulação entre o ensino, pesquisa e a extensão, estando presente durante todo o processo de formação dos alunos. Essa integração criará canais de interlocução entre o IFAP, o curso e a sociedade, permitindo uma reciprocidade de conhecimentos, o da produção acadêmica para a comunidade e as demandas reais da comunidade subsidiando a formação do aluno.

As atividades que integram teoria e prática serão realizadas sempre em função de sua possibilidade, necessidade e coerência curricular:

- No âmbito do componente curricular, em atividades específicas e próprias de cada unidade curricular.
- Em momentos coletivos, em atividades interdisciplinares organizadas para o desenvolvimento dos projetos integrados.
- No âmbito das atividades de pesquisa, de extensão e em visitas técnicas e/ou pedagógicas.

A prática integrada à teoria permite a reflexão crítica da ação científica de conceitos universalmente reconhecidos, permitindo sua reprodução, (re) criação, sua negação e a produção de novos conhecimentos a partir de outros já existentes e, ainda, permite o tratamento do conteúdo de determinado componente curricular em todas as suas dimensões – conceitual (saber), procedimental (saber/fazer) e atitudinal (saber/ser).

4.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo avaliativo deve ser utilizado como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. De acordo com Luckesi (2006, p.85) “A avaliação tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso, uma ação que visa construir um resultado previamente definido”. Para Sant’Anna (2009, p. 7) “A avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto”. Nesse sentido, pode-se afirmar que a avaliação em seu aspecto geral é parte integrante das práticas educativas desenvolvidas pelo Ifap, pois apresenta indicativos da necessidade de mudanças no planejamento das ações e correção dos rumos, contribuindo sobremaneira no processo de formação do futuro profissional.

A prática educativa desenvolvida no Instituto baseia-se numa avaliação diagnóstica, formativa e somativa, deixando de ter função apenas de constatação e apreensão de conteúdo. A avaliação diagnóstica proporciona informações acerca das capacidades dos alunos em face de novos conhecimentos que lhe vão ser propostos, a formativa permite constatar se os alunos estão de fato atingindo os objetivos pretendidos e, finalmente a somativa apresenta-se com o objetivo determinar o grau de domínio e progresso do aluno em uma área de aprendizagem.

Para avaliar a eficiência e eficácia do processo avaliativo, o Ifap adotará um sistema multidimensional de avaliação que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem do aluno.
- Avaliação das estratégias de ensino.
- Avaliação do desempenho docente.
- Avaliação do plano de curso e do currículo.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento e habilitações correspondentes. Desta forma, para o Instituto, avaliar é um processo de busca, análise, identificação e reflexão sobre o desenvolvimento do aluno, o trabalho dos professores e demais profissionais da escola.

A avaliação das estratégias de ensino é entendida como o mecanismo para diagnosticar e identificar, no desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos,

mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do aluno.

A avaliação do desempenho docente assume função diagnóstica para favorecer ao professor, a percepção da eficácia, eficiência e os impactos de seu trabalho no planejamento, organização, aplicação e avaliação de suas atividades, em função da especificidade do curso em que trabalha.

A avaliação do currículo escolar é entendida como o instrumento que, no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade concreta, favorece a percepção dos pontos de distorção e evidencia a necessidade de reformulações, adequações e melhorias na definição das competências e habilidades, objeto de estudos, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

Especificamente, o IFAP traz em sua realidade de ensino a oferta de diversos níveis e modalidades, onde adota diferentes sistemáticas de avaliação para atender a diversidade dos cursos oferecidos no Campus. Neste sentido, é essencial usar a avaliação na busca da melhoria de processos e produtos, desvelando, aos educadores e educandos, como concretizar um trabalho responsável, digno, com qualidade para melhorar a vida em sociedade.

Assim sendo, as estratégias pedagógicas utilizadas para atender a realidade do processo avaliativo são de extrema relevância na condução de um trabalho pedagógico que respeite as diferenças dispostas entre os níveis e modalidades atendidos pelo Ifap.

4.4.1 Processo de avaliação nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada, na forma subsequente e nas modalidades PROEJA e Educação a Distância

A avaliação, parte integrante do processo educativo, é entendida como um constante diagnóstico participativo na busca de um ensino de qualidade, resgatando-se seu sentido formativo e afirmando-se que ela não se constitui um momento isolado, mas um processo onde se avalia toda prática pedagógica.

Nesse sentido, considera-se que a avaliação da aprendizagem tem por finalidade promover a melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente. Devendo, portanto, ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa.

Dentro desse entendimento, à avaliação mais formalizada, cuja finalidade é

verificar a aquisição de competências, deve-se aliar um processo formativo de avaliação, possibilitando a orientação e o apoio àqueles que apresentam maiores dificuldades para desenvolver as competências requeridas.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos (saberes), práticas (saber-fazer), atitudes (saber/ser) e mobiliza esse conjunto (saber/agir) na realização do trabalho concreto, é fundamental que os docentes adotem uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação para que possam fazer um parâmetro da aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente. Dentre esses instrumentos, temos:

- Atividades práticas.
- Trabalhos de pesquisa.
- Estudos de caso.
- Simulações.
- Resolução de problemas e/ou exercícios.
- Projetos.
- Situações-problemas.
- Elaboração de portfólios e relatórios.
- Provas escritas e/ou orais.
- Registro das observações.

Nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada, o processo de avaliação obedece às seguintes normas gerais:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- Média aritmética ponderada igual ou superior a 6,0 (seis) para os cursos com Duração de 4 (quatro) anos.
- Média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) para os cursos com duração de 3 (três) anos em regime integral.
- Frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do conjunto dos componentes curriculares de cada série.
- Frequência ativa e integral nos estudos de recuperação, quando estes se fizerem necessários, e obtenção de êxito ao longo do processo ensino-aprendizagem.
- Frequência ativa e integral nos estudos de dependência, quando estes se fizerem necessários, e obtenção de êxito ao longo do processo ensino-

aprendizagem, no caso dos cursos com duração de 3 (três) anos em regime integral.

O registro dos resultados da avaliação é bimestral, sendo que em cada bimestre letivo, deverão ser utilizados, no mínimo, 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo uma atividade parcial e uma atividade geral que deverá ser aplicada de forma individual escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular.

Os resultados obtidos no processo de avaliação durante cada bimestre deverão ser expressos por notas, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), referentes a cada componente curricular, sendo que cada atividade parcial poderá valer de 0 (zero) a 10 (dez) e a atividade geral de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A média do componente curricular no bimestre dar-se-á pelo total de pontos obtidos divididos pelo número de avaliações realizadas.

Para os cursos com duração de 4 (quatro) anos, serão oferecidos estudos de recuperação paralela ao final do 1º, 2º e 3º bimestres para os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem com média do componente curricular inferior a 6 (seis), sendo o 4º bimestre contemplado apenas com recuperação final, obedecendo o disposto na Regulamentação nº 28/2013/CONSUP/IFAP.

Para os cursos com duração de 3 (três) anos em regime integral, os estudos de recuperação serão obrigatórios, devendo ocorrer através do desenvolvimento de atividades paralelas durante o período letivo para recuperação da aprendizagem, para os alunos com baixo rendimento escolar. Os estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de forma paralela, tendo como finalidade a construção do conhecimento, na regularidade do processo ensino e aprendizagem, sendo oferecidos nos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres, não existindo recuperação ao final do ano letivo, obedecendo o disposto na Regulamentação nº 01/2016/CONSUP/IFAP.

Ao final do período letivo, o estudante será aprovado se obtiver média aritmética ponderada igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares da respectiva série, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MC = \frac{2M1+2M2+3M3+3M4}{10}$$

10

MC = Média do componente curricular

M1 = Média do 1º bimestre

M2 = Média do 2º bimestre

M3 = Média do 3º bimestre

M4 = Média do 4º bimestre

Ao final do período letivo, o estudante que obtiver média igual ou superior a 2,0 (dois) e inferior a 6,0 (seis) em até 04 componentes curriculares terá direito a submeter-se a estudo de recuperação final em prazo a ser definido no calendário escolar de referência.

Após as avaliações finais e, quando necessário, as avaliações de recuperação (paralelas e/ou final) o aluno que não atingir o mínimo de aproveitamento escolar acadêmico estabelecido para aprovação em todos os componentes curriculares, não prosseguirá para a série seguinte, cursando novamente a série em que ficou retido.

Os alunos em cursos com duração de 3 (três) anos em regime integral, terão direito à dependência, após submeter-se às avaliações finais e obtiver média final maior ou igual a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete) em no máximo 02 (dois) componentes curriculares, conforme estabelecido na Regulamentação própria.

Nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma subsequente, o processo de avaliação obedece às seguintes normas gerais:

1. Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
2. Média aritmética igual ou superior a 06 (seis).
3. Frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular do módulo.
4. Frequência assídua nos estudos de recuperação, quando estes se fizerem necessários.

Com a finalidade de sistematizar as atividades a serem desenvolvidas no componente curricular, o módulo letivo será dividido em 03 (três) períodos avaliativos N1, N2 e N3, sendo as avaliações realizadas em período proporcional à carga horária dos componentes curriculares.

Cada período (N1) e (N2) valerá de 0(zero) a 10,0(dez) pontos, os quais deverão ser utilizados, no mínimo 02 (dois) instrumentos diferenciados de avaliação parcial. As atividades referentes a cada período avaliativo deverão ser somadas totalizando 10,0 (dez) pontos.

No período avaliativo (N3) deverá ser realizada uma avaliação geral, aplicada de forma individual, escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular, que deverá valer de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

Será considerado aprovado o aluno que, ao final do módulo, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular do módulo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MC = \frac{N1 + N2 + N3}{3}$$

3

MC - Média do Componente Curricular

N1 - Nota do 1º período avaliativo

N2 - Nota do 2º período avaliativo

N3- Nota do 3º período avaliativo

Caso ainda haja deficiências na aprendizagem, após a computação dos resultados do rendimento do aluno, o professor deve procurar fazê-lo avançar em direção às competências e habilidades estabelecidas, através de estudos de recuperação.

A recuperação paralela será oferecida quando computados os resultados da N1 e N2, através da média aritmética, para os alunos que não atingirem o mínimo de 6,0 (seis) pontos na somatória total do componente curricular.

No processo de recuperação paralela, serão ministradas no mínimo 04 (quatro) aulas, onde serão desenvolvidas atividades diversificadas, tendo em vista promover o desenvolvimento de competências e habilidades não alcançadas pelo estudante no período regular de estudo.

O resultado obtido na recuperação paralela poderá substituir a menor nota alcançada pelo aluno nos períodos avaliativos N1 ou N2, sempre prevalecendo a maior nota.

Após o cálculo da Média do Componente Curricular (MC), o estudante que obtiver média igual ou superior a 2,0 (dois) e inferior a 6,0(seis) em até 03(três) componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular cursado, terá direito a submeter-se a estudos de recuperação final em prazo definido no calendário escolar.

No período de Recuperação Final, serão ministradas o mínimo de 04(quatro) aulas, referentes a conteúdos que os alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem no módulo trabalhado, a fim de que os mesmos alcancem conhecimentos e obtenham aprovação com êxito.

Após a recuperação final, será considerado aprovado, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 6,0 (seis), calculada através da seguinte equação:

$$\text{MFC} = \frac{\text{MC} + \text{NRF}}{2}$$

2

MFC = Média Final do Componente Curricular

MC = Média do Componente Curricular

NRF= Nota da Recuperação Final

Nos casos em que a Média Final do Componente Curricular (MFC) corresponder um resultado inferior a Média do Componente Curricular(MC) obtida durante o módulo, prevalecerá o maior resultado.

Após a recuperação final, o estudante que não alcançar a média 6,0 (seis) em até, no máximo, 02 (dois) componentes curriculares, prosseguirá para o período seguinte, cursando, concomitantemente, esse(s) componentes(s) objeto(s) de reprovação em horário de contra turno aliada às condições da Instituição.

Nos casos em que o estudante, após a recuperação final, não alcançar a média 6,0 (seis) em mais de 02 (dois) componentes curriculares, cursará, no período subsequente, apenas os componentes objeto de reprovação.

O estudante que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular cursado, independente da média final, será considerado reprovado por faltas no módulo,

No caso dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma Integrada, na modalidade PROEJA, o processo avaliação tem como finalidade sistematizar as atividades desenvolvidas no componente curricular, do módulo em vigência, sendo cada módulo dividido em 03 (três) períodos avaliativos N1, N2 e N3 e as avaliações realizadas em período proporcional à carga horária dos componentes curriculares.

Nos períodos avaliativos N1 e N2 deverão ser utilizados, no mínimo 02 (dois) instrumentos diferenciados de avaliação parcial. As atividades referentes a cada período avaliativo deverão ser somadas totalizando 10,0 (dez) pontos. Sendo no período avaliativo N3 deverá ser realizada uma avaliação geral, aplicada de forma individual, escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular, que deverá valer 10,0 (dez) pontos.

Cada período avaliativo, valerá de 0 (zero) a 10,0(dez) pontos sendo que, em dois deles (N1 e N2) deverá ser utilizado no mínimo 02 (dois) instrumentos diferenciados de

avaliação, os quais deverão ser somados totalizando os 10,0 (dez) pontos do período avaliativo correspondente.

Será considerado aprovado o aluno que, ao final do semestre letivo, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do módulo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MC = \frac{N1 + N2 + N3}{3}$$

3

MC - Média do Componente Curricular

N1 - Nota do 1º período avaliativo

N2 - Nota do 2º período avaliativo

N3 - Nota do 3º período avaliativo

Caso haja deficiências na aprendizagem, após a computação dos resultados do rendimento do aluno, o professor deve procurar fazê-lo avançar em direção às competências e habilidades estabelecidas, através de estudos de recuperação.

A recuperação paralela será oferecida quando computados os resultados da N1 e N2, através da média aritmética, para os alunos que não atingirem o mínimo de 6,0 (seis) na somatória total do componente curricular.

No processo de recuperação paralela, serão ministradas no mínimo 04 (quatro) aulas, onde serão desenvolvidas atividades diversificadas, tendo em vista promover o desenvolvimento de competências e habilidades não alcançadas pelo estudante no período regular de estudo.

O resultado obtido na recuperação paralela poderá substituir a menor nota alcançada pelo aluno nos períodos avaliativos N1 ou N2, sempre prevalecendo a maior nota.

Após o cálculo da média do componente curricular (MC), o estudante que obtiver média igual ou superior a 2,0 (dois) e inferior a 6,0 (seis) em até 4(quatro) componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares cursados, terá direito a submeter-se a estudos de recuperação final em prazo definido no calendário escolar.

No período de Recuperação Final, serão ministradas o mínimo de 04(quatro) aulas, referentes à conteúdos que os alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem no módulo trabalhado, a fim de que os mesmos alcancem conhecimentos e obtenham

aprovação com êxito.

Após a recuperação final, será considerado aprovado, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 6,0 (seis), calculada através da seguinte equação:

$$\text{MFC} = \frac{\text{MC} + \text{NRF}}{2}$$

2

MFC = Média Final do Componente Curricular

MC = Média do Componente Curricular

NRF = Nota da Recuperação Final

Nos casos em que a Média Final do Componente Curricular (MFC) corresponder um resultado inferior a Média do Componente Curricular (MC) obtida durante o módulo, prevalecerá o maior resultado.

Após a recuperação final, o estudante que não alcançar a média 6,0 (seis) em até, no máximo, 02 (dois) componentes curriculares, prosseguirá para o período seguinte, cursando, concomitantemente, esse(s) componentes(s) objeto(s) de reprovação de acordo com a sua oferta no período letivo.

Nos casos em que o estudante, após a recuperação final, não alcançar a média 6,0 (seis) em mais de 02 (dois) componentes curriculares cursará, no período subsequente, apenas os componentes objeto de reprovação.

O estudante que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares cursados, independente da média final, será considerado reprovado por faltas no módulo.

Quanto à avaliação dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma subsequente, na modalidade à distância, cada módulo será resultante de diversos instrumentos que permitam o diagnóstico e a verificação do rendimento escolar e deverão estar previstos no plano de trabalho de cada componente curricular, definida (a avaliação) no planejamento estabelecido em cada polo. Cada módulo deverá constituir-se de no mínimo, 02 (dois) momentos de avaliação, sendo uma avaliação parcial (a distância) e uma avaliação geral (presencial), que deverá ser aplicada de forma individual, escrita e/ou oral e/ou teórica e/ou prática, conforme a especificidade de cada componente curricular. Neste sentido, é importante destacar o disposto no Decreto 5.622, de 19/12/2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

A avaliação parcial (distancia) será constituída de no mínimo duas atividades que podem ser aplicadas a distancia, cujo resultado final será o somatório de todos os instrumentos expressos por uma nota entre de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Essas atividades didáticos pedagógicas representam um conjunto de instrumentos específicos da modalidade EaD. A avaliação geral aplicada obrigatoriamente de forma presencial, será composta de um único instrumento aplicado individualmente, podendo ser escrita e/ou oral, teórica e/ou prática e seu resultado expresso por uma nota entre 0(zero) a 10(dez) pontos. A média do componente curricular no período letivo dar-se-á pelo total dos pontos obtidos pela avaliação parcial (distancia) somada a avaliação geral (presencial) dividido por 2 (dois) de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{MCC} = \frac{(\text{AVP} + \text{AVD})}{2}$$

MCC = Media do Componente Curricular

AVD = Avaliação à Distancia

AVP = Avaliação Presencial

Será considerado aprovado o estudante que, ao final do período letivo, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo.

4.4.2 Processo de avaliação no ensino superior

A avaliação nos cursos superiores do IFAP será feita de forma continuada e dividida em 02 (dois) aspectos fundamentais: avaliação institucional e avaliação de rendimento do aluno, do professor e do currículo.

A avaliação institucional consiste na avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Cursos Superiores e é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação - CPA , regulamentada pela Resolução CONSUP n. 039, de 01 de outubro de 2014,

A CPA é órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem como foco o processo de avaliação que abrange toda a realidade institucional, considerando-se as diferentes dimensões institucionais que constituem um todo orgânico expresso no Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI).

É composta por docentes, pessoal técnico administrativo, discentes do ensino superior, representante da Pró-Reitoria de Ensino, representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e representantes da sociedade civil organizada.

Esta CPA tem como função a auto avaliação institucional nos seus aspectos de estrutura física, estrutura gerencial, corpo docente, corpo discente e currículo. A avaliação interna a partir da Comissão Permanente de Avaliação - CPA terá com base nas diretrizes e orientações do SINAES, a qual fará o trabalho de avaliar o Ifap, detectando as fragilidades e potencialidades para que possa não somente atender aos quesitos do MEC como, principalmente, melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem.

A Comissão Permanente de Avaliação tem como prerrogativas a avaliação constante que sempre foi preocupação dos dirigentes da instituição. Diante disso a Comissão Própria de Avaliação do Ifap tem como objetivos:

- Coordenar os processos internos de avaliação da instituição e sistematizar os dados para a prestação das informações solicitadas pelo INEP.
- Proceder aos trabalhos necessários voltados para o alcance dos objetivos do SINAES.
- Conduzir eticamente os processos de auto avaliação do Ifap.
- Estimular a cultura da auto avaliação no meio institucional.

A avaliação do rendimento do acadêmico ocorrerá ao longo dos diferentes semestres dos Cursos Superiores e dar-se-á através de diferentes formas como: trabalhos em equipes, pesquisas, desenvolvimento de projetos; instrumentos escritos; produção científica (artigos, resenhas, *papers*, memoriais, TCC, etc.), trabalhos e provas individuais; observações práticas (laboratórios, trabalho de campo, relatórios etc.).

Assim, a verificação da aquisição de competências pelo acadêmico é concebida como uma prática processual composta por investigação diagnóstica, contínua, cumulativa, sistêmica e compartilhada em cada competência dos semestres estudados. Desta maneira, a avaliação da aprendizagem no Ifap ocupa espaço relevante no conjunto de práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem. Portanto, avaliar não se resume à mecânica do conceito formal e estatístico, não é simplesmente atribuir notas, não é a tomada de decisão do avanço ou retenção do aluno em componentes curriculares. Os métodos de avaliação tornaram-se mecanismos de sustentação da lógica de organização do trabalho acadêmico, ocupando importante papel

nas relações entre os profissionais da educação e acadêmicos.

A tomada de decisão para melhoria da qualidade de ensino deve estar embasada nos procedimentos avaliativos. Nesse processo são assumidas as seguintes funções: a função diagnóstica que proporciona informações acerca das capacidades dos alunos em face de novos conhecimentos que lhe vão ser propostos; a segunda função é a formativa que permite constatar se os alunos estão de fato atingindo os objetivos pretendidos; e finalmente a função somativa que tem como objetivo determinar o grau de domínio e progresso do aluno em uma área de aprendizagem.

Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Funcionando também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os critérios de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de formação do futuro profissional que o Ifap pretende formar, devendo ser: sistemático, processual, qualitativo, quantitativo e por períodos avaliativos caracterizados e distribuídos no período/semestre em vigor por um elenco de atividades avaliativas devendo ser de no mínimo dois instrumentos avaliativos, sendo que em um dos períodos avaliativos a escolha é do professor e deve ser obrigatoriamente uma avaliação escrita individual.

A sistemática de avaliação é regulamentada por resolução aprovada pelo Conselho Superior e tem a finalidade de sistematizar as atividades a serem desenvolvidas em cada componente curricular, o semestre letivo será dividido em 03 (três) períodos avaliativos N₁, N₂ e N₃, devendo as avaliações serem realizadas em proporcionalidade à carga horária dos componentes curriculares.

Cada período avaliativo vale quantitativamente 10,0 (dez) pontos sendo que, em dois deles deverá ser utilizado no mínimo dois instrumentos diferenciados de avaliação, os quais deverão ser somados totalizando os 10,0 (dez) pontos do período avaliativo correspondente. Em um dos períodos avaliativos é obrigatório a realização de uma avaliação escrita aplicada individualmente.

Será efetuada avaliação final após os três períodos avaliativos, caso o acadêmico não alcance médio curricular igual a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência. O acadêmico que não realizar a avaliação final, a média final curricular será a média curricular do componente, obtida no decorrer dos períodos avaliativos do semestre

letivo.

O número das avaliações da aprendizagem aplicadas em cada período avaliativo pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular (individual escrita e/ou oral e/ou prática).

O tipo de instrumento utilizado pelo professor, para avaliação da aprendizagem, poderá incluir prova: escrita, oral, prática; trabalhos de: pesquisa, campo, individual, grupo ou equipe, e outros de acordo com a natureza do componente curricular e especificidade da turma.

Considera-se aprovado no período letivo o acadêmico que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) em todos os componentes curriculares e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular, de acordo com a seguinte equação:

$$MC = \frac{N1 + N2 + N3}{3}, \text{ onde:}$$

3

MC – Média do Componente Curricular

N1 - Nota do período avaliativo N1

N2 - Nota do período avaliativo N2

N3- Nota do período avaliativo N3

Nos casos em que a média do componente curricular (MC) compreender um número inteiro com duas casas decimais far-se-á o arredondamento da nota para uma única casa decimal, ou seja, aumentar-se-á de uma unidade a primeira casa decimal, caso a segunda casa decimal seja igual ou superior a 05 (cinco), ou desprezar-se-á a segunda casa decimal caso esta seja inferior a 5 (cinco).

Será considerado reprovado, no período letivo, o acadêmico que não frequentar 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo, independente da média final do componente curricular.

O acadêmico que obtiver MC (média curricular) igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) em um ou mais componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de cada componente curricular cursado no referido semestre, terá direito a submeter-se a estudos de avaliação final em cada componente curricular em prazo definido no calendário acadêmico.

Considerar-se-á aprovado, após avaliação final, o acadêmico que obtiver média

final igual ou maior que 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do período letivo. Sendo a média final do componente curricular calculada através da seguinte equação:

$$\text{MFC} = \frac{\text{MC} + \text{NAF}}{2} \geq 7,0, \text{ onde}$$

MFC = Média Final do Componente Curricular

MC = Média do Componente Curricular

NAF = Nota da Avaliação Final

Será reprovado no componente curricular o acadêmico que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no semestre letivo, ressalvados os casos previstos em Lei. Após a avaliação final, o acadêmico que não alcançar a nota 7,0 (sete) em qualquer componente curricular, prosseguirá para o semestre consecutivo, cursando apenas o(s) componente(s) que não tenha pré-requisito.

4.5 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir de um trabalho contínuo de construção do conhecimento. Além disso, essa prática não se limita apenas a operacionalização teórica dos componentes curriculares que compõem o curso, visto que as atividades propostas durante a prática profissional deverão ser coerentes com o embasamento teórico abordado pelos professores dos componentes curriculares que constam no currículo, bem como as necessidades profissionais de formação e exigências da realidade em que a Instituição Educacional está inserida.

Os alunos do IFAP são estimulados à prática profissional desde o início de seu curso, visto que desde o primeiro semestre a maioria dos componentes curriculares têm em sua carga horária momentos em que o estudante é inserido na sua área de atuação profissional. Nessa perspectiva, compreende as ações de prática profissional as atividades complementares e o estágio, bem como poderá, desde que previsto no Plano/Projeto Pedagógico do Curso, ser considerado como prática profissional os projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso.

Entende-se como atividade curricular complementar, a atividade não integrante nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios e outras atividades afins ao curso, devidamente comprovada pelo discente e aprovadas pelo coordenador do curso ou seu substituto, incluindo cursos de Língua estrangeira. Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar-lhe a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o Instituto e a sociedade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional aliada ao desenvolvimento de valores humanísticos.

Outro importante item da prática profissional é o estágio supervisionado é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Plano/Projeto Pedagógico do Curso e poderá ser vivenciado no interior do Ifap ou em empresas e ou escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa reflexiva e de prática efetiva na área de formação do estudante.

4.6 INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

Para Santomé (1998) *apud* Aires (2011)[1] o currículo, quando organizado em disciplinas, não considera de forma suficiente as concepções prévias dos alunos, ou seja, o trabalho de ensinar significativamente é mais difícil quando a ação pedagógica acontece de maneira isolada. A proposta curricular do Ifap pretende desenvolver os seus componentes básicos de forma integrada, com vistas à formação profissional reflexiva e prática.

A articulação dos componentes curriculares dar-se-á no início do curso, por meio de atividades. Para atingir essa integração, é essencial que a proposta curricular se configure como caráter de transversalidade nas disciplinas.

[1] Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9930/11573>>

Acesso em 25/05/2016.

4.7 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

O IFAP se mobilizará para que os alunos ingressantes nos mais diferentes cursos possam alcançar a integralização dos mesmos, a partir de estratégias que constarão em seus Planos/Projetos Pedagógicos de Curso.

As diretrizes curriculares nacionais norteiam os parâmetros de integralização dos cursos, os quais são estabelecidos no Plano/Projeto Pedagógico de cada Curso.

Os parâmetros de integralização curricular básicos a todos os cursos são: o estudante deve ter aprovação em todos os componentes curriculares, cumprimento da carga horária estabelecida para as atividades complementares e, quando for o caso, aprovação no estágio curricular supervisionado e no trabalho de conclusão de curso, bem como participação da solenidade de conclusão de colação de grau. Ocorrendo a integralização de acordo com esses requisitos, o curso está concluído e o aluno poderá receber o diploma correspondente.

4.8 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Na sociedade contemporânea as evoluções tecnológicas são inevitáveis; a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está inter-relacionados a todas as áreas do conhecimento e, sobretudo no campo da educação, ela fornece diversos aspectos pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, o IFAP, tanto em seu aspecto pedagógico como administrativo, propiciará aos alunos, servidores e comunidade em geral a participação em ações, eventos e projetos de inovação tecnológica com o objetivo de fomentar a construção de novas práticas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando, dessa forma, o aproveitamento de conhecimento de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Instituto.

Com isso, o IFAP colocará as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação global dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, considerando a construção de valores essenciais ao desenvolvimento humano, ao desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e a percepção da competência transformadora do cidadão.

5 PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

5.1 OFERTA DE VAGAS – Câmpus Macapá

PREVISÃO DE OFERTA DE VAGAS – CÂMPUS MACAPÁ

CURSO	2	2	2	2	20	2	2	2	20	2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
	0	0	0	0	16	0	0	0	18	0	
	1	1	1	1	.1	1	1	1	.1	1	
	4.	4	5.	5		6	7	7		8.	
	1	.	1		2	
		2		2		2	1	2			
INTEGRADO PRESENCIAL	Técnico em Alimentos	40		40		40		40		40	200
	Técnico em Edificações	40		40		40		40		40	200
	Técnico em Mineração	40		40		40		40		40	200
	Técnico em Redes de Computadores	40		40		40		40		40	200
	Técnico em Cerâmica	0		0		0		0		40	40
	Técnico em Estradas	0		0		0		0		40	40
	Técnico em Programação de Jogos Digitais	0		0		0		40		40	80
	Técnico em Química	0		0		0		40		40	80
Total de vagas	160		160		160		240		320		1.040
Total Geral de Vagas - Integrado											

CURSO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	TOTAL DE VAGAS POR CURSO	
	14	14.	15	15	16	16	17	17.	18	18		
	.1	2	.1	.2	.1	.2	.1	2	.1	.2		
SUBSEQUENTE CONCOMITANTE PRESENCIAL	Técnico em Alimentos	40		40		40		40		40	200	
	Técnico em Edificações	40		40		40		40		40	200	
	Técnico em Mineração	40		40		40		0	40	0	40	200
	Técnico em Redes de Computadores	40		40		40		40		40	200	
	Técnico em Estradas	0		0		0		0	40		40	80
	Técnico em Cerâmica	0		0		0		0		40		40
	Técnico em Informática para Internet	0		0		0		0	40		40	80
	Técnico em Segurança do Trabalho	0		0		0		0		40		40
	Técnico em Química	0		0		0		0	40		40	80
Total de vagas	160	0	160	0	160	0	120	160	200	160	1.120	
Total Geral de Vagas – Subsequente/Concomitante Presencial												

CURSO		20 14. 1	20 14. 2	20 15. 1	20 15. .2	20 16. 1	20 16. 2	20 17. 1	20 17. .2	20 18. 1	20 18. 2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
INTE GRAD O PROE JA	Técnico em Alimentos	40		0		0		0		0		40
	Técnico em Redes de Computadores	0		0		0		40		40		80
	Técnico em Serviços Públicos	0		0		0		0		40		40
	Técnico em Segurança do Trabalho	0		0		0		0		40		40
Total de vagas		40						40		12 0		200
Total Geral de vagas – PROEJA												

CURSO		20 14. 1	20 14. 2	20 15. 1	20 15. 2	20 16. 1	20 16. 2	20 17. .1	20 17. 2	20 18. 1	20 18. .2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
SUPERIO R TECNÓL OGO	Tecnólogo em Construção de Edifícios	40		40		40		40		40		200
	Tecnólogo em Redes de Computadores	40		40		40		40		40		200
	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0		0		0		40		40		80
	Tecnólogo em Alimentos	0		0		40		40		40		120
	Tecnólogo em Mineração	0		0		0		0		40		40
Total de vagas		80		80		120		160		200		640
Total Geral de vagas – Superior Tecnólogo												

CURSO		20 14. 1	20 14. 2	20 15. 1	20 15. 2	20 16. 1	20 16. 2	20 17. 1	20 17. 2	20 18. .1	20 18. 2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
SUPERIO R LICENC IATURA	Licenciatura em Informática	40			40		40		40		40	200
	Licenciatura em Física	0		0		0		40		40		80
	Licenciatura em Matemática	0	0		0		40		40		40	120
	Licenciatura em Química	40			40		40		40		40	200
Total de vagas		80			80		120	40	120	40	120	600
Total Geral de vagas – Superior Licenciatura												

CURSO FIC PARA SERVIDORES	201 4.1	201 4.2	201 5.1	201 5.2	201 6.1	201 6.2	201 7.1	201 7.2	201 8.1	201 8.2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
Capacitação em Francês Básico	0	100		40			20		20		180
Capacitação em Português	0	50		40			0		0		90
Capacitação em Inglês Básico	0	50		40			20		20		130
Capacitação em Espanhol Básico	0	0		0			20		20		40
Capacitação em Inglês Intermediário	0		0		0		20		20		40
Gestão Pública	0		0		0		10		10		20
Orçamento	0		0		0		10		10		20
Financeiro	0		0		0		10		10		20
Gestão de Pessoas	0		0		0		10		10		20
Elaboração de Indicadores	0		0		0		10		10		20
Gestão de Contratos	0		0		0		10		10		20
Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia	0		0		0		10		10		20
Total de vagas	0	200	0	120	0	0	150	0	150		620

CURSO FIC – CENTRO DE IDIOMAS	201 4.1	201 4.2	201 5.1	201 5.2	201 6.1	201 6.2	201 7.1	201 7.2	201 8.1	201 8.2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
Inglês Básico							20		20		40
Inglês Intermediário								20		20	40
Francês Básico							20		20		40
Francês Intermediário								20		20	40
Espanhol Básico							20		20		40
Espanhol Intermediário								20		20	40
Total de vagas							60	60	60	60	240

CURSO FIC PARA COMUNIDADE EXTERNA	201 4.1	201 4.2	201 5.1	201 5.2	201 6.1	201 6.2	201 7.1	201 7.2	201 8.1	201 8.2	TOTAL DE VAGAS POR CURSO
Determinação das densidades de sólido e de polpa						30		30		30	90
Análise granulométrica por peneiramento						30		30		30	90
Ensaio de sedimentação						30		30		30	90
Ensaio de extração por solvente						30		30		30	90
Ciclo operacional de máquinas na mineração						30		30		30	90
Mapas temáticos com ênfase na geologia						30		30		30	90
Desenho assistido por computador para mineração						30		30		30	90
Gestão da qualidade aplicada na indústria de alimentos						30		30		30	90
Tecnologia de panificação						30		30		30	90
Tecnologia de origem animal						30		30		30	90
Tecnologia de origem vegetal						30		30		30	90
Política e legislação da educação especial						30		30		30	90
Tecnologias assistivas						30		30		30	90
Recursos didático-pedagógicos acessíveis						30		30		30	90
Libras						30		30		30	90
Arduíno básico						30		30		30	90
Arduíno avançado						30		30		30	90
Utilização de impressora 3D						30		30		30	90
Introdução a FPGA						30		30		30	90
Eletrônica básica						30		30		30	90
Programação web						30		30		30	90
Instalação e configuração de redes wireless						30		30		30	90
Computação desplugada e scratch						30		30		30	90
Segurança da informação						30		30		30	90
Desenvolvimento de jogos						30		30		30	90
AutoCad 2D						30		30		30	90
Desenhista em construção civil						30		30		30	90
Iniciação à capoeira					200						200

Iniciação ao karatê					200						200
Total por curso/ano					400	810		810		810	
Total Geral											2.830

5.2 OFERTA DE VAGAS – Câmpus Laranjal do Jari

PREVISÃO DE OFERTA DE VAGAS – CÂMPUS LARANJAL DO JARI

Curso		2014. .1	2014. 2	2015. .1	2015. 2	2016. 1	2016. 2	2017. 1	2017. 2	2018. 1	2018. 2	Total de vagas por curso
Inte- grado/ Pre- senci- al	Técnico em Informática	40		40		40		40		40		200
	Técnico em Secretaria- do	40		-		-		-		-		40
	Técnico em Meio Am- biente	40		40		40		40		40		200
	Técnico em Serviços Públicos	-		0		0		0		0		0
	Técnico em Florestas	-		40		40		40		40		160
	Técnico em Adminis- tração	-		40		40		40		40		160
Total de vagas por curso		120		160		160		160		160		
Total Geral de vagas – Integrado												760

Curso		2014. 1	2014. 2	2015. .1	2015. 2	2016. 1	2016. 2	2017. 1	2017. 2	2018. 1	2018. 2	Total de vagas por curso
Subse- quen- te/ Pre- sencial	Técnico em Informáti- ca	-		-	40		40	0		0		80
	Técnico em Secretaria- do											
	Técnico em Meio Am- biente											
	Técnico em Florestas		40		40		40		40		40	200
	Técnico em Adminis- tração				40		40		40		40	160
Total de vagas			40		120		120		80		80	
Total Geral de Vagas – Subsequente												440

armigera												
Semana do Meio Ambiente	800											800
Feira de Profissões	1000											1000
Total Geral	3155	240										3395

5.3 OFERTA DE VAGAS – *Campus Santana*

Curso		20 14 .1	20 14. 2	20 15. 1	20 15. 2	20 16. 1	20 16 .2	20 17. 1	20 17. 2	20 18. 1	20 18. 2	Total de vagas por curso
Inte- grado/ Pre- sencial	Técnico em Comércio Exterior	0	0	0	0	35	0	40	0	40	0	115
	Técnico em Logística	0	0	0	0	35	0	40	0	40	0	115
	Técnico em Marketing	0	0	0	0	35	0	40	0	40	0	115
	Total de vagas por semestre	0	0	0	0	105	0	120	0	120	0	
	Total de vagas para os cursos na Forma Integrada											345

Curso		20 14 .1	20 14 .2	20 15. 1	20 15. 2	20 16. 1	20 16 .2	20 17 .1	20 17. 2	20 18. 1	20 18. 2	Total de vagas por curso
Sub- se- quen- te/Pre sencial	Técnico em Comércio Exterior	0	0	70	35	0	40	0	40	0	40	225
	Técnico em Logística	0	70	0	35	0	40	0	0	0	0	145
	Técnico em Marketing	0	0	70	35	0	40	0	40	0	40	225
	Total de vagas por semestre	0	70	140	105	0	120	0	80	0	80	595

Curso		20 14. 1	20 14. 2	20 15. 1	20 15 .2	20 16. 1	20 16 .2	20 17. 1	20 17. 2	20 18. 1	20 18. 2	Total de vagas por curso
Inte- gra- do/ Proe- ja	Técnico em Logística	0	0	0	0	0	40		40		40	80
	Total de vagas por semestre	0	0	0	0	0	40		40		40	80

Curso		201 4.1	201 4.2	201 5.1	201 5.2	201 6.1	201 6.2	201 7.1	201 7.2	201 8.1	201 8.2	Total de vagas por curso
Superior / Tecnológico	À definir	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0	80
	Total de vagas por semestre	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0	80

Curso		201 4.1	201 4.2	201 5.1	201 5.2	201 6.1	201 6.2	201 7.1	201 7.2	201 8.1	201 8.2	Total de va- gas por curso
Superior / Licenciatura	À definir	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40
	Total de vagas por semestre	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40

Cursos FIC	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2
Até 10 hrs	210	200	210	250	40	80	40	80	40
40 hrs	210	320	210	171	80	80	120	120	120
160 hrs	-	-	-	70	120	120	120	120	120
Total	420	520	420	600	900	800	800	800	800

5.4 OFERTA DE VAGAS – campus Porto Grande

Curso		20 14 .1	20 14. 2	20 15. 1	20 15. 2	20 16. 1	20 16. 2	20 17. 1	20 17. 2	20 18. 1	20 18. 2	Total de vagas por curso
Inte- grado / Pre- sencial	Técnico em Agropecuária					80		80		80		240
	Técnico em Agronegócios							40		40		80
	Técnico em Agroecologia							40		40		80
Total de vagas por curso – Integra-						80		160		160		400

Robótica: Tecnologia na Agronomia.		48	48	48	48	48	240
Introdução ao Geoprocessamento.		30		30			60
Alfabetização Cartográfica			40		40		80
Introdução ao Sensoriamento Remoto						30	30
Administração no Agronegócio		25	25	25			75
Logística do Agronegócio					25	25	50
Prática de leitura, produção e interpretação de textos.		40					40
Discursos e práticas de mulheres na Agricultura em Porto Grande.			40				40
Gênero textuais e a prática discursiva acadêmica.				40			40
A prática de gênero oficiais					40		40
Do texto ao discurso: gênero e práticas sociais.						40	40
História e realidade social do campo			25	25	25	25	100
Cuidados na adolescência		40		40			80
Uso de metodologias aplicadas no Ensino Médio			20			20	40
Sanidade de peixes de interesse comercial					40		40
Curso de Espanhol Instrumental I		20					20
Curso de Espanhol Instrumental II			20				20
Curso de Espanhol Instrumental III				20			20
Curso de Espanhol Instrumental IV					20		20
Curso de Espanhol Instrumental V						20	20
Formação inicial de Direitos Humanos I		40					40
Formação inicial de Direitos Humanos II			40				40
A Lei nº 10.639/03 e o ensino da cultura afro-brasileira				40			40
Teorias, conceitos e temas no ensino da Sociologia					40		40
Juventudes rurais						40	40
A química pelo contexto das mídias		30				30	60
A química do sabão			30		30		60
A química dos perfumes e aromas				30			30
TOTAL	-	-	-	-	-	-	1645

5.3 OFERTA DE VAGAS – Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari

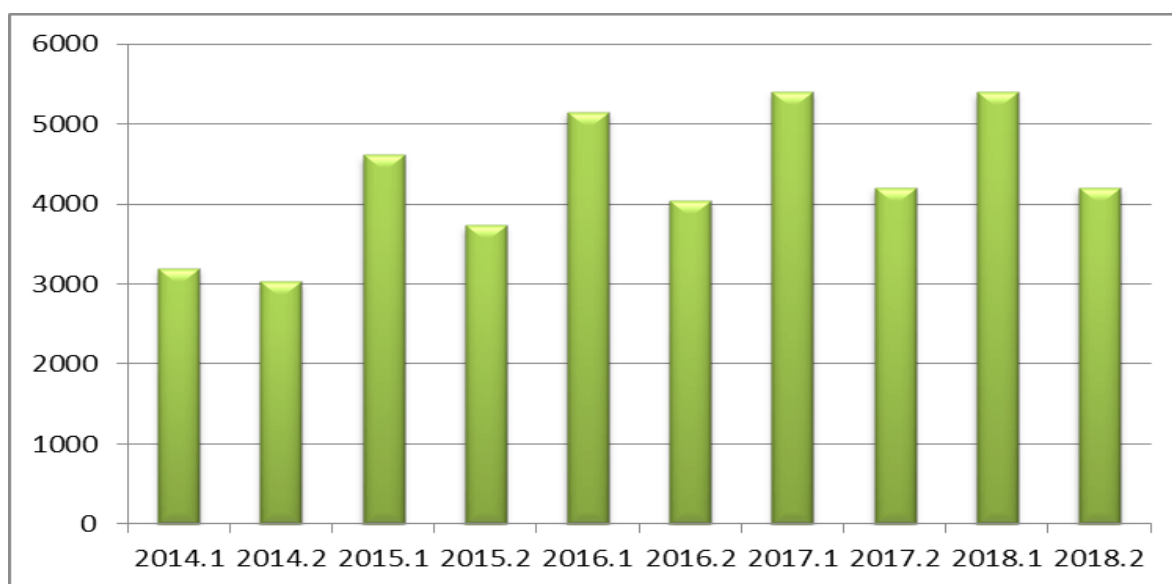
Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Cursos FIC-PRONATEC	350	20	-	-	-	370
Curso Técnico em Logística-PRONATEC	40	-	-	-	-	40
Serviços Públicos	-	-	80	40	40	160
Meio Ambiente	-	-	80	40	40	160
Manutenção e Suporte de Computadores	-	-	-	-	40	40
Total por curso/ano	-	-	160	80	120	
Total Geral Centro e Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari						360

5.6 OFERTA DE VAGAS – Cursos de Educação a Distância (EaD)

Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Câmpus Macapá	Serviço Público	50	50	50	50	50	250
Câmpus Macapá	Segurança do Trabalho	50	50	50	50	50	250
Câmpus Macapá	Informática para internet	50	50	50	50	50	250
Câmpus Macapá	Manutenção e Suporte e Informática	50	50	50	50	50	250
Câmpus Macapá	Alimentação Escolar	-	40	40	40	40	120
Câmpus Macapá	Secretaria Escolar	-	-	40	40	40	120
Câmpus Macapá	Infraestrutura Escolar	-	40	-	40	40	120
Câmpus Macapá	Multimeios Didáticos	-	-	40	40	40	120
Total por curso/ano		200	280	320	360	360	
Total Geral/Câmpus Macapá							1480
Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Câmpus Laranjal do Jari	Serviço Público	40	40	40	40	40	200
Câmpus Laranjal do Jari	Segurança do Trabalho	40	40	40	40	40	200
Câmpus Laranjal do Jari	Meio Ambiente			40	40	40	120
Total por curso/ano		80	120	120	120	120	
Total Geral/Câmpus Laranjal do Jari							520
Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Polo Tartarugalzi-	Alimentação Escolar		50	-	-	-	50
Polo	Secretaria Escolar		50	-	-	-	50
Polo	Infraestrutura Escolar		50	-	-	-	50
Total por curso/ano			150	-	-	-	-
Total Geral/Polo Tartarugalzinho							150
Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Polo Cutias	Alimentação Escolar		50	-	-	-	50
Polo Cutias	Secretaria Escolar		50	-	-	-	50
Polo Cutias	Infraestrutura Escolar		50	-	-	-	50
Total por curso/ano			150	-	-	-	150
Total Geral/Polo Cutias							150
Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso

Polo Santana	Alimentação Escolar	-	50	-	-	-	270
Polo Santana	Secretaria Escolar	70	50	-	-	-	270
Polo Santana	Infraestrutura Escolar	-	50	-	-	-	270
Polo Santana	Multimeios Didáticos	150	70	-	-	-	220
Polo Santana	Técnico em Agente Comunitário de	-	80	-	-	-	80
Polo Santana	Técnico em Finanças	-	80	-	-	-	80
Polo Santana	Técnico em Serviços Públicos	-	80	-	40	-	100
Polo Santana	Técnico em Serviços Jurídicos	-	80	-	40	-	100
Polo Santana	Técnico em Meio Ambiente	-	80	-	-	-	80
Total por curso/ano		210	150	-	-	-	-
Total Geral/Polo Santana							1470
Unidade	Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Total de vagas por curso
Polo Porto Grande	Secretaria Escolar	-	80				
Polo Porto Grande	Alimentação Escolar	-	40				
Polo Porto Grande	Multimeios Didáticos	-	-	40	40	40	120
Polo Porto Grande	Segurança do Trabalho	-	40	40	40	40	160
Total por curso/ano		-	160	80	80	80	-
Total Geral/Polo Porto Grande							280
Total de ofertas de vagas cursos Ead no período 2014-2018							4050

5.7 PROJEÇÃO DE VAGAS POR SEMESTRE



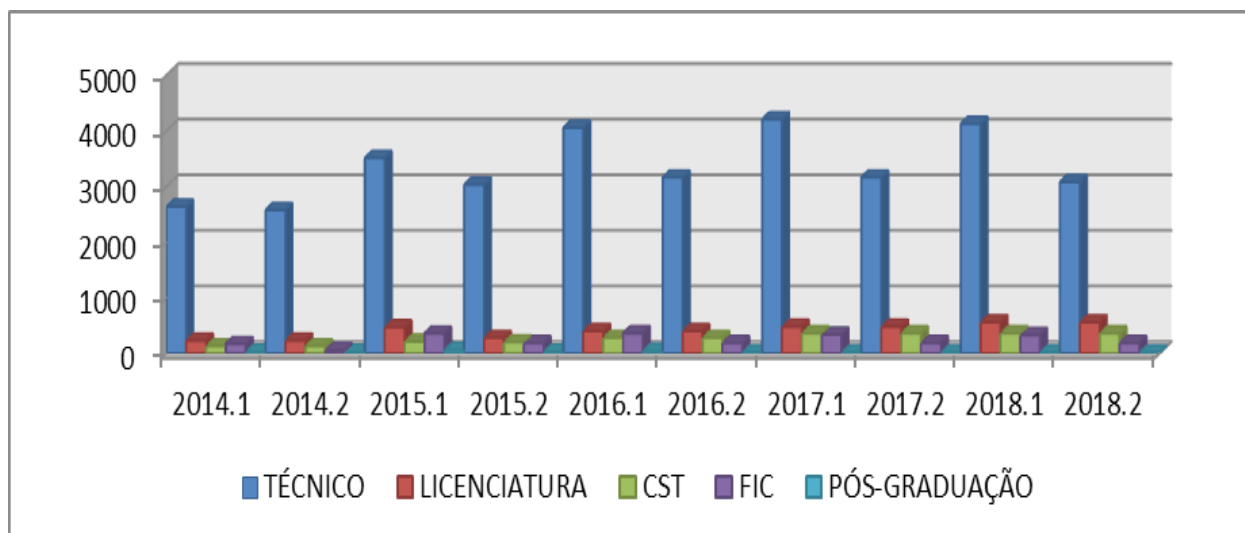
5.8 PROJEÇÃO DE VAGAS POR MODALIDADE, POR SEMESTRE

O gráfico abaixo representa a oferta de vagas distribuídas por modalidade de cursos, por ano e por semestre cumulativamente no período de 2014 a 2018. Os cursos FIC, são representados através da ponderação entre a equivalência entre aluno e número de vagas, de acordo com a fórmula descrita abaixo:

Ponderação FIC: N° DE CARGA HORÁRIA SEMESTRAL DO CURSO/400 = N° DE ALUNOS

Ao passo que os cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas e pós graduação uma vaga corresponde a um aluno.

Figura 6: Gráfico representando o acumulado de vagas no período de 2014 a 2018.



6 PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA**6.1 QUADROS DEMONSTRATIVOS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA**

Câmpus Macapá							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
Exemplos	Qtde	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Auditório	01	556,2	-	-	-	-	-
Banheiros	30	343,69	207,36	343,69	-	-	-
Biblioteca	01	840,62	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	21	689,3	-	300,00	-	-	300,00
Laboratório tipo I (Edificações/Mineração)	01	567,22	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo II (Química/Alimentos)	01	606,73	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo III (Informática)	04	534,2	-	2.136,84	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	-	-	-	250,72	-	-	-
Laboratório tipo V (Física / Matemática)	-	-	-	248,62	-	-	-
Coord. Info. (DTI)	01	117,55	-	117,55	-	-	-
Salas de aula	24	1.492,8	-	1.492,80	-	-	-
Setor Pedagógico	13	398,66	-	398,66	-	-	-
Almoxarifado	01	124,08	600,00	-	-	-	-
Sala de Coordenação	16	438,4	-	438,40	-	-	-
Sala de Reunião	03	86,29	-	-	-	-	-
Refeitório	-	-	200,00	-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	-	-	2.150,08	-	-	-	-
Garagem	-	-	519,00	-	-	-	-
Área de Convivência	-	-	1.241,7	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	-	-	166,00	-	-	-	-
Estacionamento	01	3.600,00	-	2.250,00	-	-	-
Urbanização/arborização	-	-	2.500,00	2.500,00	-	-	-
Passarelas cobertas	-	-	-	900,00	-	-	-
Reformas e Adaptações gerais (laboratórios, salas administrativas e pedagógicas, etc...)	-	-	5.000,00	-	-	-	-
Campo de futebol	-	-	-	-	5.000,00	-	-
Piscina semi-olímpica	-	-	-	-	1.800,00	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5.000,00	-
Laboratório tipo VI (Alimentos / Informática)*	-	-	-	-	-	586,98	586,98
Galpão Edificações/Mineração	-	-	-	-	-	300,00	-

* Construção do Bloco F no campus Macapá em função da expansão dos laboratórios de informática e alimentos, visto que atualmente (2016) o bloco E contempla os seis cursos (Licenciatura em Química, Técnico e Tecnológico em Alimentos, Técnico em Mineração, Técnico em Edificações e Tecnológico em Construção de Edifícios). Necessitando de Blocos próprios.

Câmpus Laranjal do Jari							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos							
BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO							
Gabinete do diretor	1	20					
Sala de reunião	1	24,40					
Chefe de gabinete	1	8,70					
Secretária de Execução	1	14,40					
Gabinete I	1	9,00					
Gabinete II	1	9,00					
Administrativo	1	46,80					
Protocolo	1	8,80					
Área de circulação	1	24,05					
Almoxarifado	1	64,35					
Espera	1	23,50					
Sala de enfermagem	1	19,25					
Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							
Especificação/ Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos							
BLOCO A – ADMINISTRAÇÃO							
Gabinete médico	1	22,05					

Gabinete Odontológico	1	22,05					
Copa	1	2,95					
Sanit. Masc.	1	8,60					
Sanit. Femin.	1	10,90					
BLOCO B – ENSINO							
Acervo	1	72,30					
Sala de estudos Coletivos	1	125,40					
Sala de est. Individuais	1	20,05					
Sala de registro	1	5,00					
Sala de internet	1	15,35					

Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
BLOCO B – ENSINO							
Refeitório	1	15,00		125,00			
Rampa de acesso	2	72,00		72,00			
Circulação/corredor	2	97,80		97,80			
Área de Convivência	2	318,40		318,40			
Hall	2	22,88		22,88			
Banheiro Masculino	2	44,64		44,64			
P.n.e masculino	2	6,84		6,84			
Banheiro feminino	2	44,64		44,64			
P.n.e feminino	2	6,84		6,84			
Sala de aula tipo 2	1	101,60		101,60			
Sala de aula tipo 1	4	256,00		256,00			

Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
BLOCO B – ENSINO							
Lavabo	1	2,05					
Coordenadoria IV	1	15,09		15,09			
Coordenadoria III	1	10,05		10,05			
Coordenadoria II	1	10,05		10,05			
Coordenadoria I	1	10,05		10,05			
Circulação	1	10,05		10,05			
Sala dos Professores	1	40,70		40,70			
Apoio de ensino	1	27,95		27,95			
Sala de estudos Prof.	1	22,90		22,90			
Relações Institucionais	1	51,10		51,10			
Registro acadêmico	1	32,00		32,00			
Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
BLOCO B – ENSINO							
W.c masculino	1	5,65		5,65			
W.c feminino	1	5,65		5,65			
Área disponível	1	15,00					
Lab. De informática I	1	101,60					
Lab. De informática II	1	64,00					

Lab. De informática III	1	64,00					
Lab. De informática IV	1	64,00					
Sala de aula I tipo 1	1	64,00		128,00			
Sala de aula II tipo 1	1	64,00		128,00			
Sala de aula II tipo 3	1	84,66		170,00			
BLOCO C – LABORATÓRIOS							
Laboratório I	1	87,71	87,71				
Laboratório II	1	70,64	70,64				
Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos							
BLOCO C – LABORATÓRIOS							
Laboratório III	1	70,64	70,64				
Laboratório IV	1	87,71	87,71				
ÁREAS INTERNAS – INTEGRANTES - ÁREA DE CONVIVÊNCIA, ÁREA DE CIRCULAÇÃO, BANHEIROS CENTRAIS							
Área de Convivência	1	324,00					
Pórtico de entrada	1	6,73					
Passarelas	1	304,45					
W.c pórtico	1	1,95					
Banheiro Masculino		35,24					
Banheiro feminino	1	35,24					
P.n.e. Banheiro Masc.	1	3,42					
P.n.e. Banheiro fem.	1	3,42					
Hall banheiro	1	12,96					
Câmpus Laranjal do Jari – Continuação							

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
	Qtde.	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos							
Ginásio poliesportivo com vestiários, banheiros, sala de coordenação, salas de aula, arquibancadas e área de jogo			1875,51				
Urbanização abrangendo terraplanagem da área construída, talude, drenagem de águas pluviais incluindo estacionamento (2015-2016).				4.250,00	4.100,00		
Construção de garagem para abrigo da frota incluindo almoxarifado– 2016				1.389,00			
Construção de pista de atletismo – 2017					8.000,00		

Campus Porto Grande							
Especificação Ambientais	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m² por ano)				
	Qtde.	Área (m²)	2014	2015	2016	2017	2018
Auditório	01	293,8	-	-	-	-	-
Banheiros	14	103,6	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	229,6	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	14	302,3	-	-	-	-	-
Laboratório Informática	01	58,4	-	-	-	01	-
Laboratório Biologia	01	58,4	-	-	-	01	-
Laboratório Física	01	58,4	-	-	-	01	-
Laboratório Solos e Planta	01	60	-	-	-	01	-
Coord. Info. (DTI)	02	46,4	-	-	-	-	-
Salas de aula	12	727,4	-	-	-	-	-
Setor Pedagógico	01	14,6	-	-	-	-	-
Almoxarifado	04	80,4	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	04	60,6	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	30,3	-	-	-	-	-
Refeitório	01	200,0	-	-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	01	943,0	-	-	-	-	-
Área de Convivência	01	506,0	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	07	90,4	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	2.200,0	-	-	-	-	-
Urbanização/arborização	01	400,0	-	-	-	-	-
Laboratório: Viveiro de mudas	01					1.579,00	
Laboratório vivo de Produção Vegetal						100.000,00	
Galpão de						250,00	

Máquinas/mecanização							
Laboratório vivo de Compostagem e Vermicompostagem							
Laboratório de Cultivo Hidropônico						80,00	
Laboratório de Fitotecnia e Fitossanidade						60,00	
Nutrição Animal						140,00	
Bovinocultura						20000,00	
Ovinocultura						20.000,00	
Caprinocultura						20.000,00	
Suinocultura						10000,00	
Avicultura						5000,00	
Apicultura						50,00	
Aquicultura						10000,00	
Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal						133,00	
Agroindustrialização de Produtos de Origem Vegetal						90,00	

Laboratório de Forragicultura						1000,00	
Fábrica de Ração						180,00	
Passarelas cobertas	-	-	-	-	-	-	900,0
Reformas e Adaptações gerais (laboratórios, salas, etc...)	-	-	-	-	-	-	5.000,0
Campo de futebol	-	-	-	-	-	-	5.000,0
Piscina semi-olímpica	-	-	-	-	-	-	1.800,0
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	5.000,0

	Construção 1ª etapa
	Término 1ª etapa e Inauguração
	Construção 2ª etapa

6.2 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

BIBLIOTECA – CÂMPUS MACAPÁ														
ÁREAS DO CONHECIMENTO HUMANO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PREVISTA										TOTAL PREVISTO	
	Qtde. Títulos	Qtde. exemplares	2014		2015		2016		2017		2018		2018	
			Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp
Ciências Exatas e da Terra					343	1028	203	608	102	307	648	1943	1296	3886
Ciências Aplicadas					17	51	98	293	102	307	217	651	434	1302
Ciências Biológicas					43	129	15	45	48	143	106	317	212	634
Ciências Humanas					129	386	60	180	136	409	325	975	650	1950
Letras, Literatura e Artes					17	51	15	45	136	409	169	506	337	1011
Produção Alimentícia					171	514	113	338	27	82	311	933	622	1867
Produção Industrial					-	-	188	563	68	205	256	767	512	1535
Segurança					137	411	60	180	61	184	258	775	516	1550

			Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp	Títulos	Exemp
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
CIÊNCIAS APLICADAS	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
CIÊNCIAS HUMANAS	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
LETRAS, LITERATURAS E ARTES	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
CIÊNCIAS AGRARIA	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180
GESTÃO E NEGÓCIOS	0	0					12	48	16	60	20	72	48	180

6.3 PREVISÃO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O BLOCO DE CONVIVÊNCIA

6.3.1. Sala da Equipe Multiprofissional

EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PREVISTA				
		QTDE	2014	2015	2016	2017	2018
Armários	Para arquivamento de documentos em pastas suspensas	-	-	-	02	-	-
Mesas	Mesa para atendimento individual	09	-	-	02	-	-
Computadores	Computadores de mesa com sistema operacional windos, office microsoft	09	-	-	02	-	-
Cadeiras escritório	Cadeiras rotatórias padrão ifap	07	-	-	02	-	-
	Fixas padrão ifap	07			02	-	-
Mesa de centro	Mesa para reunião da equipe	01	-	-	-	-	-
Quadro magnético	Quadro magnético para mapeamento das atividades planejadas	-	-	-	01	-	-
Impressora multiprofissional	Impressora multifuncional a laser c/ rede (impressora + copiadora + scanner + fax)	-	-	-	01	-	-
Notebooks	Sistema operacional windos, entrada hdmi, hd 1tb, processador pentium, 4gb ran e leitor dvd	-	-	-	01	-	-
Nobreak	Nobreak	-	-	-	09	-	-
Filmadora digital	Filmadora sony handycam dcr – sx digital	-	-	-	01	-	-
Prateleiras	Suspensas para organização de ficheiros	-	-	-	01		
Quadro de aviso	Quadro de aviso	-	-	-	-	01	01
Televisor	Tv 51 polegadas 3d plasma	-	-	-	-	01	-
Gravador de voz	Gravador de voz	-	-	-	01	01	01
Cadeira	Em longarina com 4 lugares com encosto em polietileno e assento ergométrico, estofado de espuma injetada e revestida em courvin	-	-	-	-	01	01

6.4.2. Sala de Atendimento Interdisciplinar

EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PREVISTA				
------------------------	---------------	----------------	-------------------	--	--	--	--

		QTDE	2014	2015	2016	2017	2018
Gaveteiro	Gaveteiro, material em mdp com dois gavetões; puxadores anatômicos em metal; com pés em rodízio; tamanhos aproximados: altura (cm) 64cm largura (cm) 48cm profundidade (cm) 38cm.	-	-	-	02	-	-
Abajur	Abajur, material estrutura em chapa de aço inox; base em aço cromado; tamanho: 32 cm altura / 21 cm largura / 21 cm profundidade; película interna brilhante em pvc; potência 40 w; bivolt; tipo de lâmpada econômica, led, incandescente.	-	-	-	02	-	-
Sofá	Sofá de 02 lugares Composição: estrutura madeira aparelhada; eucalipto e pinus; densidade do assento d-26; revestimento suede na cor cinza; medições: altura 88cm; largura 156 cm; profundidade 84 cm.	-	-	-	01	-	-
Poltrona	Poltrona 1 lugar,; encosto, braço e assento espuma d-28 soft; revestimento suede de extrema qualidade; cor cinza; pés alumínio giratório; dimensões 0,80 m (l) x 0,74 m(a) x 0,67 m (p).	-	-	-	02	-	-
Mesa	Mesa de centro, material tamburato de 51mm e tampo de vidro temperado de 8mm, bisotê; formato retangular, altura 33 centímetros; largura 90 centímetros; profundidade 57 centímetros.	-	-	-	01	-	-

6.3.3. Sala da Equipe Médica

EQUIPAMENTO/MOBIL IÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PREVISTA				
		QTDE	2014	2015	2016	2017	2018
Maca	Maca de aço	01	-	-	02	-	-
Biombo	Biombo	01	-	-	02	-	-
Cadeira de rodas	Cadeira de rodas	01	-	-	01	-	-
Otoscópio	Otoscópio	-	-	-	02	-	-
Desfibrilador	Desfibrilador	01	-	-	01	-	-
Aparelho pa	Aparelho para aferir a pressão arterial	-	-	-	01	2	2
Cilindro de oxigênio	Cilindro de oxigênio	01	-	-	01	-	-
Termômetro	Termômetro digital	-	-	-	01	1	2
	Base de mercúrio				02	2	2
Inalador	Aparelho de inalação	00	-	-	02	01	01
Armário	Armários com prateleiras para organização do material, prontuários e utensílios.	03	-	-	02	-	-
Mesas	Para atendimento individual em "I"	02	-	-	01	-	-

Cadeiras	Cadeiras rotatórias padrão ifap	02	-	-	-	-	-
	Fixas padrão ifap	02	-	-	-	-	-

6.3.4. Espaço de Convivência

EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PREVISTA				
		QTDE	2014	2015	2016	2017	2018
Televisor	Tv 51 polegadas 3d plasma	-	-	-	-	01	-
Caixas acústicas	Caixas pequenas para afixar nas colunas	-	-	-	-	06	-
Caixa amplificada	Com entrada usb e hdmi	-	-	-	-	01	-
Microsistem	Com entrada usb e hdmi	-	-	-	-	01	-
Bebedouro	Bebedouro	-	-	-	-	02	-
Mesas plásticas	Mesa de quatro lugares	-	-	-	-	20	-
Mesa de som	Mesa com entrada para 05 microfones	-	-	-	-	01	-
Microfones	Sem fio	-	-	-	-	02	-
	Com cabo	-	-	-	-	03	-
Projektor multimídia	Datashow	-	-	-	-	01	-
Armários	Grandes para guardar os equipamentos eletroeletrônicos	-	-	-	-	03	-
Bancos	Em aço e madeira para 06 pessoas	-	-	-	-	10	-
Cadeiras	Fixas padrão ifap	-	-	-	-	10	-
	Plásticas de 4 lugares	-	-	-	-	80	-

6.3.5. Sala Odontológica

EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PREVISTA				
		QTDE	2014	2015	2016	2017	2018
Cadeira odontológica	Com mocho 4t flex	-	-	-	-	02	01
Aparelho rx	Aparelho rx	-	-	-	-	01	01

Autoclave	Autoclave	-	-	-	-	01	01
Kit odontológico i	Pinça clínica, espelho clínico, espátula de inserção, sonda exploradora, sonda milimetrada	-	-	-	-	03	02
Kit odontológico ii	Seringa, carpule, sindemostonio, cabo de bisturi, porta agulha, sugador cirúrgico, fórceps (150, 151, 18 l, 18 r, 65, 69, 17)	-	-	-	-	03	02
Kit de alavancas seldin	Kit de alavancas seldin	-	-	-	-	03	02
Kit de canetas	Baixa rotação	-	-	-	-	03	02
	Alta rotação	-	-	-	-	03	02
	Peça reta	-	-	-	-	03	02
Placas de vidro	Placas de vidro	-	-	-	-	05	05
Espátulas nº 24	Espátulas nº 24	-	-	-	-	05	05
Câmera revelação rx	Câmera revelação rx	-	-	-	-	01	01
Colgadura	Colgadura	-	-	-	-	01	01
Escova de robson	Escova de robson ca	-	-	-	-	05	05
	Escova de robson pm	-	-	-	-	05	05
Pote dappen odontológico	Pote dappen odontológico de vidro	-	-	-	-	05	05

6.4 PREVISÃO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

6.4.1 Laboratórios de Ciências (Química, Física, Biologia e Matemática) – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Armários	Armário de aço com 5 prateleiras	-	-	02 un.	02 un.	02 un.	02 un.
Balança	Balança digital	-	-	01 un.	01 un.	-	-
Cadeiras	Cadeiras para bancada de laboratório	-	-	25 un.	20 un.	-	-

Estufa	Estufa de esterilização e secagem digital	-	-	-	01 un.	-	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular acromática 40x a 1600x com câmera de vídeo ccd 420 linhas	-	-	01 un.	01 un.	-	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular, iluminador lâmpada halógena, aumento até 2000x, com 4 objetivas acromáticas, bivolt.	-	-	15 un.	15 un.	-	-
Televisão	TV 51 polegadas 3D plasma	-	-	01 un.	-	-	-

6.4.2 Laboratórios dos Cursos de Construção de Edifícios/Técnico em Edificações – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Arquivo	Armário tipo arquivo para pastas suspensas	20 un.	10 un.	05 un.	05 un.	-	-
Cadeira de escritório	Cadeira giratório padrão do Ifap	10 un.	10 un.	-	-	-	-
Cadeira estofada	Cadeira estofada para	12 un.	12 un.	-	-	-	-
Caixa amplificadora	Caixa amplificadora	02 un.	01 un.	-	01 un.	-	-
Computador	Computador	08 un.	03 un.	02 un.	01 un.	01 un.	01 un.
Estante	Estante de aço contendo 5 (cinco) Prateleiras	08 un.	04 un.	02 un.	-	02 un.	-
Filmadora digital	Filmadora digital	04 un.	02 un.	01 un.	-	01 un.	-
Impressora	Impressora multifuncional a laser c/ rede (impressora + copiadora + scanner + fax)	06 un.	03 un.	01 un.	01 un.		01 un.
Mesa	Mesa linear 60 x 120cm	06 un.	06 un.	-	-	-	-
Microfone com fio	Microfone com fio	04 un.	04 un.	-	-	-	-
Microfone de mesa	Microfone de mesa	08 un.	03 un.	02 un.	01 un.	01 un.	01 un.
Microfone sem fio	Microfone sem fio	04 un.	04 un.	-	-	-	-
Mobiliário corporativo	Mobiliário com 8 portas cada	06 un.	06 un.	-	-	-	-
Notebook	Computador	04 un.	04 un.	-	-	-	-

6.4.3 Laboratórios dos Cursos de Informática – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Adaptador	Adaptador		-	190 un.	-	-	-
Alicate decapador de fibra 3 furos	Alicate decapador de fibra 3 furos	0	-	46 un.	-	-	-
Alicate decapador de fibra 3 furos	Alicate decapador de fibra 3 furos	0	-	46 un.	-	-	-
Aparelho de televisão	Aparelho de televisão	0	-	10 un.	-	-	-
Armário	Armário	-	-	10 un.	-	-	-
Armário	Armário	-	-	23 un.	-	-	-
Cabo HDMI	Cabo HDMI	-	-	24 un.	-	-	-
Cabo hdmi	Cabo hdmi	-	-	24 un.	-	-	-
Cadeiras	Cadeiras	-	-	250 un.	-	-	-
Cadeiras	Cadeiras	-	-	330 un.	-	-	-
Caixa de cabos	Caixa de cabos	-	15 un.	30 cx.	30 cx.	30 cx.	-
Caixa de cabos	Caixa de cabos	-	15 cx.	30 cx.	30 cx.	30 cx.	-
Câmera fotográfica	Câmera fotográfica	-	-	02 un.	-	-	-
Câmera ip	Câmera ip	-	-	20 un.	-	-	-
Chassi blade	Chassi blade	-	-	04 un.	-	-	-
Clivador de precisão	Clivador de precisão	0	-	46 un.	-	-	-
Clivador de precisão	Clivador de precisão	0	-	46 un.	-	-	-
Computadores	Computadores	-	-	250 un.	-	-	-
Computadores	Computadores	-	-	296 un.	-	-	-
Conectores	Conectores	-	20 cx.	40 cx.	40 cx.	40 cx.	-

Controlador de rede para chassi blade	Controlador de rede para chassi blade	-	-	10 un.	-	-	-
Controladora WIFI	Controladora WIFI	-	-	04 un.	-	-	-
Crimpador	Crimpador	-	20 un.	46 un.	-	-	-
Crimpador	Crimpador	-	20 un.	46 un.	-	-	-
DRONE	DRONE	-	-	10 un.	-	-	-
Estrutura para cabeamento horizontal e vertical – fixa	Estrutura para cabeamento horizontal e vertical - fixa	0	-	01 un.	-	-	-
Estrutura para cabeamentos horizontal e vertical – móvel	Estrutura para cabeamentos horizontal e vertical – móvel	0	-	01 un.	-	-	-
GPS	GPS	-	-	10 un.	-	-	-
Impressora	Impressora	-	-	05 un.	-	-	-
Impressora 3D	Impressora 3D	-	-	02 un.	-	-	-
Impressora em braile	Impressora em braile	-	-	02 un.	-	-	-
Injetor de sinal para teste de cabo de rede	Injetor de sinal para teste de cabo de rede	-	-	46 un.	-	-	-
Licenciamento e serviços red hat	Licenciamento e serviços red hat	-	-	26 un.	-	-	-
Licenciamento Microsoft	Licenciamento microsoft	-	-	26 un.	-	-	-
Licenciamento vmware	Licenciamento vmware	-	-	26 un.	-	-	-
Máquina de fusão	Máquina de fusão	-	-	02 un.	-	-	-
Máquina de fusão	Máquina de fusão	-	-	02 un.	-	-	-
Mesas	Mesas	-	-	08 un.	-	-	-
Mesas	Mesas	-	-	08 un.	-	-	-
Mini-data center	Mini-data center	0	-	02 un.	-	-	-
Monitores	Monitores	-	-	368 un.	-	-	-
Mouse	Mouse	-	-	184 un.	-	-	-
Mouse	Mouse	-	-	20 un.	-	-	-

Nobreak	Nobreak	-	-	230 un.	-	-	-
Nobreak	Nobreak	-	-	02 un.	-	-	-
Nobreak	Nobreak	-	-	230 un.	-	-	-
Projektor multimídia interativo (EPSON 450 Wi)	Projektor multimídia interativo (EPSON 450 Wi)	-	-	08 un.	-	-	-
Projektor multimídia interativo (epson 450 wi)	Projektor multimídia interativo (epson 450 wi)	-	-	08 un.	-	-	-
Punch-down	Punch-down	-	20 un.	46 un.	-	-	-
Punch-down	Punch-down	-	20 un.	46 un.	-	-	-
Quadro de vidro	Quadro de vidro	0	-	16 un.	-	-	-
Quadro de vidro	Quadro de vidro		-	16 un.	-	-	-
Quadro interativo	Quadro interativo	0	-	05 un.	-	-	-
Quadro interativo	Quadro interativo	0	-	06 un.	-	-	-
Rack de infraestrutura de 36U	Rack de infraestrutura de 36U	0	-	04 un.	-	-	-
Rack de infraestrutura de 36u	Rack de infraestrutura de 36u	0	-	04 un.	-	-	-
Rack de infraestrutura de 8U	Rack de infraestrutura de 8U	0	-	04 un.	-	-	-
Rack de infraestrutura de 8u	Rack de infraestrutura de 8u	0	-	04 un.	-	-	-
<i>Regletes punção</i>	<i>Regletes punção</i>	-	-	50 un.	-	-	-
Roteadores	Roteadores	-	-	10 un.	-	-	-
Scanner de rede	Scanner de rede	-	-	46 un.	-	-	-
Servidor lâmina blade	Servidor lâmina blade	-	-	16 un.	-	-	-
Smartphone	Smartphone	-	-	60 un.	-	-	-
Smartphone	Smartphone	-	-	60 un.	-	-	-
Software de gerenciamento de virtualização	Software de gerenciamento de virtualização	-	-	04 un.	-	-	-
Softwares	Softwares de desenvolvimento	-	-	30 un.	-	-	-

Solução de armazenamento	Solução de armazenamento	-	-	04 un.	-	-	-
Solução de backup	Solução de backup	-	-	04 un.	-	-	-
<i>Soroban</i>	<i>Soroban</i>	-	-	50 un.	-	-	-
Switch borda	Switch borda	-	-	32 un.	-	-	-
Switch Core	Switch Core	0	-	08 un.	-	-	-
Switch distribuição	Switch distribuição	-	-	16 un.	-	-	-
Switch san	Switch san	-	-	08 un.	-	-	-
Tablets	Tablets	-	-	92 un.	-	-	-
Tablets	Tablets	-	-	92 un.	-	-	-
Teclado	Teclado	-	-	184 un.	-	-	-
Teclado	Teclado	-	-	20 un.	20 un.	20 un.	20 un.
Testadores	Testadores	-	20 un.	46 un.	-	-	-
Testadores	Testadores	-	20 un.	46 un.	-	-	-
TV's	TV's	0	-	08 un.	-	-	-

6.4.4 Laboratório de Mineração – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Medidor laser	Medidor laser para coleta de medidas de distâncias horizontais e verticais, inclinações, azimute (bússola para o posicionamento de uma única medida) e azimute entre dois pontos remotos.	02 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Bidestilador de água	Bidestilador	01 un.	-	01 un.	01 un.	01 un.	-
Agitador	Agitador eletromagnético para peneiras redondas para análises granulométricas	02 un.	-	01 un.	01 un.	01 un.	01 un.
Agitador	Agitador magnético em alumínio com formato cilíndrico	03 un.	-	02 un.	02 un.	02 un.	02 un.
Agitador	Agitador mecânico para produtos semi-viscosos.	04 un.	-	02 un.	01 un.	01 un.	01 un.

Aglomeração	Aglomeração por rolamento com disco granulador	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Armário	Armário com tampos em mdp melamínico	02 un.	-	04 un.	02 un.	02 un.	02 un.
Armário	Armário com tampos em mdp melamínico	05 un.	-	05 un.	04 un.	03 un.	2 un.
Armário	Armário médio com tampos em mdp melamínico	0	-	01 un.	-	01 un.	-
Armário	Armário misto com tampos em mdp melamínico	0	-	01 un.	-	01 un.	-
Armário	Armário com tampos em mdp melamínico	0	-	01 un.	-	01 un.	-
Armário	Armário com tampos em mdp melamínico	02 un.	-	02 un.	-	01 un.	-
Balança	Balança eletrônica de precisão capacidade total de 5200g;	02 un.	-	02 un.	02 un.	01 un.	01 un.
Balança	Balança eletrônica digital microprocessada	02 un.	-	02 un.	02 un.	01 un.	01 un.
Balança	Balança semi-analítica digital microprocessada,	02 un.	-	-	-	-	02 un.
Balança para polpa	Balança de densidade de polpa (balança marcy)	05 un.	-	-	-	02 un.	01 un.
Balcão	Balcão com tampos em mdp melamínico	0	-	01 un.	-	01 un.	-
Bomba de vácuo	Bomba de vácuo tipo centrífuga (de paletas) de funcionamento contínuo	02 un.	-	-	-	-	02 un.
Britador	Britador de mandíbulas	01 un.	-	01 un.	-	-	-
Carteiras escolar	Cadeira universitária com braço	25 un.	-	25 un.	40 un.	-	-
Célula de flotação	Célula de flotação	02 un.	-	-	-	-	02 un.
Célula de flotação	Célula de flotação por ar dissolvido (fad)	03 un.	-	-	-	-	03 un.
Centrífuga	Centrífuga pequena ventilada de bancada e multifuncional	01 un.	-	01 un.	01 un.	-	-
Cesto	Cesto para lixo vazado.	08 un.	-	08 un.	04 un.	02 un.	02 un.
Cicloclassificador	Cicloclassificador para determinação granulométrica	01 un.	-	-	01 un.	-	01 un.
Classificador	Classificador espiral	01 un.	-	-	01 un.	-	01 un.
Concentrador	Concentrador centrifugo	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Destilador individual de nitrogênio	Destilador individual de nitrogênio	01 un.	-	01 un.	-	-	-

Difração portátil	Difração de raios-x portátil tipo pistola (handheld xfr)	01 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Difratômetro	Difratômetro de raios-x	01 un.	-	-	-	-	-
Divisor	Divisor rotativo de amostras	01 un.	-	-	01 un.	-	01 un.
Dosador	Dosador vibratório munido de um silo, um vibrador,	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Espectômetro	Espectrômetro gama (cintilômetro) para aplicação geológica	02 un.	-	-	-	-	02 un.
Espectrômetro	Espectrômetro de emissão atômica por plasma indutivamente acoplado, tipo simultâneo.	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Espiral concentradora	Espiral concentradora	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Espiral concentradora	Espiral concentradora	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Estabilizador	Estabilizador de 3kva	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Estabilizador	Estabilizador de 10kva	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Estação total	Estação total compacta com um computador de bordo	05 un.	-	-	-	03 un.	03 un.
Estereomicroscópio	Microscopio de luz polarizada	20	-	02 un.	-	-	-
Estufa	Estufa de secagem para determinação de umidade e secagem de amostras em geral	02 un.	-	-	02 un.	-	02 un.
Estufa bod microprocessada	Estufa incubadora microprocessada para b.o.d,	01 un.	-	01 un.	01 un.	-	-
Filtragem	Filtragem de bolo e leite profundo com filtro	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Filtro	Filtro a vácuo nutsche com depósito do filtro	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Filtro	Filtro-prensa de placa e quadro com filtro-prensa de placa	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Filtro	Filtro de pressão nutsche com depósito	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Fluorescência de raios-x	Espectrômetro de fluorescência de raios-x por energia dispersiva	01 un.	-	-	-	-	-
Fluxo de sólidos	Fluxo de sólidos a granel de silos com 2(dois) silos com funis em forma de cunha,	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Forno	Forno mufla para até 1400 °C	01 un.	-	-	-	01 un.	-
Forno mufla digital	Forno mufla digital até 1400°C	01 un.	-	02 un.	02 un.	01 un.	01 un.
Kit miniatura	Kit de miniaturas	02 un.	-	-	-	-	02 un.

Lampada portátil	Lâmpada portátil UV (mineralight)	03 un.	-	-	-	02 un.	01 un.
Limite de liquidez	Kit limite de liquidez conforme normas NBR e ASTM	10 un.	-	-	-	05 un.	05 un.
Limite de plasticidade	Kit limite de plasticidade conforme NBR e ASTM	10 un.	-	-	-	05 un.	05 un.
Maquete	Maquete de lavra a céu aberto com corte transversal e longitudinal	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Maquete	Maquete de lavra subterrânea	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Maquete	Maquete da terra com corte	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Maquete	Maquete das diversas camadas da terra para estudo das formações das camadas da crosta terrestre (litosfera).	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Maquina de corte	Máquina para produção de lâminas delgadas com serra diamantada, sistema de arrefecimento por água, bomba de vácuo, sistema de vácuo.	01 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Mesa linear	As mesas lineares com fiação oculta em calhas metálicas .	16 un.	-	02 un.	02 un.	02 un.	1 un.
Mev	Analizador de minerais integrado à microscopia eletrônica de varredura (mev).	01 un.	-	-	-	-	-
Microscopio	Microscopio de luz polarizada com sistema óptico	10 un.	-	-	-	-	10 un.
Microscopio	Microscópio de luz polarizada com sistema óptico	02 un.	-	-	-	02 un.	02 un.
Microscópio petrográfico	Microscópio petrográfico para laboratórios com ajuste de intensidade luminosa.	02 un.	-	05 un.	05 un.	05 un.	03 un.
Minicarregadeira	Minicarregadeira com carreta sobre pneus	01 un.	-	-	-	02 un.	-
Miniplanta piloto	Sistema de miniplanta piloto e acessórios	01 un.	-	-	-	-	01 und
Moinho	Moinho de panela oscilante	01 un.	-	-	01 un.	-	01 un.
Moinho de bolas	Moinho de bolas	01 un.	-	01 un.	01 un.	-	-
Moinho de bolas	Moinho de bolas com 2(dois) tambores	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Moinho de martelos	Moinho de martelos	01 un.	-	01 un.	01 un.	01 un.	
Moinho horizontal	Gira moinho horizontal	01 un.	-	-	01 un.	-	01 un.
Phmetro	Medidor digital microprocessado de ph	02 un.	-	02 un.	02 un.	02 un.	-
Plotter	Plotter para impressão	01 un.	-	-	-	-	01 un.

Politriz	Politriz metalográfica confeccionada em alumínio e protegida com pintura eletrostática a pó.	02 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Poltronas	Poltrona de espaldar médio com apóia-braços, regulagens de altura e encosto, capas de acabamento em polipropileno no encosto e assento verde, cinco pés com rodízios.	04 un.	-	05 un.	04 un.	03 un.	03 un.
Poltronas	Poltronas fixas com espaldar baixo, sem apoia-braços, capas de acabamento em polipropileno no encosto e assento, base com estrutura fixa, cor verde.	08 un.	-	10 un.	10 un.	10 un.	10 un.
Produção de suspensão	Unidade de produção de suspensão	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Receptor portátil	Receptor portátil de sinais gnss (gps + glonass)/gis (mapeamento)	05 un.	-	-	-	-	01 un.
Rotâmetro	Rotâmetro para medida de fluxo de ar em flotação por tubo de hallimond,	02 un.	-	-	-	-	02 un.
Separação magnética	Sistema de estudo em separação magnética	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Separação pneumática	Sistema de estudo em separação pneumática	01 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Separação por hidrociclone	Sistema de estudo em separação por hidrociclone	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Separador magnético	Separador magnético.	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de estudo de agitação	Sistema de estudo em agitação com tanque de agitação	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de estudo de leitos fluidizados	Sistema de estudo de formação de leitos fluidizados com 2(dois) tanques	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de estudo de separação por sedimentação	Sistema de estudo de separação em tanques de sedimentação	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de estudo por ciclone	Sistema de estudo em separação por ciclone de gases	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de estudo por filtro tambor	Sistema de estudo em separação tipo filtro de tambor	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Sistema de separação	Sistema de estudo em separação tipo centrifugadora de pratos cônicos	01 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Trado	Trado tipo caneco confeccionado em aço inoxidável	05 un.	-	-	-	05 un.	05 un.
Ultrassom	Banho de ultrassom	01 un.	-	-	-	01 un.	01 un.
Un. para estudo de fluidez	Unidade para estudo da propriedade de fluidez de materiais a granel com célula de cisalhamento	01 un.	-	-	-	-	01 un.
Unidade de estudo de transporte	Unidade para estudo de transporte pneumático com tubo vertical	01 un.	-	-	-	-	01 un.

Unidade para estudo de gases e líquido	Unidade para estudo de difusão em gases e líquidos com tanque com agitador	01 un.	-	-	-	-	01 un.
--	--	--------	---	---	---	---	--------

6.4.5 Laboratórios de Alimentos (Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal, Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Tecnologia de Alimentos, Microbiologia de Alimentos e Análise Sensorial) – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Agitador magnético	Agitador magnético	-	-	02 un.	03 un.	-	-
Agitador magnético com aquecimento	Agitador magnético com aquecimento	-	-	02 un.	03 un.	-	-
Agitador mecânico	Agitador mecânico	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador múltiplo	Agitador múltiplo	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador de tubos tipo vortex	Agitador de tubos tipo vortex	-	-	02 un.	03 un.	-	-
Autoclave vertical	Autoclave vertical	02 un.	-	02 un.	-	-	-
Armários	Conjunto de armários, estantes e prateleiras em MDF	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Armário de aço vertical com duas portas e três prateleiras	Armário de aço vertical com duas portas e três prateleiras	-	02 un.	-	03 un.	-	-
Aparelhagem para extração (extração Soxhlet)	Aparelhagem para extração (extração Soxhlet)	-	03 un.	-	03 un.	-	-
Balança analítica	Balança analítica	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Balança de precisão	Balança de precisão	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Balança	Balança	-	03 un.	-	01 un.	-	-
Balança	Balança	-	03 un.	-	01 un.	-	-
Banho Maria	Banho Maria	-	04 un.	-	04 un.	-	-

Banho Ultratermostatizado	Banho Ultratermostatizado	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Bandejas	Bandejas	-	10 un.	-	-	-	05 un.
Barriletes	Barriletes	-	15 un.	-	-	-	-
Batedeira doméstica	Batedeira doméstica	-	02 un.	-	02 un.	-	02 un.
Batedeira para manteiga	Batedeira para manteiga	-	01 un.	-	-	-	-
Branqueador	Branqueador	-	01 un.	-	-	-	-
Bomba calorimétrica	Bomba calorimétrica	-	-	-	01 un.	-	-
Bomba de vácuo	Bomba de vácuo	-	03 un.	-	03 un.	-	-
Bureta digital	Bureta digital	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Cadeiras giratórias	Cadeira Giratória sem Braços em Polipropileno	-	-	07 un.	20 un.	-	-
Calorímetro	Calorímetro	-	-	-	01 un.	-	-
Câmera digital	Câmera digital	-	01 un.	02 un.	-	02 un.	-
Capela para exaustão de gases	Capela para exaustão de gases	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Carrinho para bandejas	Carrinho para bandejas	-	03 un.	-	-	-	-
Centrifuga de bancada	Centrifuga de bancada	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Centrifuga para eppendorf	Centrifuga para eppendorf	-	-	-	02 un.	-	-
Centrifuga para butirômetros	Centrifuga para butirômetros	-	01 un.	-	-	-	01 un.
Cesto em aço inoxidável	Cesto em aço inoxidável	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Condutímetro	Condutímetro	-	-	-	02 un.	-	-
Chapa aquecedora	Chapa aquecedora	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Cilindro para massas	Cilindro para massas	-	01 un.	-	-	-	-
Colorímetro	Colorímetro	-	-	-	01 un.	-	01 un.
Computador	Computador	-	-	02 un.	20 un.	-	-
Condutímetro de bancada	Condutímetro de bancada	-	02 un.	-	03 un.	-	-

Contador de colônias	Contador de colônias	-	02 un.	-	-	02 un.	-
Cortador	Cortador	-	01 un.	-	-	-	-
Cromatógrafo a gás	Cromatógrafo a gás	-	-	-	-	-	01 un.
Cromatógrafo líquido de alta eficiência	Sistema de cromatografia líquida de alta eficiência - HPLC	-	-	-	-	-	01 un.
Cronometro digital portátil	Cronometro digital portátil	-	03 un.	-	-	-	-
Datashow	Datashow	-	03 un.	-	05 un.	-	-
Deionizador	Deionizador	-	-	-	02 un.	-	-
Desidratador de vegetais a gás	Desidratador de vegetais a gás	-	01 un.	-	-	-	-
Desidratador/defumador	Desidratador/defumador	-	02 un.	-	-	-	-
Despolpadeira para açaí	Despolpadeira para açaí	-	01 un.	-	-	01 un.	-
Destilador de água	Destilador de água	-	03 un.	-	02 un.	01 un.	-
Destilador de álcool	Destilador de alcool	-	-	01 un.	-	-	-
Destilador de Nitrogênio	Destilador de Nitrogênio	-	03 un.	-	02 un.	-	-
Digestor macro para proteínas	Digestor macro para proteínas.	-	03 un.	-	02 un.	-	-
Despolpadeira de bancada	Despolpadeira de bancada	-	01 un.	-	-	01 un.	-
Determinador de ponto de fusão	Determinador de ponto de fusão	-	-	01 un.	-	01 un.	-
Determinadores de açucares redutores	Determinadores de açucares redutores	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Determinador de fibras	Determinador de fibras	-	01 un.	-	-	-	-
Determinador de atividade optica	Determinador de atividade optica	-	-	01 un.	-	-	-
Desumificador de ar	Desumificador de ar	-	03 un.	-	-	04 un.	-
Digestor de amostras por micro-ondas	Digestor de amostras por microondas	-	-	-	01 un.	-	-
Dosador semi automático	Dosador semi automático	-	01 un.	-	-	-	-
Espectrofotômetro	Espectrofotômetro	-	01 un.	-	02 un.	-	01 un.

Espectrômetro FT-IR		-	01 un.	-	01 un.	-	-
Esterilizadores de facas e chairas	Esterilizadores de facas e chairas	-	02 un.	-	-	-	-
Estufa de circulação forçada de ar	Estufa de circulação forçada de ar	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Estufa a vácuo	Estufa a vácuo	-	-	01 un.	-	-	-
Estufa bacteriológica	Estufa bacteriológica	-	01 un.	-	02 un.	-	-
Estufa de esterilização	Estufa de esterilização	-	01 un.	-	-	-	-
Estufa de secagem	Estufa de secagem	-	-	02 un.	-	-	-
Estufa esqueleto	Estufa esqueleto	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Estufa esqueleto	Estufa esqueleto	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Extintor de incêndio	Extintor de incêndio	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Extrator de suco	Extrator de suco	-	01 un.	-	-	-	-
Extrusora elétrica	Extrusora elétrica	-	-	-	-	01 un.	-
Filmadora digital	Filmadora digital	-	-	-	01 un.	-	01 un.
Fogão industrial	Fogão industrial	-	01 un.	-	-	-	-
Forçador de ar	Forçador de ar	-	03 un.	-	03 un.	-	-
Forno de mufla	Forno de mufla	-	02 un.	01 un.	-	-	-
Forno modular de lastro elétrico	Forno modular de lastro elétrico	-	01 un.	-	-	-	-
Forno micro-ondas	Forno microondas	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Fotômetro de chama	Fotômetro de chama.	-	-	-	01 un.	-	-
Fluorímetro	Fluorímetro	-	-	-	-	-	01 un.
Impressora	Impressora Multifuncional a Laser	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Incubadora	Incubadora	-	-	01 un.	01 un.	-	-
Iogurteira	Iogurteira	-	01 un.	-	-	-	-

Lavador de pipetas	Lavador de pipetas	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Lava-olhos de segurança	Lava-olhos de segurança	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Lavador por imersão (tanque e cesto)	Lavador por imersão (tanque e cesto)	-	01 un.	-	-	-	-
Liquidificador com corpo e tampa (industrial)	Liquidificador com corpo e tampa (industrial)	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Liquidificador doméstico	Liquidificador doméstico	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Manta aquecedora	Manta aquecedora	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Manta aquecedora	Manta aquecedora	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Máquina de gelo	Máquina de gelo	-	-	-	01 un.	-	-
Medidor de pH	Medidor de umidade por infravermelho	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Medidor de umidade por infravermelho	Medidor de umidade por infravermelho	-	03 un.	-	01 un.	-	-
Mesas	Mesas	-	-	07 un.	20 un.	-	-
Mesa de preparo de inox	Mesa de preparo de inox	-					
Microscópio eletrônico de varredura	Microscópio eletrônico de varredura	-	-	-	01 un.	-	-
Microscópio; trinocular de imunofluorescência	Microscópio; trinocular de imunofluorescência	-	-	-	01 un.	-	-
Misturador helicoidal	Misturador helicoidal	-	02 un.	-	-	-	-
Moedor de carne	Moedor de carne industrial	-	02 un.	-	-	-	-
Moinho para pós, granulados	Moinho para pós, granulados	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Moinho de bolas	Moinho de bolas	-	02 un.	-	01 un.	-	01 un.
Multiprocessador	Multiprocessador de alimentos	-	02 un.	-	-	-	-
Pasteurizador	Pasteurizador Tubular Com Caldeira	-	01 un.	-	-	-	-
Prensa	Prensa	-	01 un.	-	-	-	-
Processador de alimento	Processador de alimento	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Polarímetro	Polarímetro Digital	-	02 un.	-	01 un.	-	-

Quadro magnético	Quadro magnético	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Recravadeira manual	Recravadeira manual	-	02 un.	-	-	-	-
Refratômetro de bancada Tipo Abbe	Refratômetro de bancada Tipo Abbe	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refratômetro de bolso	Refratômetro de bolso	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refratômetro clinico	Refratômetro clinico	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refrigerador doméstico	Refrigerador doméstico	-	02 un.	-	03 un.	03 un.	-
Resfriador de leite	Resfriador de leite	-	01 un.	-	-	-	-
Rotaevaporador	Rotaevaporador	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Scrubber	Scrubber	-	02 un.	-	-	-	-
Seladora	Seladora	-	03 un.	-	-	-	-
Seladora	Seladora	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Seladora de pedal	Seladora de pedal	-	02 un.	-	03 un.	-	-
Seladora para saco plástico Manual	Seladora para saco plástico Manual	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Separadora de carnes e ossos (CMS)	Separadora de carnes e ossos (CMS)	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Sistema de água ultrapura Milli-Q	Sistema de água ultrapura Milli-Q	-	02 un.	-	-	-	-
Sistema de filtração a vácuo	Sistema de filtração a vácuo	-	03 un.	-	02 un.	-	02 un.
Sistema determinador de gorduras	Sistema determinador de gorduras	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Sistema de treinamento em fermentador (Biorreator)	Sistema de treinamento em fermentador (Biorreator)	-	-	-	01 un.	-	-
Spray dyer	Spray dyer de bancada	-	-	-	-	01 un.	-
Suporte para vidraria	Suporte para vidraria	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Tacho elétrico com misturador	Tacho elétrico com misturador	-	01 un.	-	-	-	-
Tanque Pulmão 500L	Tanque Pulmão 500L	-	01 un.	-	-	-	-
Tanque inox para queijo	Tanque inox para queijo	-	01 un.	-	-	-	-

Tanque inox para salga	Tanque inox para salga	-	01 un.	-	-	-	-
Tensiômetro	Tensiômetro.	-	-	-	01 un.	-	-
Termo-higrômetro	Termo-higrômetro	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Texturômetro	Texturômetro	-	02 un.	-	01 un.	-	01 un.
Turbidímetro	Turbidímetro	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Viscosímetro	Viscosímetro	-	02 un.	-	01 un.	-	-

6.4.6 Laboratórios de Química (Geral, Inorgânica, Orgânica, Físico-Química e Analítica) – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista					
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018	
Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	0	01 un.			01 un.	-	01 un.
Analizador Orsat	Analizador Orsat	0	01 un.			01 un.	-	-
Armários	Conjunto de armários, estantes e prateleiras em mdf	-		01 un.		01 un.	01 un.	
Compressor de ar para uso em absorção atômica	Compressor de ar para uso em absorção atômica						-	
Computador	Computador	-	10 un.	-		05 un.	-	05 un.
Cubeta de quartzo	Cubeta de quartzo,	0	20 un.			20 un.	-	20 un.
Desumidificador de ar	Desumidificador de ar	01 un.	02un.			02 un.	-	
Espectrofotometro de massa acoplado	Espectrofotometro de massa acoplado	-	-	01un.		-	-	-
Estantes	Estante de aço contendo 5 (cinco) prateleiras	-	06 un.	06 un.		06 un.	06 un.	06 un.
Forno de microondas	Forno de microondas capacidade	-	-	01 un.		-	01 un.	-
Fotômetro de chama	Fotômetro de chama						-	
Impressora	Impressora multifuncional a laser c/ rede (impressora + copiadora + scanner + fax)							

Máquina fabricadora de gelo em escamas	Maquina fabricadora de gelo em escamas						
Medidor multiparâmetro portátil	Medidor multiparâmetro portátil						
Mesa para laboratório	Mesa para laboratório						
Mesa para laboratório	Mesa para laboratório.						

6.4.7 Laboratórios de Produção Alimentícia

Equipamento/Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Agitador magnético	Agitador magnético	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador magnético com aquecimento	Agitador magnético com aquecimento	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador mecânico	Agitador mecânico	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador múltiplo	Agitador múltiplo	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	Agitador mecânico para líquidos viscosos, com conversor de frequência	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Agitador de tubos tipo vortex	Agitador de tubos tipo vortex	-	-	02 un.	03 un.	-	02 un.
Autoclave vertical	Autoclave vertical	02 un.	-	02 un.	-	-	-
Armários	Conjunto de armários, estantes e prateleiras em MDF	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Armário de aço vertical com duas portas e três prateleiras	Armário de aço vertical com duas portas e três prateleiras	-	02 un.	-	03 un.	-	-
Aparelhagem para extração (extração Soxleth)	Aparelhagem para extração (extração Soxleth)	-	03 un.	-	03 un.	-	02 un.
Balança analítica	Balança analítica	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Balança de precisão	Balança de precisão	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Balança	Balança	-	03 un.	-	01 un.	-	-
Balança	Balança	-	03 un.	-	01 un.	-	-
Banho Maria	Banho Maria	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Banho Ultratermostatizado	Banho Ultratermostatizado	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Bandejas	Bandejas	-	10 un.	-	-	-	05 un.
Barriletes	Barriletes	-	15 un.	-	-	10 un.	-
Batedeira doméstica	Batedeira doméstica	-	02 un.	-	02 un.	-	02 un.
Batedeira para manteiga	Batedeira para manteiga	-	01 un.	-	-	-	-

Branqueador	Branqueador	-	01 un.	-	-	-	-
Bomba calorimétrica	Bomba calorimétrica	-	-	-	01 un.	-	-
Bomba de vácuo	Bomba de vácuo	-	03 un.	-	03 un.	-	02 un.
Bureta digital	Bureta digital	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Cadeiras giratórias	Cadeira Giratória sem Braços em Polipropileno	-	-	07 un.	20 un.	-	-
Calorímetro	Calorímetro	-	-	-	01 un.	-	-
Câmera digital	Câmera digital	-	01 un.	02 un.	-	02 un.	-
Capela para exaustão de gases	Capela para exaustão de gases	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Carrinho para bandejas	Carrinho para bandejas	-	03 un.	-	-	-	-
Centrifuga de bancada	Centrifuga de bancada	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Centrífuga para eppendorf	Centrífuga para eppendorf	-	-	-	02 un.	-	-
Centrífuga para butirômetros	Centrífuga para butirômetros	-	01 un.	-	-	-	-
Cesto em aço inoxidável	Cesto em aço inoxidável	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Condutímetro	Condutímetro	-	-	-	02 un.	-	-
Chapa aquecedora	Chapa aquecedora	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Cilindro para massas	Cilindro para massas	-	01 un.	-	-	-	-
Colorímetro	Colorímetro	-	-	-	01 un.	-	01 un.
Computador	Computador	-	-	02 un.	20 un.	-	-
Condutímetro de bancada	Condutímetro de bancada	-	02 un.	-	03 un.	-	-
Contador de colônias	Contador de colônias	-	02 un.	-	-	02 un.	-
Cortador	Cortador	-	01 un.	-	-	-	-
Cromatógrafo a gás	Cromatógrafo a gás	-	-	-	01 un.	-	-
Cromatógrafo líquido de alta eficiencia	Sistema de cromatografia líquida de alta eficiência - HPLC	-	-	-	01 un.	-	-
Cronometro digital portátil	Cronometro digital portátil	-	03 un.	-	02 un.	-	-
Datashow	Datashow	-	03 un.	-	05 un.	-	-
Deionizador	Deionizador	-	-	-	02 un.	-	-
Desidratador de vegetais a gás	Desidratador de vegetais a gás	-	01 un.	-	-	-	-
Desidratador/defumador	Desidratador/defumador	-	02 un.	-	-	-	-
Despoldadeira para açaí	Despoldadeira para açaí	-	01 un.	-	-	-	-
Destilador de água	Destilador de água	-	03 un.	-	02 un.	01 un.	-
Destilador de álcool	Destilador de álcool	-	-	01 un.	-	-	-
Destilador de Nitrogênio	Destilador de Nitrogênio	-	03 un.	-	02 un.	-	-
Digestor macro para proteínas	Digestor macro para proteínas.	-	03 un.	-	02 un.	-	-
Despoldadeira de bancada	Despoldadeira de bancada	-	01 un.	-	-	01 un.	-
Determinador de ponto de fusão	Determinador de ponto de fusão	-	-	01 un.	-	01 un.	-
Determinadores de açúcares redutores	Determinadores de açúcares redutores	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Determinador de fibras	Determinador de fibras	-	01 un.	-	-	-	-

Determinador de atividade optica	Determinador de atividade optica	-	-	01 un.	-	-	-
Desumidificador de ar	Desumidificador de ar	-	03 un.	-	-	04 un.	-
Digestor de amostras por micro-ondas	Digestor de amostras por microondas	-	-	-	01 un.	-	-
Dosador semi automático	Dosador semi automático	-	01 un.	-	-	-	-
Espectrofotômetro	Espectrofotômetro	-	01 un.	-	02 un.	-	01 un.
Espectrômetro FT-IR		-	01 un.	-	01 un.	-	-
Esterilizadores de facas e chairas	Esterilizadores de facas e chairas	-	02 un.	-	-	-	-
Estufa de circulação forçada de ar	Estufa de circulação forçada de ar	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Estufa a vácuo	Estufa a vácuo	-	-	01 un.	-	-	-
Estufa bacteriológica	Estufa bacteriológica	-	01 un.	-	02 un.	-	-
Estufa de esterilização	Estufa de esterilização	-	01 un.	-	-	01 un.	-
Estufa de secagem	Estufa de secagem	-	-	02 un.	-	-	-
Estufa esqueleto	Estufa esqueleto	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Estufa esqueleto	Estufa esqueleto	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Extintor de incêndio	Extintor de incêndio	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Extrator de suco	Extrator de suco	-	01 un.	-	-	-	-
Extrusora elétrica	Extrusora elétrica	-	-	-	-	01 un.	-
Filmadora digital	Filmadora digital	-	-	-	01 un.	-	01 un.
Fogão industrial	Fogão industrial	-	01 un.	-	-	-	-
Forçador de ar	Forçador de ar	-	03 un.	-	03 un.	-	-
Forno de mufla	Forno de mufla	-	02 un.	01 un.	-	01 un.	-
Forno modular de lastro elétrico	Forno modular de lastro elétrico	-	01 un.	-	-	-	-
Forno micro-ondas	Forno microondas	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Fotômetro de chama	Fotômetro de chama.	-	-	-	01 un.	-	-
Impressora	Impressora Multifuncional a Laser	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Incubadora	Incubadora	-	-	01 un.	01 un.	-	-
Iogurteira	Iogurteira	-	01 un.	-	-	-	-
Lavador de pipetas	Lavador de pipetas	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Lava-olhos de segurança	Lava-olhos de segurança	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Lavador por imersão (tanque e cesto)	Lavador por imersão (tanque e cesto)	-	01 un.	-	-	-	-
Liquidificador com corpo e tampa (industrial)	Liquidificador com corpo e tampa (industrial)	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Liquidificador doméstico	Liquidificador doméstico	-	04 un.	-	04 un.	-	-
Manta aquecedora	Manta aquecedora	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Manta aquecedora	Manta aquecedora	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Máquina de gelo	Máquina de gelo	-	-	-	01 un.	-	-
Medidor de pH	Medidor de umidade por infravermelho	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Medidor de umidade por infravermelho	Medidor de umidade por infravermelho	-	03 un.	-	01 un.	-	-

Mesas	Mesas	-	-	07 un.	20 un.	-	-
Mesa de preparo de inox	Mesa de preparo de inox	-	-	-	-	-	-
Microscópio eletrônico de varredura	Microscópio eletrônico de varredura	-	-	-	01 un.	-	-
Microscópio; trinocular de imunofluorescência	Microscópio; trinocular de imunofluorescência	-	-	-	01 un.	-	-
Misturador helicoidal	Misturador helicoidal	-	02 un.	-	-	-	-
Moedor de carne	Moedor de carne industrial	-	02 un.	-	-	-	-
Moinho para pós, granulados	Moinho para pós, granulados	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Moinho de bolas	Moinho de bolas	-	02 un.	-	01 un.	-	01 un.
Multiprocessador	Multiprocessador de alimentos	-	02 un.	-	-	-	-
Pasteurizador	Pasteurizador Tubular Com Caldeira	-	01 un.	-	-	-	-
Prensa	Prensa	-	01 un.	-	-	-	-
Processador de alimento	Processador de alimento	-	01 un.	-	01 un.	-	-
Polarímetro	Polarímetro Digital	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Quadro magnético	Quadro magnético	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Recravadeira manual	Recravadeira manual	-	02 un.	-	-	-	-
Refratômetro de bancada Tipo Abbe	Refratômetro de bancada Tipo Abbe	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refratômetro de bolso	Refratômetro de bolso	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refratômetro clínico	Refratômetro clínico	-	02 un.	-	02 un.	-	-
Refrigerador doméstico	Refrigerador doméstico	-	02 un.	-	03 un.	03 un.	-
Resfriador de leite	Resfriador de leite	-	01 un.	-	-	-	-
Rotaevaporador	Rotaevaporador	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Scrubber	Scrubber	-	02 un.	-	-	-	-
Seladora	Seladora	-	03 un.	-	-	-	-
Seladora	Seladora	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Seladora de pedal	Seladora de pedal	-	02 un.	-	03 un.	-	-
Seladora para saco plástico Manual	Seladora para saco plástico Manual	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Separadora de carnes e ossos (CMS)	Separadora de carnes e ossos (CMS)	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Sistema de água ultrapura Milli-Q	Sistema de água ultrapura Milli-Q	-	02 un.	-	-	-	-
Sistema de filtração a vácuo	Sistema de filtração a vácuo	-	03 un.	-	02 un.	-	02 un.
Sistema determinador de gorduras	Sistema determinador de gorduras	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Sistema de treinamento em fermentador (Biorreator)	Sistema de treinamento em fermentador (Biorreator)	-	-	-	01 un.	-	-
Suporte para vidraria	Suporte para vidraria	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Tacho elétrico com misturador	Tacho elétrico com misturador	-	01 un.	-	-	-	-
Tanque Pulmão 500L	Tanque Pulmão 500L	-	01 un.	-	-	-	-
Tanque inox para queijo	Tanque inox para queijo	-	01 un.	-	-	-	-
Tanque inox para salga	Tanque inox para salga	-	01 un.	-	-	-	-
Tensiômetro	Tensiômetro.	-	-	-	01 un.	-	-

Termo-higrômetro	Termo-higrômetro	-	03 un.	-	04 un.	-	-
Texturômetro	Texturômetro	-	02 un.	-	01 un.	-	01 un.
Turbidímetro	Turbidímetro	-	02 un.	-	01 un.	-	-
Viscosímetro	Viscosímetro	-	02 un.	-	01 un.	-	-

6.4.8 Laboratórios de Física Experimental – Campus Macapá

Equipamento Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtd.	2014	2015	2016	2017	2018
Conjunto experimental para estudos de movimento em uma dimensão (1)	Experimento para 2ª Lei de Newton com trilho de ar	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de movimento em uma dimensão (2)	Experimento para Lei das colisões com trilho de ar	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de movimento em uma dimensão (3)	Experimento para queda livre	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de movimento em uma dimensão (4)	Experimento para estudo do plano inclinado	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de dinâmica rotacional (1)	Experimento para Momento de inércia e aceleração angular	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de dinâmica rotacional (2)	Experimento para Momento inércia e aceleração angular com pivô	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de dinâmica rotacional (3)	Experimento para Força Centrípeta e Centrífuga	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de forças (1)	Experimento para força de atrito	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de forças (2)	Experimento para força elástica	0	0	0	0	04 un.	0
Conjunto experimental para estudos de hidrostática (1)	Experimento para estudo de densidade de líquidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de hidrostática (2)	Experimento para estudo de Pressão	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de hidrodinâmica (1)	Experimento para medida de viscosidade com viscosímetro de queda de esfera	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de hidrodinâmica (2)	Experimento para mecânica dos fluidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de temperatura e calor (1)	Experimento para estudo da condutividade térmica e elétrica dos metais.	0	0	0	0	0	04 un.

Conjunto experimental para estudos de temperatura e calor (2)	Experimento para estudo da elevação do ponto de ebulição	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de temperatura e calor (3)	Experimento para estudo da expansão dos sólidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de temperatura e calor (4)	Experimento para estudo da expansão dos líquidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (1)	Experimento para estudo das Oscilações Harmônicas de Molas Espirais	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (2)	Experimento para estudo das Oscilações Forçadas	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (3)	Experimento para estudo da velocidade do som no ar	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (4)	Experimento para determinação óptica da velocidade do som em líquidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (5)	Experimento para demonstrar a dependência da temperatura na velocidade do som em líquidos	0	0	0	0	0	04 un.
Conjunto experimental para estudos de oscilações e ondas sonoras (6)	Pêndulo variável	0	0	0	0	0	04 un.
Mobiliário	Conjunto de armários, estantes e prateleiras em mdf	0	0	0	0	04 um.	0
Compressor de ar para uso em trilho de ar	Compressor de ar para uso em trilho de ar	0	0	0	0	04 um.	0
Computador	Computador com sistema operacional windows	0	0	0	0	01 um.	0
Estantes	Estante de aço contendo 5 (cinco) prateleiras	0	0	0	0	06 um.	0
Impressora	Impressora multifuncional a laser c/ rede (impressora + copiadora + scanner + fax)	0	0	0	0	01 um.	0
Mesa para laboratório	Mesa para laboratório	0	0	0	0	02 um.	0

6.4.9 Laboratórios de Biologia e Química – Campus Santana

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Armários	Armário de aço com 5 prateleiras	-	-	-	-	06 un.	02 un.
Balança	Balança digital	-	-	-	-	02 un.	-

Cadeiras	Cadeiras para bancada de laboratório	-	-	-	-	45 un.	-
Estufa	Estufa de esterilização e secagem digital	-	-	-	-	01 un.	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular acromática 40x a 1600x com câmera de vídeo ccd 420 linhas	-	-	-	-	02 un.	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular, iluminador lâmpada halógena , aumento até 2000x, com 4 objetivas acromáticas, bivolt.	-	-	-	-	30 un.	-
Televisão	TV 51 polegadas 3D plasma	-	-	-	-	01 un.	-

6.4.10 Laboratórios de Estatística, Física e Matemática – *Campus Santana*

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Armário	Armário de aço, 2 portas 4 compartimentos	-	-	-	-	06 un.	02 un.
Balança	Balança Digital com plataforma de vidro	-	-	-	-	02 un.	-
Bancada	Bancada de madeira para 6 computadores	-	-	-	-	01 un.	-
Cadeiras	Cadeiras para laboratório	-	-	-	-	25 un.	-
Calculadora	Calculadora financeira	-	-	-	-	03 un.	01 un.
Calculadora	Calculadora Gráfica	-	-	-	-	03 un.	01 un.
Calculadora	Calculadora Científica	-	-	-	-	25 un.	-
Cantoneiras	Cantoneiras 25X60 CM	-	-	-	-	06 un.	-
Computador	Microcomputador de mesa	-	-	-	-	01 un.	-
Cronômetro	Cronômetro Digital com função contagem de voltas	-	-	-	-	02 un.	-
Estante	Estante de madeira (MDF) para livros	-	-	-	-	03 un.	-
Mesa	Mesa linear 800X600X740 MM	-	-	-	-	02 un.	-
Mesa	Mesa de trabalho para alunos	-	-	-	-	06 un.	-
Prateleira	Prateleira de madeira, 4 andares	-	-	-	-	06 un.	02 un.
Unidade mestra de Matemática	Unidade mestra de Matemática com sensores, software e interface, para professor.	-	-	-	-	01 un.	-

6.4.11 Laboratórios de Informática – *Campus Santana*

Campus Santana							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde	Área (m ²)	2014	2015	2016	2017	2018
Exemplos							
Laboratório tipo I (Informática)	03	400	-	-	-	-	800
Laboratório tipo II (Robótica/FabLab)	-	-	-	-	-	90	-
Laboratório tipo III (Marketing)	-	-	-	-	-	90	-
Coord. Laboratório de Informática	-	-	-	-	-	60	-

6.4.11.1 Laboratório de Informática (Tipo I)– *Campus Santana*

Equipamento/Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Cadeiras	Cadeiras	80	-	-	120 un.	240 un.	-
Computadores	Computadores	60	-	-	-	240 un.	-
Impressora	Impressora	-	-	-	-	1 un.	-
Mesas	Mesas	60	-	-	-	8 un.	-
Projektor multimídia interativo (EPSON 450 Wi)	Projektor multimídia interativo (EPSON 450 Wi)	-	-	-	1 un.	-	-
Quadro interativo	Quadro interativo	-	-	-	-	1 un.	-
Central de ar	Central de ar	2			3 un.	6 un.	-

6.4.11.2 Laboratórios de Informática (Tipo II – Robótica/FabLab) – Campus Santana

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Central de ar	Central de ar	-	-	-	-	1 un.	-
Computador	Computador tipo estruturação com monitor e unidade de processamento digital em um único elemento	-	-	-	-	3 un.	-
Mesa	mesa	-	-	-	-	3 un.	-
Nobreak	Nobreak	-	-	-	-	3 un.	-
Poltrona	Poltrona interlocutor espalado baixo	-	-	-	-	3 un.	-
Quadro branco	Quadro branco	-	-	-	-	1 un.	-
Impressora	Impressora	-	-	-	-	1 un.	-
Impressora 3D	Impressora 3D	-	-	-	-	2 un.	4 un.
Cortadora a laser	Cortadora a laser	-	-	-	-	2 un.	-
Kit Robótica	Kit Robótica	-	-	-	-	8 un.	12 un.

Observação: * Atualmente, existem dois laboratórios de informática em funcionamento no prédio provisório do Campus Santana.

* A partir do ano 2016, há previsão de implantação de quatro laboratórios de informática no prédio definitivo.

6.4.11.3 Laboratórios de Informática (Tipo III - Marketing) – Campus Santana

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Central de ar	Central de ar	-	-	-	-	1 un.	-
Computador	Computador tipo estruturação com monitor e unidade de processamento digital em um único elemento tela retina	-	-	-	-	8 un.	-
Mesa	Mesa	-	-	-	-	8 un.	-
Nobreak	Nobreak	-	-	-	-	8 un.	-

Poltrona	Poltrona interlocutor espaldo baixo	-	-	-	-	8 un.	-
Quadro branco	Quadro branco	-	-	-	-	1 un.	-
Impressora colorida	Impressora colorida	-	-	-	-	1 un.	-
Impressora Plotter	Impressora Plotter	-	-	-	-	1 un.	-
Impressora 3D	Impressora 3D	-	-	-	-	1 un.	2 un.

Observação: * Atualmente, existem dois laboratórios de informática em funcionamento no prédio provisório do Câmpus Santana.

* A partir do ano 2016, há previsão de implantação de quatro laboratórios de informática no prédio definitivo.

6.4.11.4 Coordenação dos Laboratórios de Informática – Campus Santana

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Central de ar	Central de ar	-	-	-	-	01 un.	-
Computador	Computador tipo estruturação com monitor e unidade de processamento digital em um único elemento	-	-	-	-	02 un.	-
Mesa	Mesa linear 800X600X740 MM	-	-	-	-	02 un.	-
Nobreak	Nobreak	-	-	-	-	03 un.	-
Poltrona	Poltrona interlocutor espaldo baixo	-	-	-	-	02 un.	-
Rack	Rack para Switch	-	-	-	-	01 un.	-
Switch	Switch 48 portas Gigabit Ethernet	-	-	-	-	02 un.	-

6.4.12 Laboratório de Informática – Campus Porto Grande

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Central de Ar	48.000 BTU's	0			01		
Computador Desktop	Processador: 4th Generation Intel® Core™ i7-4770 Processor (8M Cache, 3.4 Ghz)- Sistema operacional: Windows 8.1, 64-bit, em português- Memória RAM: 16 GB de SDRAM DDR3 D a 1600 Mhz - Armazenamento: Disco Rígido 1TB, SATA (7200 RPM)- Placa de vídeo: Placa de vídeo NVIDIA® GEFORCE® GTX 645 de 1GB DDR5, 128-bit, com Teclado e Mouse, Monitor integrado de 19".	0			42		
Mesa	Mesa linear 800x600x740mm	0			42		
Poltrona	Poltrona interlocutor espaldo baixo	0			41		
Quadro Branco	Quadro Branco 3m X 1m	0			01		
Rack	Rack suspenso 19U, com porta.	0			01		
Switch	Switch 48 portas fast ethernet + 2 portas gigabit ethernet	0			01		
No break	No Break 5 Kva	0			01		
Roteador	Roteador WiFi Padrão N	0			02		

6.4.13 Laboratórios de Biologia e Química – Campus Porto Grande

Equipamento/ Mobiliário	Especificação	Situação Atual	Situação Prevista				
		Qtde.	2014	2015	2016	2017	2018
Armários	Armário de aço com 5 prateleiras	-	-	-	-	06 un.	02 un.
Balança	Balança digital	-	-	-	-	02 un.	-

Cadeiras	Cadeiras para bancada de laboratório	-	-	-	-	45 un.	-
Estufa	Estufa de esterilização e secagem digital	-	-	-	-	01 un.	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular acromática 40x a 1600x com câmera de vídeo ccd 420 linhas	-	-	-	-	02 un	-
Microscópio	Microscópio biológico binocular, iluminador lâmpada halógena , aumento até 2000x, com 4 objetivas acromáticas, bivolt.	-	-	-	-	30 un.	-
Televisão	TV 51 polegadas 3D plasma	-	-	-	-	01 un	-

FAZENDA EXPERIMENTAL

O *Campus* Porto Grande consta com uma área e XXX ha para as aulas práticas do curso de Agropecuária, com o objetivo de proporcionar aos alunos a formação prática das disciplinas específicas do curso. Estas experiências proporciona aos alunos uma ideia real do agronegócio da região.

6.4.14 Laboratório para o Curso de Técnico em Agropecuária – Situação prevista para o ano de 2017.

LABORATÓRIO: Viveiro de mudas		Área (m ²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		1.579	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
Viveiro para produção de mudas de hortaliças, frutíferas e forrageiras com sistema de irrigação por micro aspersão com bombeamento e filtragem automatizada.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
01	Balança digital 25kg		
04	Bancadas para tubetes		
04	Bancadas para bandejas de mudas		
05	Carros de mão		
05	Pulverizadores costais		
10	Kits de ferramentas para jardinagem (ancinhos, pás, enxadas, canivetes de enxertia, facas e serras)		

--	--

LABORATÓRIO: Análise de solos e Plantas	Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
	60	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Laboratório de análise de solo e planta para realização de aulas práticas, além de análises rotineiras para a instituição e para outras instituições públicas ou produtores da região. Com setor de recepção de amostras, peneiramento, análise e descarte. Contem bancadas e pias para realização dos procedimentos analíticos.		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
01	Mesa agitadora p/ solos, “Quimis”	01
02	Espectrofotometro colorímetro “Femto”	01
03	Fotometro de chama “Digimed dm 61” (n° 20585)	01
04	Fotocolorímetro Analyser 500 (faixa de 300 a 780)	01
05	Espectrofotômetro de absorção atômica gbc plus	01
06	Fotometro de chama microprocessado “Analyser”	01
07	Compressor “Analyser”	01
08	Botijão de gás de 13 kg	01
09	Agitador de tubos de ensaio “Bio mixer” vortex ql-901	01
10	Bloco digestor para 14 amostras “Marconi”	01
11	Suportes com garra para buretas	11
12	Pipetador automático 25ml com 11 pipetas tecsolo “Tecnal”	01
13	Pipetador automático 100ml com 11 pipetas tecsolo „Tecnal”	01
14	Pipetador automático 5ml com 11 pipetas tecsolo “Tecnal”	01
15	Deionizador de água “Marte”	01
16	Destilador de agua tipo pilsen “Biopar”	01
17	Barrilete de 50l “Permutiom”	01
18	Barrilete de 100l “Permutiom”	01
19	Ultra-purificador de água “US felga”	01

20	Balança semi-analítica bg2000 “Gehaka” (até 2000gr)	01
21	Balança analítica de precisão “Bioprecisa” fa-210 4n	01
22	Balança digital eletrônica, capacid.5000g “Balmak” elc-10	01
23	Mesa agitadora p/ amostras “ética” (n°16021”)	01
24	Medidor de pH de bancada, digital, microprocessado phs-3b “pHtek”	01
25	Estufa de secagem e esterelização “Biopar”	01
26	Agitador mecânico para dispersão de solos (tipo “tirrel”), “Marconi”	01
27	Conjunto agitador de peneiras granulométricas tipo “Rotap”, “bertel”	01
28	Geladeira “Eletrolux” 3021 de 380 litros	01
29	Armários de aço, 02 portas, c/ prateleiras internas	02
30	Armários p/ vidraria (módulos geral de química) (n° 11959)	02
31	Ar condicionado “Springer” 10500 mundial	01
32	Banho maria p/ 06 amostras “Biomatic”	01
33	Capelas de exaustão de gases patrimônio n°13850	02
34	Computador completo Core2	01
35	Impressora Epson fx-2190	01
36	Chapa aquecedora p/ laboratório	01
37	Fonte fa-07	01
38	Armário de aço “tipo fichário” c/4 gavetas	01
39	Mesas para computador	01
40	Compressor de ar “Schultz” mundial 50l ½ HP	01
41	Estabilizadores de voltagem de 01 kva (110 e 220 v)	06
42	Compressor de ar “Fanem” (n°20585)	01
43	Bomba de vácuo “Nova Técnica” (n°17097)	01
44	Agitador magnético Stirrer type op-951 (n°13564)	01
45	Cadeira giratória	01
46	Cadeira comum tipo secretária	01
47	Estufa com circulação de ar forçada ma035 (n°13629) “Marconi”	01
48	Estufa com circulação de ar forçada (n° 11956)	01
49	Moinho de facas tipo “Willye”, “Cienlab”	01
50	Moinho de martelo p/ solos “Marconi” (n°16609)	01

52	Armário pequeno de aço (n°25672)	01
53	Centrífuga p/ 08 amostras “Olidéf”	01
54	Conjunto de peneiras granulométricas p/ solos	01
55	Destilador de nitrogênio amoniacal c/ micro-tubo c/ orla, borosilicato	01
56	Dispensadores de volume ajustável (de 0 a 50 ml)	04
57	Bancos de madeira p/ trabalho em bancada	40
58	Refrigerador Duplex 400 L;	01
59	Capela de Fluxo laminar horizontal tipo bancada;	01
60	Micrscópio Estereoscópico Binocular;	01

LABORATÓRIO: Laboratório vivo de Produção Vegetal (fruti-cultura, horticultura e olericultura)		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		100000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
O laboratório será composto de uma área de 4 hectares para manejo de caatinga, 3 hectares plantados com frutíferas como goiaba, banana, mamão, abacaxi, 3 hectares para produção de hortaliças, culturas anuais e oleaginosas.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
02	Balança digital de 25kg		
01	Medidor de área foliar		
01	Balança analítica de precisão		
02	Balanças pendular		
01	Roçadeira manual a gasolina		
05	Pulverizador costal		

LABORATÓRIO: Galpão de Máquinas/mecanização		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		250	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
O galpão terá a finalidade de acomodar as máquinas e equipamentos de uso agrícola, além de fins didáticos, para realização de aulas práticas			

sobre o manuseio e manutenção das máquinas agrícola. Apresentará em anexo um depósito para equipamentos e uma oficina para realização da manutenção do maquinário e esta apresentará bancadas para realização de aulas práticas.

Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
02	Trator de 100cv
01	Ensiladeira
01	Pulverizador marca Jacto 400 litros c/bomba 38 litros
01	Colhedora de grãos
01	Enfardadeira de feno
01	Enleiradeira
01	Batedor de cereais
01	Arado de disco
01	Grade de disco
01	Carreta para trator com 02 eixos 04 rodas
01	Forageira
01	Máquina de solda
01	Distribuidor de adubos
01	Plantadora adubadora de plantio direto
01	Sulcador de 2 linhas
01	Enxada rotativa
01	Arado reversível
01	Subsolador

LABORATÓRIO: Laboratório vivo de Compostagem e Vermicompostagem	Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
	100	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
O laboratório será composto de uma área ao ar livre para produção de compostos orgânico, e uma área de 48 m ² cobertos, utilizada para criação de minhocas em tanques de alvenaria e caixas plásticas para fins didáticos e de pesquisa. A área será arborizada e com acesso a água e		

eletricidade.	
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
2	Tanques de alvenaria
1	Caixa/reservatório de água
4	Regadores
20	Caixas plásticas
5	Pás, enxadas e ciscadores
5	Carros de mão
2	Peneiras para húmus
1	Triturador de galhos

LABORATÓRIO: Unidade de Cultivo Hidropônico	Área (m²)	Capacidade de atendimento (estudantes)
	80	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
1	Condutímetro	
1	Medidor de pH	
2	Temporizador	
2	Estufas/ casa de vegetação	
2	Termômetros	
2	Balança	
4	Bancadas	
2	Bomba com filtros	

LABORATÓRIO: Fitotecnia e Fitossanidade		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		60	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
Laboratório didático de estudos e pesquisas vegetais, na área de produção e defesa sanitária. Com bancada em formato de “U”, quadro branco e carteiras para acomodação dos estudantes. Para estudos aprofundados de botânica, entomologia e fitopatologia serão utilizadas Lupas, estereoscópios e Microscópios e vidrarias diversas. Apresentará uma sala com bancada de alvenaria, pias e estufas com circulação de ar forçada, e em anexo sala com prateleiras para armazenamento de materiais diversos.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
1	Balança semi analítica		
2	Estufa de secagem com ventilação de ar forçado de chão (grande)		
1	Moinho de facas		
10	Microscópios		
10	Lupas estereoscópios		
100	Placas de Petri para cultivo e isolamento de microorganismos.		
1	Capela para isolamento fungico e bacteriano.		

LABORATÓRIO: Nutrição Animal		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		140	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
01	Balança semi-analítica		
02	Estufa de secagem com ventilação de ar forçado de chão		
01	Moinho de facas		
01	Moinho de bola		
02	Estufas de secagem e esterilização (105°C)		
02	Forno mufla		

03	Balanças Analíticas de precisão
01	Bomba calorimétrica
01	Bloco digestor de proteína
01	Destilador de proteína
01	Incubadora Dayse II
02	Extrator de gordura
01	Ankom 200 Fiber Analyse

LABORATÓRIO: Caprinocultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		20.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
O laboratório de caprinos será composto por uma área de pastagem irrigada de 2 hectares. A área construída será de 380 m ² e terá um capril, uma sala de ordenha e baias para reprodutores.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
01	Freezer		
03	Reprodutores		
45	Matrizes de três raças diferentes		
01	Kit para ordenha (Caneca fundo preto, canecas para pré dipping e pós dipping, borrifador, baldes de inox, tambor para leite de 30L, coador de náilon).		
01	Alicate castrador para caprinos		
01	Kit para casqueamento (rinete corte duplo, raspador de casco e cachimbo para limpeza interna), tesoura.		
01	Balança com brete		

LABORATÓRIO: Ovinocultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		20.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
O laboratório de ovinos será composto por uma área de pastagem irrigada de 2 hectares. A área construída será de 178 m ² e terá uma instalação, com baias individualizadas.			

Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
03	Reprodutores	
45	Matrizes de três raças diferentes	
01	Alicate castrador para caprinos	
01	Kit para casqueamento (rinete corte duplo, raspador de casco e cachimbo para limpeza interna), tesoura.	
01	Balança com brete	
01	Balança digital	
LABORATÓRIO: Bovinocultura		
	Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
	20.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Apresentará uma área de pastejo irrigada de 2 hectares. Um centro de manejo com baias individualizadas, sala de ordenha mecanizada, que comporão uma área construída de 373 m ² .		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
01	Ordenhadeira mecânica	
01	Ultra som	
01	Botijão de nitrogênio	
01	Kit para Inseminação Artificial (aplicador, bainha, termômetro)	
01	Tanque de resfriamento de leite 1000L	
02	Reprodutores	
20	Matrizes	
01	Alicate castrador para bovinos	
01	Balança com brete	

LABORATÓRIO: Suinocultura		
	Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
	10.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
A suinocultura apresentará uma área coberta de alvenaria com 296 m ² de área, dividida em baias específicas para cada fase de desenvolvimento		

dos animais. Será destinada ao laboratório uma área de 1 hectare para pastejo. Na imediações da pocilga uma área será destinada ao tratamento dos dejetos mediante a construção de um biodigestor.

Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
01	Pocilga (296 m ²)
01	Kit de irrigação para a área de pastejo (1ha)
02	Reprodutores
10	Matrizes

LABORATÓRIO: Avicultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		5.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
Será constituído por dois galpões para criação de aves, e uma área para pastagem das aves criadas no regime caipira e equipamentos para criação das aves.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
02	Galpões		
400	Matrizes de aves caipira		
01	Kit de irrigação		
01	Caixa de ninhos para 100 aves em postura		
05	Bebedores para aves adultas		
05	Bebedores para aves em fase inicial		
05	Comedores para aves adultas		
05	Comedores para aves em fase inicial		

LABORATÓRIO: Apicultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		50,00	40

Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)	
O laboratório de apicultura se constituirá de um apiário ao ar livre na área de caatinga, e de uma casa de processamento de mel com 51,30 m ² com equipamentos específicos.	
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
01	Casa de Mel
01	Centrífuga
01	Decantador
03	Peneira de aço inox
01	Mesa desoperculadora
03	Baldes inox
20	Colméias

LABORATÓRIO: Aquicultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		10.000	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
O laboratório apresentará tanques escavados para criação de diferentes espécies aquáticas de interesse econômico. Um conjunto de moto-bomba será utilizado para a troca periódica da água dos tanques.			
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
03	Tanques escavados 20x50m		
03	Berçário 5x20m		
02	Aeradores		
01	Conjunto de moto-bomba		
01	Rede para despesca		
01	Balão de oxigênio		
01	Medidor de pH		

LABORATÓRIO: Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
		133	40

Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)	
Laboratório para processamento de produtos lácteos e cárneos, com espaços individualizados definidos. Câmaras frias para armazenamento dos produtos de origem animal	
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
01	Laboratório
01	Estufa
01	Fogão industrial
01	Refrigerador
01	Tacho de cozimento a vapor
01	Caldeira
01	Moinho para carnes
01	Seladora à vácuo
03	Mesa de inox
01	Máquina de Serra
02	Câmaras frias
01	Liquidificador industrial

LABORATÓRIO: Agroindustrialização de Produtos de frutos e hortaliças	Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)
	90	40
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Laboratório para processamento de produtos de frutos e hortaliças diversos. Câmaras frias para armazenamento dos produtos vegetais.		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
01	Caldeira	
01	Liquidificador industrial	
01	Seladora a vácuo	
01	Seladora	
03	Freezer	
01	Tacho de cozimento a vapor	

01	Moinho
01	Balança digital de 25 kg
03	Mesa de inox
01	Câmara fria para frutos
01	Liquidificador industrial

LABORATÓRIO: Forragicultura		Área (m²)	Capacidade de atendimento (alunos)		
		100.000	40		
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)					
O laboratório se constituirá em 10 hectares de pastagens implantados para fins de alimentação dos animais, e para fins didáticos nas práticas de manejo					
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)					
Qtde.	Especificações				
01	Kit de irrigação para 10 ha (sistema de irrigação, de bombeamento, automação e filtragem)				
01	Enfardadeira manual a gasolina				
01	Roçadeira a gasolina				
01	Área de 4ha para manejo da caatinga				

XXX. PREVISÃO DE COMPRAS DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ

XX.1 MOBILIÁRIO

MOBILIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
Carteira escolar	Carteira escolar com base trapezoidal direita com estrutura única, com braços fixos para prancheta	-	-	130	-	200

Poltrona Tipo 1	Poltrona Giratória espaldar baixo com braços	-	-	40	10	10
Poltrona Tipo 2	Poltrona Giratória Presidente	-	-	03		-
Poltrona Tipo 3	Poltrona fixa com Braço, encosto executivo	-	-	10	10	-
Mesa Tipo 1	Mesa de reunião Retangular arqueada com medida 2400x1000/1200x740 mm 08 lugares	-	-	1	1	-
Mesa Tipo 2	Mesa Reunião circular com medidas 1200x740 mm para 04 lugares	-	-	2	2	-
Mesa Tipo 3	Mesa Curva 1400X1400XX600x740 mm	-	-	4		4
Mesa Tipo 4	Mesa Linear 800x600x740mm	-	-	-	3	
Armário Tipo 1	Armário Alto Fechado (04 prateleiras internas, sendo 03 reguláveis e um fixa) medindo 800x478x1600 mm	-	-	2	2	1
Armário Tipo 2	Armário Alto Fechado (05 prateleiras internas, sendo 04 reguláveis e um fixa) medindo 800x478x2100 mm	-	-	2	2	1
Armário Tipo 3	Armário Médio Fechado (02 prateleiras internas reguláveis) medindo 800x478x1100 mm	-	-	3	3	4
Armário Tipo 4	Armário Alto fechado com suporte para pasta suspensa com corrediças telescópicas com medidas 800x478x1600 mm	-	-	2	2	1
Escaninho	Escaninho Fechado com 08 portas com medidas 800x478x2100	-	-	2	2	-
Quadro de vidro	Quadro branco de vidro deslizante	-	-	4	-	6

7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

7.1 CORPO DOCENTE

7.1.1 Requisito de titulação

O requisito exigido para o cargo e carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é possuir habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente. Para o cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico o candidato deverá ser detentor do título de doutor ou de Livre Docente.

7.1.2 Critérios de Seleção e Contratação

O ingresso na Carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dar-se-á somente através de concurso público de provas escrita, didática e títulos.

7.2 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

7.2.1 Política de Qualificação

A política de qualificação tem como princípios: a ética, a transparência, a cidadania e o envolvimento de todos os servidores do Ifap. Sua concepção filosófica se embasa na ideia de que o servidor é um ser de múltiplas dimensões, tais como: econômica, social, cultural, ética, ecológica e política.

As atividades/projetos de qualificação objetivarão, principalmente, implantar um processo permanente de melhoria qualitativa do trabalho organizacional, através da valorização e do desenvolvimento de talentos humanos da organização – docentes e técnicos administrativos – capacitando-os para o melhor desempenho de suas funções, bem como criando condições de incentivo e adequação funcionais com vistas à elevação dos níveis de motivação e compatibilidade dos profissionais ao cargo. A política que trata da qualificação dos servidores do Ifap, será regulamentada por resolução do Conselho Superior.

7.2.2 Plano de Carreira

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regulada pela Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008, que trata do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico com as seguintes classes D I, D II, DIII, D IV e D V. Cada classe com quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a D IV, que possui nível único e a D V que possui apenas três níveis, designados pelos números de 1 a 3.

7.2.3 Regime de trabalho

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será aplicado um dos seguintes regimes de trabalho:

I - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

II - tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos; ou

III - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Parágrafo único. Aos docentes aos quais se aplique o regime de dedicação exclusiva permitir-se-á:

I - participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;

II - participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa;

III - percepção de direitos autorais ou correlatos; e

IV - colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento (Lei 11.784, 2008).

7.2.4 Acompanhamento do Desenvolvimento do Servidor na Carreira

7.2.4.1 Estágio Probatório

O estágio probatório será regulamentado mediante resolução do Conselho Superior (Lei 8112/90; Emenda Constitucional nº 19/98).

7.2.4.2 Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional

A progressão funcional por desempenho será requerida após o cumprimento do interstício de dezoito meses no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho. Para progredir por mérito, o docente terá que alcançar uma pontuação mínima, na avaliação de desempenho cujos os critérios serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Progressão Docente (CPPD), mediante resolução do Conselho Superior. O desempenho acadêmico é avaliado através de relatório individual, relacionando todas as atividades acadêmicas, técnico-pedagógicas e administrativas e em seguida encaminhar relatório constando as atividades realizadas no interstício avaliado para a CPPD, para análise e providências. O reitor nomeará uma Comissão provisória para avaliar o desempenho dos docentes por mérito, até que sejam escolhidos os membros dentre os seus pares, que comporão a CPPD (lei 11.784/08).

7.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL E DEFINITIVA DE DOCENTES

A Instituição poderá realizar contratação de Professor efetivo através de concurso público observando sempre seu banco de professores equivalentes. A contratação de Professores Substitutos será através de Processo Seletivo Simplificado por prazo determinado poderá ocorrer para substituições eventuais de docente da carreira de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, nos casos de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde, licença para mandato eletivo, licença à gestante, licença para acompanhamento de cônjuge, afastamento para cursar Pós-Graduação em nível *Stricto sensu*, quando autorizado pela Instituição, licença para atividade Política e nomeação para ocupar o cargo de reitor, pró-reitor e diretor de Câmpus (LEI 11.874/08 ; Medida Provisória nº 525/11; lei 8745/93).

7.4 SELEÇÃO E ADMISSÃO, VIA CONCURSO PÚBLICO, PARA O PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

O Ifap, considerando o Plano de Metas aprovado pelo MEC em 2010, poderá promover a contratação de 180 (cento e cinquenta) docentes e 100 (cem) técnicos administrativos, que atenderão a 3.600 alunos para o Câmpus de Macapá e a contratação de 60 (sessenta) docentes e 45 (quarenta e cinco) técnicos administrativos que atenderão 1.200 alunos para o Câmpus de Laranjal do Jarí.

7.5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.5.1 Critérios de Seleção e Admissão

Para ingressar no quadro efetivo de servidores de técnico administrativo do Ifap será através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos, conforme determina o art. 37, inciso II da Constituição Federal.

Ingressam ainda ao quadro de servidores do Ifap, os servidores ocupantes de Cargo Comissionados, observado o Estatuto e o Regimento Interno do Ifap.

O corpo técnico-administrativo do Ifap será regido pelo Regime Jurídico Único (Lei nº. 8.112/90), e pela Lei 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação.

7.5.2 Plano de Carreira, Regime de Trabalho e Política de Qualificação

Os servidores técnico-administrativos efetivos são regidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação através da Lei nº. 11.091/2005 a qual expõe a reestruturação dos cargos técnicos administrativos, a concessão do incentivo a qualificação, a progressão funcional por capacitação e a progressão funcional por mérito profissional.

Os servidores técnico-administrativos ficam submetidos ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídos em dois turnos, excetuadas as situações estabelecidas em leis específicas.

A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores técnico-administrativos se efetivará considerando-se:

- α) O fator custo/benefício, em cada ação/projeto de capacitação.
- β) A necessidade de otimização dos recursos financeiros disponíveis com a Política de Capacitação de modo a possibilitar e contemplar o maior número de pessoas com ações de capacitação;
- χ) A relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor, a temática do curso e aos objetivos institucionais.

A Composição do Quadro efetivo dos servidores se dá de acordo com o Cronograma de Implementação, contido no anexo.

CLASSE	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	Câmpus Santana	Câmpus Porto Grande	Câmpus Avançado Oiapoque	Câmpus Laranjal do Jari	Câmpus Macapá	DT I	DI-GEP	PRO-AD	PRO-EN	PRO-EXT	PRO-PESQ	AS-COM	GABINETE	AUDIN	ARIN TER	PRODIN
D	Assistente em Administração	27	4	4	2	2	6		1	3	1	2	1			1		
	Diagramador	1												1				
	Revisor de Texto Braille	2										1						
	Téc. Tecn. Informática	7	1	1	1	1	2	1										
	Téc. Eletrotécnica	2								1								
	Tec Lab./ Área	25	6	2		3	7			1								
	Tec Lab./ Área Informática																	
	Tec Lab./ Área Química																	
	Tec Lab./ Área Edificações																	
	Téc. Em Agropecuária	4		2														
	Téc. Em Arquivo	1																
	Téc. Em Edificações	2					1			1								
	Técnico em Enfermagem	1				1												
	Técnico em Alimentos e Laticínios	2																
	Tec. Em Contabilidade	2	1	1														
	Téc. Em Secretariado	10	1	1	1		1			1	2	1	1					1
Téc. Em Seg. Do Trab.	2								1									
Trad. e Interp. Ling. Sinais	9	1	1	1	1	1						1						

CLASSE	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	Câmpus Santana	Câmpus Porto Grande	Câmpus Avançado Oiapoque	Câmpus Laranjal do Jari	Câmpus Macapá	DT I	DI-GEP	PRO-AD	PRO-EN	PRO-EXT	PRO-PESQ	AS-COM	GABINETE	AUDIN	ARIN TER	PRODIN
--------	-------------	------------	----------------	---------------------	--------------------------	-------------------------	---------------	------	--------	--------	--------	---------	----------	--------	----------	-------	----------	--------

C	Assistente de Laboratório	2																
	Assistente de Alunos	6	2	2	2													
	Aux. em Administração	4			1			1			1							1
	Aux em Assunt. Educacionais	5	1	1	1						2							
	Aux de Biblioteca	4	1	1		1	1											
	Operador de Maq. Agrícolas	2		2														
TOTAL SERVIDORES POR SETOR/PRÓ-REITORIA/CÂMPUS			28	31	12	13	27	1	4	14	6	10	3	3	3	1	2	2

8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A política educacional adotada pelo Ifap direcionada aos discentes busca estimular a democratização do acesso, permanência e o sucesso escolar, sendo concretizadas através dos eixos socioeconômico, psicossocial, saúde, formação humana e profissional.

8.1 FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos do Ifap se dará de acordo com a natureza do próprio curso oferecido e conforme a clientela a ser atendida contemplando a ampliação das diferentes formas de acesso. Em algumas situações, o processo seletivo objetivará selecionar candidatos dentre uma clientela específica, visando à democratização do ensino, possibilitando assim aos grupos em desvantagens social a escolarização com formação profissional. Isso ocorrerá nos casos em que o Ifap constituir parceria e firmar convênios com outras Instituições.

O Ifap oferece as seguintes modalidades de ensino e respectivas formas de acesso:

- **Ensino Médio Integrado:** ingresso por processo seletivo ou transferência. Com a ressalva de que 50% das vagas oferecidas serão destinadas a alunos oriundos da escola pública.
- **Ensino Técnico Subsequente:** ingresso por processo seletivo ou transferência.
- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos/PROEJA TÉCNICO:** ingresso por processo seletivo e/ou análise socioeconômico.
- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Formação Inicial e Continuada/PROEJA-FIC:** Ingresso por inscrição feita por ordem de chegada até completar o número de vagas e/ou de acordo com os critérios estabelecidos em parcerias firmadas com outras instituições.
- **Formação Inicial e Continuada (FIC): ingresso por inscrição feita por ordem de chegada até completar o número de vagas.** Os cursos de FIC oferecidos no Ifap são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e serão ofertados conforme projetos apresentados pelos docentes, técnicos ou parceiros, sendo que cada projeto deverá definir seu perfil de público alvo e também atender aos arranjos produtivos locais, de acordo com a realidade socioeconômica da região.
- **Graduações (Licenciaturas, Bacharelado e Tecnologia):** ingresso por processo seletivo, transferência, reingresso ou pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU).
- **Pós-Graduação:** ingresso por processo seletivo.

- O preenchimento de vagas por transferência interna, externa e reingresso para os cursos de graduação se dará por análise de históricos escolares e através de provas objetivas, específicas para o curso pretendido, e redação, segundo o edital.
- O ingresso aos cursos de pós-graduação, nas modalidades de *Lato sensu* e *Stricto sensu*, se dá pela análise do currículo do candidato na Plataforma Lattes e provas escritas, estabelecidas por edital.

O Ifap organizará a sistemática de inserção de outras modalidades, níveis de ensino e formas de acesso, em projeto específico aprovado pelo Conselho Superior.

O Processo Seletivo/Vestibular ou Sorteio do Ifap terá suas normas e critérios publicados em editais específicos para cada modalidade de ensino. Em caso de ingresso por transferência ex-offício, o Ifap pautar-se-á de acordo com a Lei 9.536 de 11.12.1997. Ressalta-se que a transferência poderá ocorrer também, além da ex-offício, de um Campus para outro; de outro Instituto Federal ou de outra Instituição de ensino pública atendendo aos critérios estabelecidos pelo Ifap em documento específico.

Além do ingresso por vestibular ou transferência, existem ações do Ministério da Educação, no que se refere ao acesso:

1. Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM: é reconhecida pela avaliação e classificação de rendimento estudantil instituída pelo MEC em 1998, pela portaria nº. 438 de 28/05/1998 (MEC,1998), denominada de Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM que permite, através de avaliação oficial, a atribuição de notas aos alunos concluintes ou que já concluíram o Ensino Médio servindo para a concessão de bolsas nas Instituição de Ensino Superior das IES privadas pela portaria nº. 24 de 23 de março de 2004 e, se constitui também em um instrumento norteador para o ingresso no ensino superior nas IES públicas, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Esse sistema de acesso instituído pelo MEC sugere, atualmente, que as Instituições tenham autonomia para optar pela classificação entre quatro possibilidades de utilização do ENEM: como fase única, com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), informatizado e *on-line*; como primeira fase; combinado com o vestibular da instituição; como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.
2. Sistema de Cotas: pretos, pardos e indígenas: a Lei nº. 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
3. E a lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que institui o Sistema Especial de Reserva de

Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas e reserva de vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, nas instituições públicas federais de educação superior conforme prevê os artigos seguintes:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de declarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do *caput*, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

4. Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: o Decreto Federal nº. 2.208/97; o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução do CNE nº 4/99 estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades específicas, considerando-se aquelas que apresentam deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoas com mobilidade reduzida.

Além disso, os PNE - Portadores de Necessidades Especiais requerem um atendimento diferenciado que possibilite não apenas seu acesso à Instituição, mas a disponibilização de recursos didático-pedagógicos, como audiolivros, material em LIBRAS, Braille, ampliações, e similares; um atendimento especial no Serviço Social, que crie bolsas diferenciadas para essas pessoas se manterem em período integral em atividades compatíveis com a sua condição física; a criação de

um setor especial na Biblioteca que ofereça material adaptado e atendimento especializado.

Quanto à forma de ingresso e reserva de vagas aos cursos oferecidos pelo Ifap, é definido em Resolução aprovada pelo Conselho Superior.

8.2 ACESSIBILIDADE DO ALUNO AOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS *ON LINE*

Para viabilizar ao aluno ferramentas de mediação do conhecimento não vinculadas ao ambiente interno escolar, acesso aos dados pedagógicos e favorecer a integração institucional, o Ifap em consonância com as diretrizes do governo federal, oferecerá aos discentes serviços e ferramentas de comunicação por meio de extranet, além da disponibilização de e-mail institucional. Os mesmos serão viabilizados e gerenciados por pareceres da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), e sua implementação dependerá da disponibilidade de infraestrutura física e lógica adequada para o atendimento dos serviços.

Configuram-se como estratégias a serem abordadas:

- Ambiente Virtual do Aluno: neste espaço, a partir de uma extranet (item disponibilizado no site institucional), o aluno terá acesso a todos os dados escolares/acadêmicos pessoais (notas, faltas, declarações, etc.) e a algumas informações coletivas (apostilas, materiais didáticos, etc.) postadas pelos professores.
- E-mail institucional: durante todo o curso, o aluno terá direito a um e-mail institucional com capacidade de 200 MB, sendo cancelado após um ano da conclusão das atividades acadêmicas.

8.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Para que o discente possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar a qualidade do ensino ministrado a uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições, conforme estabelecido no Decreto 7.234/2010.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contém também, dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destacam: “*Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola,...*”. A LDBEN, determina ainda que “*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

As políticas de Assistência Estudantil, vista como inclusão social, apresentam um caráter que avança no sentido de atendimento à legislação federal, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desta forma, a Assistência Estudantil no Ifap está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, de lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social.

Portanto, diante da realidade socioeconômica dos discentes e embasado na legislação vigente, o Ifap possui em sua Gestão alguns programas e Bolsas que garantem a permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e outros em processo de estudo e implantação.

Ações do Programa: 1062–Desenvolvimento da EPT.

• Ação: 2994 – Assistência ao Educando da EPT.

Objetivo: suprir as necessidades básicas do educando, através de programas e bolsas, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola. Especificamente, esta ação está ligada ao pagamento de material escolar, despesas com transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

8.3.1 Programas

a) Programa do Livro Didático: Com a matrícula dos alunos nos cursos Técnicos Integrados, o Ifap consolidou o Programa do Livro Didático, disponibilizando a todos os referidos alunos os livros necessários para os estudos.

b) Programa de Alunos Estagiários: Em processo de implantação e implementação, este programa visa ao desenvolvimento da prática do estágio profissional com o desenvolvimento de atividades em setores específicos do Ifap, segundo o perfil profissional exigido pelo Curso, sem nenhum custo para a instituição.

e) Programa de Assistência Estudantil PROEJA: Oriundo da ação 6380 – Fomento ao desenvolvimento da educação, o Ifap contemplará os alunos matriculados nos cursos do PROEJA em situação de vulnerabilidade social que apresentam frequência em sala de aula e um rendimento satisfatório. A finalidade da bolsa é fomentar o desenvolvimento da Educação Profissional para assistência ao estudante do PROEJA, com vistas a contribuir para a permanência desse aluno na escola.

f) Programa Alimentação ao Estudante: Implantar refeitório escolar tendo em vista atender aos discentes prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, visando contribuir para a permanência e o bom desempenho acadêmico. O referido programa deverá se pautar em dois requisitos básicos: ser viabilizado através de uma alimentação nutricionalmente equilibrada, sob supervisão de nutricionista pertencente ao quadro de pessoal da Instituição, garantindo assim a segurança alimentar e oferecimento e a oferta de refeição à baixo custo.

g) Programa de Assistência Estudantil: Tem por objetivo geral contribuir com o acesso, a permanência e a saída com êxito dos estudantes, na perspectiva de garantir a equidade, a justiça social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho no processo formativo, da qualidade de vida familiar e comunitária. Assistência Estudantil se materializará na forma de programas, projetos, ações e serviços que envolvem a oferta de auxílios, bolsas e atendimentos especializados, entende-se por:

Auxílio: Recurso financeiro oferecido prioritariamente ao discente em situação de vulnerabilidade social com a finalidade de subsidiar despesas relacionadas às necessidades básicas e atividades acadêmicas, tais como:

Auxílio Transporte - Caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro para ajudar o estudante com as despesas de transporte entre sua residência e a instituição.

Auxílio Alimentação - Consiste na concessão de auxílio financeiro para a refeição diária durante o semestre/ano letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

-No Câmpus onde não houver restaurante ou refeitório mantido pelo Ifap o estudante receberá o auxílio alimentação na forma de repasse financeiro.

Auxílio Moradia - Destina-se a despesas com aluguel de imóvel quando o Câmpus não dispuser de alojamento ou quando houver alojamento, que seja insuficiente para todos.

Auxílio Material Didático - Caracteriza-se pela oferta de condições para aquisição de material didático conforme a necessidade do estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo assegurar aos estudantes que necessitam de apoio para cópias

e impressões de materiais didáticos específicos do seu curso ou para atender às necessidades educacionais específicas, bem como os demais materiais de uso escolar.

Auxílio Uniforme - Consiste no repasse anual de auxílio financeiro ao estudante para compra do uniforme padrão do Ifap (camisa, calça ou saia jeans, tênis, roupa de educação física, jaleco e agasalho).

Auxílio Emergencial - Consiste em fundo financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não foram contemplados com outros auxílios e que passam por situações emergenciais, a exemplo de desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros (mediante comprovação específica).

II - Bolsa: oferecida ao discente em contrapartida à execução de atividades em programas que, para além da permanência, visam favorecer o êxito estudantil numa perspectiva de inter-relação com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Bolsa Formação - Consiste na inserção do estudante em atividades de educação em serviço nas dependências do Ifap, visando à integração social e aperfeiçoamento profissional e cultural, de modo a proporcionar a complementação do processo de ensino aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante. Este é um momento ímpar que o bolsista tem de conhecer a organização da estrutura administrativa de uma instituição de educação profissional como o Ifap. Os critérios de adesão ao mesmo serão definidos pela equipe da CAE a partir dos seguintes procedimentos: lançamento do edital; posteriormente, o preenchimento da ficha de inscrição; entrevista; análise de rendimento acadêmico e visitas domiciliares, se houver necessidade. Após a seleção, os alunos assinarão o Termo de Compromisso de adesão ao programa com vigência de 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período. O valor da bolsa pago mensalmente corresponde a 60% do valor do salário mínimo vigente. Como contrapartida, os alunos bolsistas, no turno oposto ao horário das aulas, desenvolverão atividades específicas, nos diversos setores do Ifap.

Bolsa Monitoria - A finalidade da bolsa monitoria é contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem atendendo a dois segmentos de estudantes: aqueles que possuem um bom desempenho acadêmico e aqueles que necessitam de apoio em suas atividades acadêmicas.

Bolsas de Pesquisa: Planejadas, superintendidas, coordenadas, fomentadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ), essas bolsas têm por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação à pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação à formação profissional dos alunos do Ifap, com real apoio dos servido-

res do quadro efetivo, que atuam de forma direta junto ao Ensino. Ademais, as mesmas objetivarão, sem impossibilitar outras ações, viabilizar o que segue:

- Ampliar as oportunidades de aprendizagem para o aluno de ensino técnico, por meio de sua introdução ao mundo da pesquisa científica.
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- Disseminação da cultura de investigação científica, incentivando talentos potenciais entre estudantes, mediante participação em projetos de pesquisa, orientados por pesquisador da Instituição.
- Promover o aumento da produção científica.

III -Atendimento Especializado: ações de acompanhamento biopsicossocial e pedagógico aos estudantes.

Acompanhamento Psicossocial e pedagógico – Os acompanhamentos psicossociais e pedagógicos do estudante, é realizado pelos profissionais da CAE em parceria com a coordenação pedagógica e coordenação de cursos e para efetivar o tal atendimento, o Ifap possui em seu quadro de pessoal, assistentes sociais e psicólogos que prestam atendimento de orientação, aconselhamento e acompanhamento a alunos e pais de alunos, encaminhados pela equipe pedagógica dos departamentos de ensino e/ou através de demanda espontânea.

Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial - Oferece orientação e atendimento de saúde, à comunidade discente do Ifap, visando à prevenção de doenças e ao bem-estar dos estudantes. E para efetivação do referido atendimento o Ifap já possui em seu quadro de pessoal, médico e técnico em enfermagem, os quais, através das atividades do setor médico prestam atendimento aos alunos com serviços consulta e exames médicos; estando previsto ainda a contratação de cirurgiões dentistas e enfermeiros.

- Consiste em serviços de saúde que objetivam prevenir doenças, promover a saúde e reduzir problemas psicossociais vinculados principalmente às drogas e à violência difusa.

- Os profissionais da saúde podem desenvolver ações como: atendimentos individuais, palestras educativas, oficinas, campanhas, articulação com redes de serviços das esferas municipal, estadual e federal de saúde.

Dentro deste programa poderá ser concedido após criteriosa avaliação do serviço social, o reembolso de exames e consultas não atendidos no SUS, aquisição de medicamentos, óculos, próteses dentárias ou similares e benefícios tais como passagens para tratar de assuntos de saúde.

Arte, Cultura, Esporte e Lazer - Consiste no desenvolvimento de ações que visam ao crescimento artístico, político, cultural, esportivo e de lazer dos estudantes, propiciando a continuidade do processo pedagógico.

- As ações podem ser desenvolvidas no âmbito local, regional, nacional ou internacional, possibilitando a integração entre os estudantes dos diversos Câmpus e/ou Institutos.

Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – Seguindo as orientações do Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências. É oferecido suporte ao acesso, permanência e saída com êxito dos alunos com necessidades educacionais específicas, por meio da aquisição de materiais, Seleção de profissionais e implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), acesso preferencial aos Programas de Assistência Estudantil disponíveis, mediante análise socioeconômica.

Programa de ajuda de custo para viagens acadêmicas: A autorização para liberação de ajuda de custo para viagens acadêmicas está vinculada à comprovação da realização do evento, com aval da Coordenação do Curso e certificação posterior de participação do aluno no mesmo. Serão priorizadas as ajudas de custo para viagem com apresentação de trabalhos acadêmicos vinculados à Instituição.

Programa de isenção de taxas de inscrição em processos seletivos: para estudantes de baixa renda egressos de escola pública, garantindo a igualdade de oportunidades.

8.4 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

8.4.1 Programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico

Como mecanismos de estímulo à permanência do aluno e superação de suas dificuldades de aprendizagem, o Ifap adotará as seguintes práticas:

- a) Em todos os cursos técnicos, haverá uma etapa de fundamentação, onde o aluno será contextualizado com a realidade da área profissional e da profissão que escolheu.

b) **Programa de Orientação Educacional:** Objetiva viabilizar igualdade de oportunidade, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e fortalecer as atividades educacionais, através de projetos, orientações de estudos, dicas profissionais, palestras.

b) Em todos os níveis de ensino haverá a exigência da adoção de mecanismos de recuperação da aprendizagem, para aqueles alunos que apresentarem dificuldades no decorrer do curso. Um dos mecanismos será o seguinte:

Bolsa Monitoria: Tal bolsa faz parte do programa de assistência estudantil, o qual o monitor/bolsista recebe um recurso financeiro e certificado ao final, além de ter a carga horária desenvolvida registrada em seu histórico escolar como atividade acadêmica complementar. Os critérios para ter direito à referida bolsa passarão pelo desempenho do aluno e/ou do acadêmico em termos de notas e de frequência e serão definidos em Edital.

O Bolsa Monitoria constituir-se-á como um programa de nivelamento de apoio aos discentes desenvolvido pelo Ifap para propiciar ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos técnicos e/ou universitários. O propósito principal do nivelamento será oportunizar aos alunos com dificuldades no processo ensino-aprendizagem uma revisão de conteúdos proporcionando por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

O Ifap lidará com equilíbrio e bom senso com esta realidade e instituirá, para seus alunos, o programa de nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno técnico/universitário. Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os alunos/acadêmicos a realizar um curso técnico/superior de qualidade.

- A atividade de monitoria visa a atender os seguintes objetivos:
- Oportunizar ao aluno monitor a experiência com o processo ensino-aprendizagem.
- Auxiliar na execução dos programas para melhoria do aprendizado.
- Servir como elo entre professor e alunos.

O Ifap, com o objetivo de garantir não só a entrada, mas também a permanência do aluno em seu universo de produção de conhecimento, buscará trabalhar, com base nos princípios abaixo relacionados:

- Criação e operacionalização de mecanismos para redução de evasão, abandono e repetência.

- Maior integração da escola com a família do estudante, promovendo um intercâmbio de informações mais intenso, para melhorar o acompanhamento da aprendizagem e a assistência ao aluno de uma forma geral.
 - Criação de programa para melhoria da qualidade de vida (discussão de temas, orientações etc.).
 - Oferta de Orientação Psicopedagógica e Social através da criação de postos de atendimento com profissionais da área.
 - Promoção de ações socioeducativas.
 - Promoção de debates sobre trabalho e mercado.
 - Orientação afetivo-sexual.
 - Prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas.
 - Incentivo à participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão.
 - Incentivo às práticas esportivas, através da implantação e implementação programas/projetos de iniciativa do Ifap e/ou através de parcerias com outras Instituições.

8.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O Ifap tem como premissa o exercício da participação discente. Por isso almeja estimular no meio estudantil políticas de liderança garantindo a ampla representação estudantil, a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis, Centros/Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes, dentre outras entidades organizadas através do corpo discente.

As entidades representativas dos discentes do Ifap serão entidades autônomas, devendo existir em cada Câmpus de modo a expressar da melhor maneira as demandas de cada localidade, na impossibilidade, por quaisquer motivos, da criação por Câmpus dessas entidades, sugere-se integrar representante do Câmpus impossibilitado de manter entidade a de outro, garantindo a representatividade discente como um todo.

Tais representatividades têm estrutura e funcionamento definidos pelos estudantes e registrados em estatuto próprio, com observância ao disposto pelas entidades de representatividade nacional e o que segue:

Os Grêmios Estudantis são entidades que representam o conjunto dos estudantes do ensino fundamental, médio ou técnico. O Grêmio possibilita a discussão sobre os problemas gerais ou

específicos das instituições de ensino, desenvolvendo as lutas dos estudantes, assim como promovendo sua interação por meio de atividades culturais e acadêmicas. Representa os estudantes de cada escola nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista e promove o diálogo com as entidades gerais. Realizam eleições anuais e também assembleias gerais.

Os Centros/Diretórios Acadêmicos (CA/DA) existem em cada curso de nível superior, atendendo aos problemas gerais e desafios no seu interior. Realizam atividades de mobilização, lutas por melhorias no ensino e na estrutura acadêmica, recepção de calouros (em consonância com a coordenação de curso), atividades culturais e ações ligadas ao movimento nacional dos estudantes. Realizam eleições anuais ou bianuais, assim como conselhos de representantes de turmas e outras ações de mobilização e organização dos estudantes.

Os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) são entidades que representam o conjunto dos discentes de ensino superior. Devem existir nas instituições de ensino que tenham mais de quatro cursos superiores. O DCE possibilita aos estudantes o debate e mobilizações relacionadas àquela instituição, seus problemas, desafios gerais ou específicos. Promove também atividades culturais, recepção de calouros (em consonância com a coordenação de curso), e representa o conjunto daqueles estudantes na União Estadual dos Estudantes (UEE) e na União Nacional dos Estudantes (UNE). Os DCE realizam eleições anuais ou bianuais, além de assembleias, conselhos de DA/CA, entre outras formas de organização para ouvir os alunos e agir.

Aos discentes caberá, além da definição da estrutura e do funcionamento da entidade, a eleição de todos os membros previstos para seus diversos órgãos estruturais e criação das demais políticas que julgarem necessárias para o exercício de sua atividade regimental.

O incentivo às políticas de organização da classe discente permite a construção de um ensino participativo e de qualidade. Os alunos terão representatividade no Conselho Superior e na realização dos procedimentos de avaliação institucional e encontros pedagógicos. Estes estarão sempre envolvidos com direito a voz e voto.

8.6 PERMANÊNCIA E SAÍDA EXITOSAS DOS ALUNOS E ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

8.6.1 Estímulos à permanência e saídas exitosas

O Ifap desenvolve ações afirmativas para a permanência dos alunos e saídas exitosas. Entre

essas ações destacam-se as de natureza pedagógica como processos de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar: recuperação paralela; atendimento individualizado do professor e aluno; projeto de Metodologia de Estudos; programa de monitoria; incentivos à pesquisa; projetos culturais; na área da assistência estudantil ações como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio moradia e bolsa formação; e ainda atendimentos médico, odontológico, social e psicológico visando à saúde física e mental dos estudantes.

8.6.2 Acompanhamento dos egressos

As Pró Reitorias de Extensão e de Ensino visam, como parte de suas ações e metas, desenvolver uma sistemática de acompanhamento de egressos, através do estabelecimento de políticas a serem implantadas em todos os Câmpus com os seguintes objetivos:

- Criação e disseminação da cultura do acompanhamento de egresso junto ao aluno.
- Articulação com a Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional para criação de um observatório que se realize pesquisa quantitativa e qualitativa da laboralidade.
- Incentivo à participação do egresso em curso de educação continuada.
- Subsídios à avaliação dos currículos, programas e conteúdos desenvolvidos pelo Instituto, objetivando a elevação da qualidade do ensino e da sintonia entre o Instituto e a comunidade.
- Criação de banco de dados dos egressos do Ifap, mantendo dados atualizados, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos e oportunidades oferecidas pela instituição.
- Promoção de encontros periódicos objetivando a coleta de informações que propiciem subsídios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos por meio de informações obtidas por ex-alunos.
- Realização de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho.
- Elaboração de avaliação continua, com indicadores próprios, dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela instituição no processo ensino-aprendizagem.
- Disponibilização de informações aos formandos, visando possibilitar acesso a

oportunidades de emprego, encaminhadas à Instituição por parte das empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal.

- Avaliação da eficácia dos cursos quanto à inserção e permanência dos egressos no mercado de trabalho.

9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTANCIAS DE DECISÃO

A organização geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá compreende:

I - COLEGIADOS

- Conselho Superior.
- Colégio de Dirigentes.

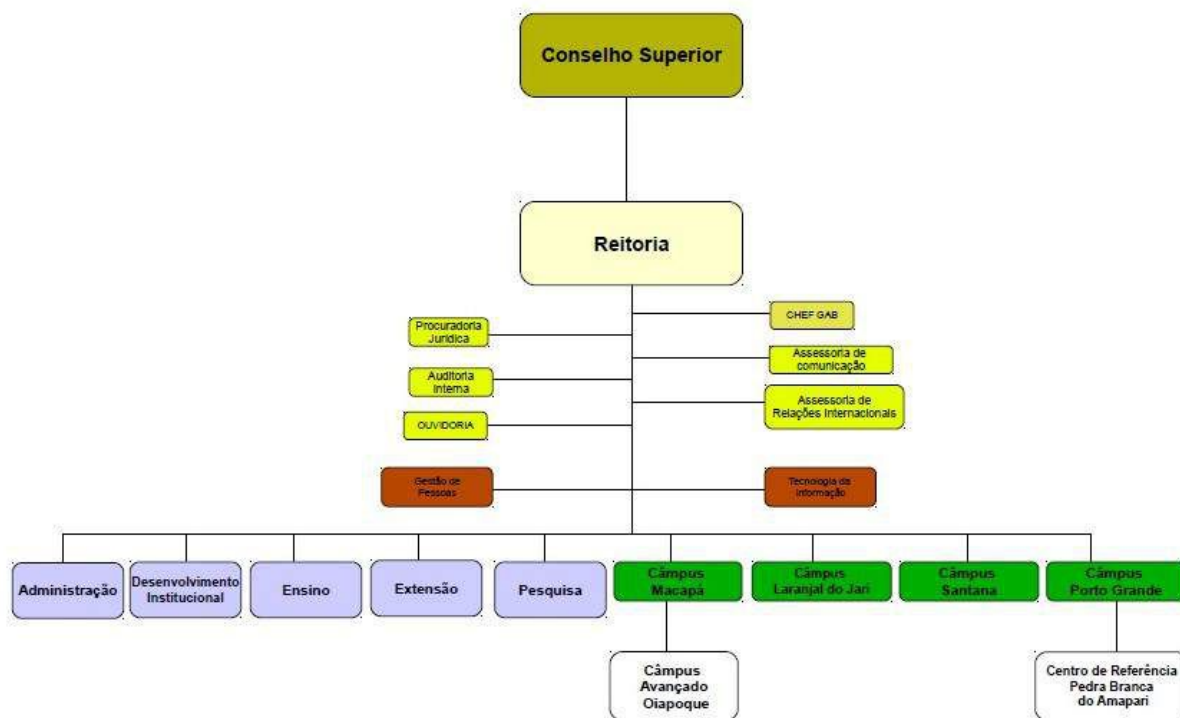
II - REITORIA

- Reitor.
- Gabinete.
- Procuradoria Jurídica.
- Auditoria Interna.
- Ouvidoria.
- Assessoria de Comunicação.
- Assessoria de Relações Internacionais.
- Comissão Permanente e Pessoal Docente.
- Pró-Reitorias:
 1. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
 2. Pró-Reitoria de Ensino.
 3. Pró-Reitoria de Extensão.
 4. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.
 5. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.
- Diretorias Sistêmicas vinculadas Reitoria
 1. Diretoria de Gestão de Pessoas
 2. Diretoria de Tecnologia da Informação.

III - Câmpus, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

- Câmpus Macapá.
- Câmpus Laranjal do Jari.
- Câmpus Porto Grande (em fase de implantação).
- Câmpus Santana (em fase de implantação).
- Câmpus Avançado Oiapoque (em fase de implantação).

- Centro de Referência Pedra Branca do Amapari (em fase de implantação).



9.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: Atribuições e Competências e Composição

α) **CONSELHO SUPERIOR:** de acordo com o estatuto do Ifap é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Ifap, é órgão de caráter consultivo e deliberativo, e possui a seguinte composição:

I. O Reitor, como presidente;

II. Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

III. Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV. Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII. Representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de Câmpus, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

§ 1º. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII serão designados por ato do Reitor.

§ 2º. Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.

§ 3º. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Câmpus que compõe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.

§ 4º. Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, sem direito a voto.

§ 5º. Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.

§ 6º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

São Competências do Conselho Superior - CONSUP:

I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e zelar pela execução de sua política educacional;

II. Deflagrar aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e dos Diretores-Gerais dos Câmpus, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;

IV. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

V. Aprovar normas relativas à creditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá;

IX. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, bem como o registro de diplomas;

X. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XI. Deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

β) COLÉGIO DE DIRIGENTES: é órgão de caráter consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

I. O Reitor, como presidente;

II. Os Pró-Reitores; e

III. Os Diretores-Gerais dos Câmpus.

São Competências do Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá a ele submetidos.

O detalhamento da estrutura da Reitoria, dos órgãos colegiados, dos órgãos de apoio às atividades acadêmicas, bem como suas atribuições e competências, estão definidas no Regimento Geral do Ifap e nos Regulamentos Internos de cada unidade.

O Ifap como autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação conforme legislação em vigor, goza de autonomia administrativa, financeira, pedagógica e patrimonial para o planejamento e desenvolvimento de suas ações

9.3 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS NACIONAIS

O Ifap deverá firmar diversas parcerias com a comunidade, instituições e empresas nacionais através de cooperações técnicas que proporcionarão a realização de várias ações nas áreas de ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação, tecnológica extensão, cultural, esportiva, infraestrutura e segurança. Essa cooperação visará a capacitação de servidores e o intercâmbio do discente nas modalidades citadas.

9.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Assessoria de Relações Internacionais - ARINTER apresenta como sugestões para composição deste PDI suas principais competências, responsabilidades e atribuições, as quais foram extraídas da minuta do seu regulamento interno que encontra-se em fase de elaboração.

I - A Assessoria de Relações Internacionais - ARINTER, é o órgão responsável pela definição da política de relações internacionais do Ifap cabendo-lhe promover, em conjunto com os diversos setores do Ifap, ações de parcerias, convênios e intercâmbio com instituição de ensino, governos e órgãos não governamentais, nacionais e internacionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ifap, intensificando a inserção e ampliação das parcerias com a comunidade

acadêmica em todo o mundo, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifap, cabendo-lhe ainda a coordenação, indução e acompanhamento das atividades pertinentes a essa área de atuação.

II - A ARINTER tem a Missão de inserir o Ifap no cenário internacional, para que se fortaleçam a cooperação e a interação com Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão no Exterior.

Parágrafo Único – Para cumprir suas finalidades a ARINTER deverá:

I. Planejar, coordenar e executar as ações ligadas ao relacionamento internacional, primando pela colaboração multilateral entre as pessoas e órgãos envolvidos.

II. Orientar e encaminhar para os organismos de fomento internacional propostas recebidas dos diversos setores do instituto e dos Câmpus e acompanhar a execução das respectivas atividades.

III. Coordenar e articular com os diversos setores do Instituto, junto a entidades financiadoras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, formas de captar recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas diversas áreas do conhecimento.

IV. Articular, encaminhar e viabilizar, conjuntamente com a Reitoria, as Pró-Reitorias e a Direção Geral dos Câmpus envolvidos no processo (em conjunto com os diversos setores do Instituto), a realização de acordos e/ou convênios de cooperação internacional com instituições estrangeiras.

V. Interagir com os campus e demais setores do IF na condução e execução dos diversos programas internacionais, monitorando o seu desenvolvimento e divulgando os resultados obtidos.

VI. Contribuir para ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos em projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior.

VII. Promover e manter intercâmbios com instituições de ensino superior e outros organismos internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

VIII. Manter relacionamento com outros organismos que desempenhem atividades correlatas, visando seu constante aperfeiçoamento.

IX. Assessorar a consolidação de Setores de Relações Internacionais em todos os Câmpus do IFAP.

X. Auxiliar as Pró-Reitorias na formação e desenvolvimento de uma política de relações internacionais da instituição.

10 POLÍTICA EaD

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1º “caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. O referido Decreto prevê, ainda, a aceitação de transferência e aproveitamento de estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância, poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

A Educação à distância constitui-se em uma modalidade de ensino que desempenha um papel importante na formação do cidadão deste século, por sua flexibilidade na organização didático pedagógica, bem como no alcance a várias pessoas e lugares simultaneamente sem a exigência de estarem presentes diariamente em um mesmo espaço físico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu censo 2010, um terço da população brasileira possui acesso à internet, o que auxilia no crescimento constante desta massa de estudantes.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), em seu Censo EaD realizado em 2010, o número total de alunos que cursaram no ano de 2009 modalidades a distância foi de 2.597.357 estudantes, divididos entre 2793 cursos que representavam instituições credenciadas, cursos livres e cursos corporativos.

Fredric Litto (2011), presidente da ABED, destaca como pontos positivos da Educação a Distância a possibilidade de interagir com pessoas incapacitadas de frequentarem instituições convencionais seja por morarem em locais afastados, por falta de tempo, por deficiência física ou mental ou por situações adversas. Neste novo contexto, cria-se a possibilidade de frequentar o curso, nos dias e horários mais convenientes.

Com o fomento das novas tecnologias na mediação da EaD, Moraes (2003), destaca que há alguns mitos que são propagados na indústria de marketing de empresas interessadas na comercialização do ensino virtual. Um desses mitos se refere à intensa valorização da interatividade justificada pela presença das novas tecnologias. Outro mito é considerar que as novas tecnologias produzem bem estar para todos os países. Observa-se, entretanto, que as desigualdades sociais e a concentração de riquezas estão sendo incentivadas nesse processo. Como consequência temos um quadro onde os países mais industrializados do mundo desenvolvem suas atividades produtivas sob

o foco da tecnologia da informação, em detrimento da maior parte dos países do planeta que, à margem dessas inovações tecnológicas, não produzem nem conhecimento nem tecnologia.

É nesse quadro complexo que a Educação a Distância (EaD) apresenta características de flexibilidade de espaço e tempo que podem minimizar, ou até mesmo sanar tais problemáticas, na medida em que pode se adaptar a diversas demandas. É uma metodologia voltada para atender adultos, com compromissos familiares e profissionais, uma vez que permite a continuação dos estudos sem o abandono de outras atividades. De acordo com o Moore (1996), o grande diferencial da EAD está em proporcionar ao aluno a opção de escolher o próprio local e horário de estudo, possibilitando assim, ganhos em tempo e adequação no atendimento a demandas específicas, que não estejam contempladas, a contento, em estruturas educacionais tradicionais.

Os cursos a serem ofertados na modalidade à distância no Ifap- Ifap abrangerão a formação inicial e continuada de trabalhadores e os cursos técnicos de nível médio, na forma subsequente, vinculados principalmente a Rede E-TEC Brasil. O ingresso nos cursos técnicos ministrados na modalidade EaD ocorre através de processo seletivo, semelhante ao adotado para os cursos presenciais realizado pela instituição.

Dependendo do tipo de curso e mídia a ser utilizada nos cursos de EaD os custos serão consideravelmente elevados em virtude da aquisição de equipamentos e com o desenvolvimento de metodologias e materiais que irão auxiliar a aprendizagem. Entretanto, tais custos poderão ser diluídos à medida que ocorrer um aumento na quantidade de alunos, abrangendo um maior número da população atendida tanto nos cursos de formação inicial e continuada, quanto nos cursos técnicos, tendo em vista que o Ifap deverá oferecer vários cursos considerando a verticalização do ensino e as demandas locais e regionais.

Para o desenvolvimento dos cursos o Ifap aplicará uma metodologia de trabalho pedagógico que combina material impresso, áudios, vídeos, multimídia, internet, videoconferências e fóruns. No início de cada curso será prevista uma fase inicial estimada em 40 horas, configurando-se uma espécie de “módulo-acolhimento” ou “nivelamento”, objetivando o entendimento do que seja esta modalidade de ensino, assim como, dando conta do processo de alfabetização digital, uso da plataforma de ensino virtual, fortalecimento dos processos de leitura e escrita, e principalmente da responsabilidade do estudante (inclusive prevendo a construção de planos de estudos), com a finalidade de evitar ou minimizar a evasão e o abandono escolar.

Para o funcionamento das atividades de ensino serão utilizados os pólos de Apoio Presencial, constituindo-se em espaços físicos mantidos pelo Ifap, ou através de parcerias com os municípios, a partir da oferta de infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para o

acompanhamento dos cursos pelos alunos.

Para o quinquênio 2014-2018 serão empreendidos esforços necessários para a ampliação de mais 7.000 vagas, com o intuito de aumentar a oferta de cursos técnicos a distância. Assim, somadas a essa proposta básica, as diretrizes para a EaD na vigência do atual PDI são:

a) Fortalecimento das atuais atividades de ensino a distância por meio da consolidação do plano institucional de EaD, visando a manutenção da excelência acadêmica nos diversos pontos remotos.

b) Ampliação dos projetos colaborativos entre o Ifap e as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, bem como, outros órgãos e instituições, visando o ensino na modalidade “a distância”.

c) Investigação de novos modelos pedagógicos aplicáveis aos EaD.

d) Pesquisa e desenvolvimento para geração de novos cursos apoiados por sistemas de informação e gerenciamento.

e) Qualificação técnico-pedagógica de recursos humanos para EaD.

f) Consolidação dos projetos pedagógicos, cursos e programas, currículos, planejamento de oferta e sistema de avaliação.

g) Detalhamento dos serviços de suporte e atendimento remoto aos alunos.

h) Aproximação entre a Diretoria de Educação a Distância (DEAD) e as coordenações de cursos, com o intuito de oferecer recursos para o desenvolvimento de material didático e armazenamento de conteúdo, bem como, para possibilitar o uso de ferramentas facilitadoras para gerenciamento de material on-line e repositórios de materiais educacionais.

i) Consolidar a educação a distância ofertada pelo Ifap, seguindo padrões de qualidade utilizados por instituições renomadas nesta modalidade de ensino.

j) Criar cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD.

l) Instituir a biblioteca virtual do Ifap.

m) Implantar Ifap Virtual com o Ambiente de Ensino e Aprendizagem.

n) Incentivar e apoiar docentes, discentes e técnicos administrativos em ações voltadas para Educação a Distância no âmbito do Ifap.

o) Promover a elaboração de recursos didáticos pedagógicos voltados para educação a distância.

p) Incentivar a produção científica em EaD.

q) Instituir e fomentar o Grupo de Pesquisa em EaD do Ifap.

r) Promover eventos técnico-científicos em EaD.

s) Articular convênios com instituições governamentais e não-governamentais para oferecer

cursos e programas à distância de forma multi-institucional.

t) Implantar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos da modalidade a distância em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação.

u) Implementar um sistema de avaliação contínua para os cursos a distância.

v) Criar um núcleo de pesquisa e produção de materiais didáticos/novas mídias e de ferramentas de comunicação, com a criação de normas e procedimentos.

11 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE

O Ifap, como Autarquia Federal vinculada ao MEC, é uma Instituição Pública de Ensino Técnico e Superior e suas receitas são provenientes de transferências do Governo Federal. Conta também com uma pequena parcela de receita própria de arrecadação de taxas de inscrição no processo seletivo e outros serviços administrativos.

Considerando que os recursos são proveniente do governo federal, o Ifap, em seu futuro próximo, não terá acréscimos significativos no seu orçamento.

Na tabela a seguir apresentamos a previsão orçamentária para 2014 a 2018.

PROGRAMA DE TRABALHO		PREVISÃO 2014	PREVISÃO 2015	PREVISÃO 2016	PREVISÃO 2017	PREVISÃO 2018
09272008901810016	Pagamento de aposentadorias e pensões - Servidores Civis - No Estado do Amapá	R\$ 42.373,97	R\$ 46.611,36	R\$ 51.272,50	R\$ 56.399,75	R\$ 62.039,73
12363210920TP0016	Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado do Amapá	R\$ 18.061.213,05	R\$ 19.867.334,35	R\$ 21.854.067,78	R\$ 24.039.474,56	R\$ 26.443.422,02
12122210909HB0001	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais – Nacional	R\$ 3.105.663,29	R\$ 3.416.229,62	R\$ 3.757.852,58	R\$ 4.133.637,84	R\$ 4.547.001,62
12306210920120016	Auxílio-Alimentação dos servidores civis, empregados, militares - No Estado do Amapá	R\$ 445.007,69	R\$ 489.508,46	R\$ 538.459,30	R\$ 592.305,24	R\$ 651.535,76
12301210920040016	Assistência Médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes - no Estado do Amapá	R\$ 445.007,69	R\$ 489.508,46	R\$ 538.459,30	R\$ 592.305,24	R\$ 651.535,76
12331210920110016	Auxílio-Transporte aos servidores civis, empregados e militares - no Estado do Amapá	R\$ 100.526,21	R\$ 110.578,83	R\$ 121.636,72	R\$ 133.800,39	R\$ 147.180,43
12365210920100016	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares - No Estado do Amapá	R\$ 72.602,24	R\$ 79.862,47	R\$ 87.848,72	R\$ 96.633,59	R\$ 106.296,95
12122210900M00016	Contribuição a entidades nacionais representativas de Educação e Ensino - No Estado do Amapá	R\$ 18.433,00	R\$ 20.276,30	R\$ 22.303,93	R\$ 24.534,32	R\$ 26.987,76
12128210945720016	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - No Estado do Amapá	R\$ 962.228,30	R\$ 1.058.451,13	R\$ 1.164.296,24	R\$ 1.280.725,87	R\$ 1.408.798,45
12363203120RG0016	Expansão e reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá	R\$ 17.200,00	R\$ 15.027,00	R\$ 7.914.900,00	R\$ 9.234.050,00	R\$ 9.234.050,00
12363203120RL0016	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá	R\$ 12.634.707,70	R\$ 13.898.178,47	R\$ 15.287.996,32	R\$ 16.816.795,95	R\$ 18.498.475,54
12363203129940016	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá	R\$ 1.226.051,00	R\$ 1.471.261,20	R\$ 1.765.513,44	R\$ 2.118.616,13	R\$ 2.542.339,35
12368203020RJ0016	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica - No Estado do Amapá	R\$ 201.600,00	R\$ 221.760,00	R\$ 243.936,00	R\$ 268.329,60	R\$ 295.162,56
TOTAL		R\$ 37.332.614,14	R\$ 41.184.587,65	R\$ 53.348.542,84	R\$ 59.387.608,46	R\$ 64.614.825,92

12 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

12.1 ÓRGÃOS EXECUTORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Ifap desenvolverá os seus processos avaliatórios através de um sistema de avaliação Institucional o qual é constituído de acordo com a estrutura estabelecida no Regimento da Comissão Própria de Avaliação, baseada no artigo 11 da lei 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela portaria nº 2051, de 19 de julho de 2004 e com resolução aprovada pelo Conselho Superior do Ifap.

- I Comissão Própria de Avaliação.
- II Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus de Macapá.
- III. Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus de Laranjal do Jarí.
- IV. Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus de Santana.
- V. Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus de Porto Grande.
- VI. Subcomissão Própria de Avaliação do Câmpus Avançado Oiapoque.

A Coordenação de Avaliação Institucional, a qual compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Ifap, desenvolverá a função de articuladora das Comissões Próprias de Avaliação, consolidando as informações produzidas por essas comissões na forma de relatório institucional que subsidiará o encaminhamento das decisões estratégicas da instituição e na elaboração do Relatório de Gestão. A Comissão Própria de Avaliação será constituída por Portaria específica.

12.2 AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação e a auto avaliação institucional constituem-se em um processo de análise integral que proporciona o autoconhecimento, o realinhamento, a reestruturação das ações, visando o aperfeiçoamento institucional através dos seguintes eixos: expansão dos resultados acadêmicos, o aperfeiçoamento da qualidade do ensino técnico, da pesquisa e da extensão e o combate à evasão escolar no âmbito do Ifap.

A avaliação institucional deve observar a natureza e a peculiaridade da forma de fazer educação na Rede Federal de Educação Tecnológica, considerando as diversas modalidades de ensino praticadas pelo Ifap: ensino técnico integrado, ensino técnico subsequente, ensino superior, educação de jovens e adultos, Programas de pós-graduação e programas governamentais executados

pelo Ifap, como o Pronatec e o Mulheres Mil, entre outros.

A aplicabilidade dos preceitos instituídos pelo Sinaes (criado pela lei 10.861/2013), que tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação das instituições de Ensino Superior. Para isso, será necessário a criação de mecanismo para avaliar as diversas modalidades de ensino implementadas no Ifap, ficando a cargo da Comissão Própria de Avaliação realizar estudos para definir a metodologia que será adotada para acompanhar a avaliação das modalidades de ensino que não se enquadram na modalidade de ensino superior.

12.3 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO

No processo de auto avaliação, o Ifap construirá parâmetros e indicadores para subsidiar e interpretar os dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação através do assessoramento da Coordenação de Avaliação Institucional/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Estes servirão para emitir juízos e julgamentos para possibilitar a reflexão e as mudanças no processo de condução da instituição.

Os indicadores, dimensões ou variáveis globais que devem ser avaliados são: o ensino, a produção acadêmica, a produção dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em todas as suas modalidades e a produção dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, a extensão e a gestão administrativa, ou seja, o aluno, o professor, a gestão administrativa, a infraestrutura e o currículo.

Em relação aos docentes deve-se avaliar: a titulação, a forma de ingresso, situação funcional e regime de trabalho, qualificação docente em função administrativa

Em relação aos discentes deve-se avaliar: participação em projetos na condição de bolsistas, colaboradores, voluntários, participação em atividades de extensão, participação em conselhos, colegiados e reuniões estudantis, os resultados obtidos pelos nossos alunos no ENADE e no ENEM.

Em relação a infraestrutura deve-se avaliar: estado de conservação dos equipamentos e mobiliários. condições ambientais de trabalho, equipamentos disponíveis para trabalhos dos funcionários.

Em relação a gestão deve-se avaliar: procedimentos de distribuição de disciplinas

(Coordenações de cursos), acompanhamento das atividades planejadas nos cursos, acompanhamento do coordenador de curso no desenvolvimento das disciplinas, orientação para alunos ingressantes, atendimento dos servidores aos educandos, incentivo à qualificação, incentivo a atuação em colegiados e conselhos, elaboração / execução de projetos e programas, ações para soluções de problemas pedagógicos dos discentes, avaliação da existência e da qualidade do Plano Político Pedagógico, avaliação do acervo .

Em relação ao Ensino/Currículo deve-se avaliar: planejamento do professor e da Coordenação de curso, procedimentos didáticos, instrumentos didáticos, mais utiliza dos instrumentos de avaliação mais utilizados, coerência da avaliação com os objetivos, com a relação entre professores e alunos, com a relação ensino/ aprendizagem, com o encadeamento lógico das disciplinas.

Em relação ao pessoal técnico administrativo deve-se avaliar: titulação, forma de ingresso, qualificação/aperfeiçoamento, desempenho, e número de servidores.

12.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o intuito de promover, através da avaliação institucional de qualidade: o ensino, a pesquisa e a extensão com valores críticos, como importante instrumento de democratização da instituição de ensino, é importante salientar alguns princípios que deverão nortear todas as etapas do processo de avaliação institucional. Nesse sentido o processo de avaliação institucional do Ifap sofrerá influencias do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras PAIUB que apresenta os seguintes princípios:

- 1) Avaliação global: O Ifap avaliará todo o complexo de atividades.
- 2) Comparabilidade: busca uniformidade básica nos métodos de avaliação no que tange aos indicadores dentre e entre os IF.
- 3) Respeito à identidade institucional, à sua natureza, aos seus objetivos, a sua política, a sua missão, a sua História, à vocação regional, à adesão voluntária, tanto do Ifap quanto dos atores envolvidos.
- 4) Legitimidade: o projeto desenvolvido precisa ter legitimidade técnica, ser conduzido de forma tecnicamente viável e confiável, evitando o quantitativismo e o imediatismo.
- 5) Continuidade: garante o caráter processual, contínuo e permanente; não deve ser caracterizado pela soma de momentos, mas, sim, pela construção da cultura de avaliação do Ifap.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de dez. 2008, Secão 1, p.1.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- KUENZER, A. Z. Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho – 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIBANEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2008 (24ª. Ed.). 1ª. edição: 1985
- LIBANEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBANEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LUCKESI, C. C., *et al.* Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. 6ª edição, Cortez Editora, 1991.
- LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições- 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PACHECO, E. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília e São Paulo :Moderna, 2011.
- PERRENOUD, F. Dez novas competências para ensinar, tradução Patricia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANT'ANNA, I. M. Por que Avaliar? Como Avaliar?: critérios e instrumentos. 13 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.
- SILVA, K. A. C. P. C. da. Professores com formação stricto sensu e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia: realidade, entraves e possibilidades. 2008. 292f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.